UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A INVENÇÃO DA INVERSÃO:

CIÊNCIA E O DESEJO ENTRE MULHERES

Marlon Silveira da Silva

Orientador: Prof. Dr. Marcio Caetano

Rio Grande,

2016

MARLON SILVEIRA DA SILVA

A INVENÇÃO DA INVERSÃO:

CIÊNCIA E O DESEJO ENTRE MULHERES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Caetano

Linha de Pesquisa: Culturas, Linguagens e Utopias.

Rio Grande,

2016

MARLON SILVEIRA DA SILVA

A INVENÇÃO DA INVERSÃO:

CIÊNCIA E O DESEJO ENTRE MULHERES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Caetano

Linha de Pesquisa: Culturas, Linguagens e Utopias.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Marcio Rodrigo Vale Caetano – FURG
Presidente

_____

Prof.ª Dr.ª Daniela Auad – UFJF
Membro da Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Eduardo Arriada – UFPEL
Membro da Banca Examinadora

_____

Prof.ª Dr.ª Joanalira Corpes Magalhães – FURG
Membro da Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Moacir Lopes de Camargos - UniPampa
Membro da Banca Examinadora

Rio Grande,

2016

Ficha catalográfica

S586i Silva, Marlon Silveira da.
A invenção da inversão: ciência e o desejo entre mulheres / Marlon Silveira da Silva. – 2016.
135 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-graduação em Educação, Rio Grande/RS, 2016.
Orientador: Dr. Márcio Rodrigo Vale Caetano.

1. Discurso científico 2. Homossexualidade feminina 3. Educação 4. Visão computacional 5. Colorimetria I. Prentice-Hernández, Carlos II. Título.

CDU 37:613.88

Catalogação na Fonte: Bibliotecário Me. João Paulo Borges da Silveira CRB 10/2130

“Para navegar contra a corrente são necessárias condições raras:

espírito de aventura, coragem, perseverança e paixão.”

Nise da Silveira

Agradecimentos

Inspirado pelas palavras do maestro Tom Jobim que cantava "*é impossível ser feliz sozinho...*" e acreditando que a finalização de uma etapa é um momento de celebração, como tal, deve ser dividido com aqueles e aquelas que fizeram parte dessa trajetória. Dessa forma, agradeço e sou grato:

À CAPES, pelo apoio financeiro.

À Universidade Federal do Rio Grande.

À equipe do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande.

Aos/as componentes da banca, Prof.ª Dr.ª Daniela Auad, Prof. Dr. Eduardo Arriada, Prof.ª Dr.ª Joanalira Corpes Magalhães e Prof. Dr. Moacir Lopes de Camargos, por terem aceito o convite de contribuírem na qualificação deste trabalho e também na defesa do mesmo, abrindo mão de suas agendas e auxiliando no processo de construção do conhecimento.

As amigas Aline B. Peters, Gabriela Padula e Jimena Hernandéz, e aos amigos Aureliano Lopes e Thalles Amaral por terem aberto as portas de seus lares para me acolher quando dos momentos de coleta de dados.

Aos colegas de Nós do Sul: Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Currículo, Cláudia Penalvo, Treyce Goulart, Talita Medeiros e Luiz Mendes, pelas discussões que ajudaram a alimentar e enriquecer esse trabalho.

Aos grandes amigos Clarice Machado Gama Hausen e Maurício Mendes Rodrigues por se manterem ao meu lado, dividindo as dores e as alegrias desse percurso.

Ao meu pai Marcos e minha mãe Rosângela pelo seu carinho e amor incondicional. As minhas irmãs Rayane e Raissa, ao meu irmão Marcelo e ao meu sobrinho e afilhado Rafael por serem minha motivação nessa caminhada.

À minha vó Neucy, à minha tia Mara Rosane e à minha madrinha Ângela, por tudo que sempre fizeram e fazem por mim de forma desmedida para que eu alcance meus objetivos.

Ao professor, e agora amigo, Marcio Caetano pela dedicação, excelência e carinho com que conduziu e acompanhou cada passo desta pesquisa, além da confiança depositada em mim na elaboração de um trabalho que, sei, muito lhe atravessa e instiga.

À todos esses e essas, o meu muito obrigado!

RESUMO

Em consonância com o projeto de Brasil republicano de base higienista e eugenista, grande parte dos discursos produzidos pela intelectualidade brasileira defenderam a escola e a família como espaços estratégicos de definições/execuções político-pedagógicas de cidadania, ancoradas em modelos sexuais assimétricos e heterocentrados. Considerando este quadro, referenciado nos Estudos Culturais e nos aspectos metodológicos pelas análises Documentais e de Discursos, esta pesquisa apresenta como problema de investigação *os discursos científico-educativos produzidos sobre a homossexualidade feminina na primeira metade do século XX, no Brasil*. Com a análise dos dados, observamos que os discursos científico-educativos aproximavam-se em defender o *status* patológico à homossexualidade feminina, entretanto, quando debatido as suas origens e meios médico-pedagógicos de prevenção e cura, constata-se que a forma diferenciada com que as práticas educativas interpelavam e governavam mulheres e homens também se refletiu nas posições científicas defendidas pela intelectualidade. Enquanto que para os homens da Ciência a submissão e a vida doméstica eram prescritas como instrumentos educativos preventivos e de cura, para Iracy Doyle – única intelectual da primeira metade do século XX a estudar o tema – a origem e a cura à homossexualidade feminina encontrava-se, de diferentes maneiras, no rechaço a vida assimétrica e doméstica a que mulheres eram orientadas a viver no período.

Palavras-chaves: Discurso Científico, Homossexualidade Feminina, Educação.

ABSTRACT

In line with the Republican Brazil project hygienist and eugenicist base, most of the speeches made by Brazilian intellectuals defended the school and the family as strategic spaces to set political-pedagogical citizenship, anchored in asymmetric sexual models and centered in straight roles. Considering this framework referenced in Cultural Studies and methodological aspects of the Documental and Speeches analysis, this research presents as research problem the scientific-educational discourses produced on female homosexuality in the first half of the twentieth century in Brazil. With the data analysis, we observed that the scientific and educational speeches were defending the pathological status of female homosexuality, however, when discussed its origins, medical and pedagogical means of prevention and cure, it appears that the different way that educational practices challenged women and men was also reflected in scientific positions defended by the intelligentsia. Meanwhile, for Science men submission and domestic life were prescribed as preventive educational tools of healing, according to Iracy Doyle – the only intellectual from the first half of the twentieth century studying the subject - the origin and the cure of the female homosexuality was found, in different ways, in the rejection of the asymmetric and domestic way of life that women were instructed to live in that period.

Keywords: Speech, Science, Female Homosexuality, Education.

LISTA DE SIGLAS

HPN- História da Psiquiatria Nacional

IMP – Instituto de Medicina Psicológica

LACRJ – Laboratório de Antropologia Criminal do Rio de Janeiro

LBHM – Liga Brasileira de Higiene Mental

SBPNML – Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal

SNDM – Serviço Nacional de Doenças Mentais

SPID – Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS 16

OLHAR (LESBO) FEMINISTA A RESPEITO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS *LÉSBICAS* 16

AS LENTES ESCOLHIDAS PARA PRODUZIR O PASSADO 26

METODOLOGIA 34

1 ASPECTOS PANORÂMICOS DO BRASIL: A BANDEIRA DA ORDEM E DO PROGRESSO 40

1.1 LOUCAS, HISTÉRICAS, PROSTITUTAS E INVERTIDAS 41

1.2 EUGENIA E HIGIENISMO: DESAFIOS DA NOVA REPÚBLICA E A ELABORAÇÃO DOS REFERENCIAIS DE CIDADÃOS/ÃS 48

2 IRACY DOYLE: RETRATO FEMININO DA CIÊNCIA 65

2.1 A FORMAÇÃO: OS PRIMEIROS PASSOS DA "DOUTORINHA" 66

2.2 DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS À REALIZAÇÃO DOS SONHOS: O NASCIMENTO DO INSTITUTO DE MEDICINA PSICOLÓGICA E O LEGADO À CIÊNCIA 76

3 A INVENÇÃO DA INVERSÃO: CIÊNCIA E O DESEJO ENTRE MULHERES 82

3.1 NEM PECADORAS, NEM CRIMINOSAS, MAS DOENTES: A INVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA 82

3.2 MAPEANDO OS DISCURSOS SOBRE A INVERSÃO SEXUAL FEMININA 95

4 INSTÂNCIAS PEDAGÓGICAS: LABORATÓRIOS DE PRÁTICAS EDUCATIVAS 105

4.1 O ESPAÇO ESCOLAR: DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL À EDUCAÇÃO SEXUAL 105

4.2 O ESPAÇO FAMILIAR: ALICERCE DA SEXUALIDADE *NORMAL* 115

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 123

REFERÊNCIAS 127

INTRODUÇÃO

Ao sermos interpelados/das constantemente por uma definição ou conceito a respeito da homossexualidade (tanto a feminina quanto a masculina), somos levados/das a percorrer um perigoso caminho que é o da estigmatização de sujeitos/as[1]. Como ressalta Portinari (1989), a homossexualidade pode ser tantas coisas quanto as que sobre ela forem ditas, ou seja, por ser algo construído na cultura, através da linguagem que lhe atribui significados, a homossexualidade pode ser um conceito híbrido, carregado de diferenças locais, culturais, sociais e temporais.

De modo a contribuirmos no processo de desconstrução desses estigmas, colocando em xeque a naturalização de categorias sexuais historicamente construídas, a presente pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande, sob orientação do Prof. Dr. Marcio Caetano, tem como objetivo geral investigar os discursos científico-educativos produzidos sobre o corpo homossexual feminino a partir de obras publicadas entre as décadas de 1920 e 1950, a exemplo de *Contribuição ao Estudo da Homossexualidade Feminina* (1956), da psiquiatra Iracy Doyle. Nesse exercício, interessa-nos analisar as representações que estão presentes nesses discursos e que contribuíram na invenção social daquilo que foi assimilado como invertida sexual ou homossexual feminina.

Para que fosse alcançado o objetivo proposto, foi necessária a elaboração de objetivos específicos, sendo eles: 1) Contextualizar a sociedade brasileira no período em questão, seus aspectos políticos, econômicos e culturais que, somados, contribuíram para a emergência dos estudos protagonizados pelos/as intelectuais brasileiros/as; 2) Conhecer a trajetória da pesquisadora brasileira Iracy Doyle, sua formação pessoal e intelectual, de modo a compreender seus posicionamentos e conclusões em torno da homossexualidade feminina; 3) Analisar alguns dos discursos científicos encontrados em obras publicadas entre as décadas de 1920 e 1950, no Brasil, a respeito da homossexualidade feminina; e 4) Interrogar nesses discursos as expectativas assumidas pelas escolas e famílias enquanto espaços educativos na prevenção e na cura da chamada inversão sexual feminina[2]. De modo a

---

[1] Embora entendamos que a palavra não exista no dicionário formal da língua portuguesa, assim como *indivíduas* e *membra* (entre outras), constantemente faremos uso destas por acreditarmos que as palavras, assim como a escrita, também são políticas.

[2] O termo *inversão sexual* foi frequentemente utilizado para classificar o que hoje comumente chamamos de lesbianidade. Por reconhecer que esse é um conceito central nessa pesquisa, uma vez que essa se dispõe

alcançar esses objetivos, buscamos nos elementos metodológicos da Análise Documental e de Discurso, mediados pelos Estudos Culturais Feministas e Foucaultianos, as abordagens necessárias. Assim sendo, esta pesquisa ficou dividido da seguinte forma:

Aspectos teórico-metodológicos: antes de abordarmos as análises aqui sugeridas, pensamos ser importante apresentarmos um quadro teórico, onde discutiremos alguns conceitos e categorias de análise que acreditamos nos auxiliar a alcançar os objetivos acima apresentados. Para além dos aspectos teóricos, traremos para esse diálogo alguns estudos realizados anteriormente e que se utilizaram de alguns entendimentos e compreensões sobre os temas relacionados a esta dissertação, contribuindo nas análises sugeridas.

No capítulo I, denominado *Aspectos panorâmicos do Brasil: a bandeira da ordem e do progresso,* buscaremos contextualizar brevemente a sociedade brasileira no que diz respeito ao surgimento e importância das ciências médico-jurídicas, e localizaremos as visões a respeito do corpo e do comportamento da mulher na sociedade em questão, de forma a compreendermos a origem e as possíveis pistas dos "porquês" do surgimento dos discursos normalizadores que propomos investigar.

No segundo capítulo, denominado *Iracy Doyle: retrato feminino da Ciência*, através de um olhar sobre sua biografia (vida e obra), buscaremos narrar alguns aspectos considerados importantes para a compreensão dos estudos desenvolvidos pela psiquiatra carioca, além dos/as intelectuais que contribuíram e tiveram influência sobre suas pesquisas, de modo a nos aproximarmos do lugar de onde produzia seus estudos e as condições que possibilitaram a emergência de tais investimentos.

No capítulo seguinte, ao qual chamamos *A invenção da inversão: ciência e o desejo entre mulheres,* analisaremos os textos publicados em diferentes fontes (manuais médicos, livros do Direito e Educação) que, somados à tese de Iracy Doyle, produziram um discurso de (a) normalidade sobre os corpos das mulheres e suas práticas sexuais, classificando-as e regulando-as.

No quarto e último capítulo, denominado *Instâncias pedagógicas: laboratórios de práticas educativas,* buscaremos analisar a influência desses discursos normalizadores nas práticas pedagógicas de diferentes instituições consideradas educativas, a exemplo da escola

---

justamente a estudar seu surgimento e de forma a não cometer anacronismos, esta discussão receberá maior atenção não só no capítulo do quadro teórico, mas na pesquisa como um todo.

e da família, que tinham a intenção de interferir na formação das mulheres, no que diz respeito à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento da inversão sexual.

Cabe salientar, que nesse investimento de análise, não pretendemos verificar os efeitos ou impactos desses saberes nas instâncias educativas, nem, tampouco, dar conta das práticas corporais instituídas nesses espaços. Sem desconsiderar a importância desses questionamentos, chamamos a atenção para o aspecto mais específico de nosso recorte, que é a análise das produções bibliográficas de intelectuais que buscaram a dupla ação de construir uma performatividade para a homossexualidade feminina e também legitimar intervenções sobre essas mulheres, então consideradas doentes. Assim, este trabalho analisa os aspectos relacionados a emissão do discurso, o que não significa, que os efeitos de sua recepção não sejam igualmente importantes.

Gostaríamos de pontuar também, diante da vasta possibilidade de análise de discurso, que não pretendemos nessa pesquisa fazer uma análise dos diferentes discursos sobre a homossexualidade feminina. Afinal, sabemos, são infinitas as formas e possibilidades de veiculação e circulação de discursos que versam a respeito, tendo diferentes objetivos, tanto por parte de instituições conservadoras, passando pela literatura, e até por parte do próprio movimento lesbofeminista.

A multiplicidade de possibilidades e interpretações, porém, nos fazem pensar a homossexualidade feminina tal como a concebemos hoje (a partir dos discursos midiáticos e científicos) e essa reflexão nos leva a voltar nosso olhar ao passado recente, de maneira a perceber como esses discursos em torno da homossexualidade foram/são (re)produzidos e, a partir deles, ganharam/ganham significado em um determinado grupo, neste caso, o de cientistas. Além disso, um olhar sensível para a história da educação nos leva a refletir sobre a influência desses discursos e o quanto interferiram na formação dos/as sujeitos/as e suas subjetividades.

Vale lembrar ainda, que em relação ao discurso, até mesmo aquilo que não é dito, o "indizível" ou silenciado, também pode ter muito a nos revelar sobre um determinado grupo. Sendo assim, dada a multiplicidade de possibilidades, por uma questão de recorte, nosso olhar se volta para os discursos da ciência e das vozes autorizadas do período em questão: décadas de 1920 a 1950 no Brasil. Ainda no que se refere a esse recorte temporal, acreditamos ser necessário elucidar que, embora as possibilidades de análise sejam muitas, poucas são as obras que se destinam exclusivamente a questão da homossexualidade

feminina[3], fazendo com que tivéssemos que buscar e acessar obras de diferentes décadas (daí o alargamento da baliza temporal), de forma a termos um material mais consistente para análise.

Produzir a história das sujeitas interpretadas como doentes ao serem consideradas invertidas é tanto uma necessidade, como um desafio. Uma necessidade no que diz respeito à invisibilidade das mulheres, de uma forma geral, na historiografia patriarcal e androcêntrica[4], onde as mulheres foram/são apresentadas/narradas como sujeitas passivas no decorrer dos processos históricos. Desafiadora porque, ao falar contemporaneamente sobre lesbianidade, estamos falando de mulheres que foram colocadas em um lugar de subalternidade a partir do pensamento dicotômico hierarquizante, além de terem sua sexualidade associada à doença e perversão, muitas vezes até consideradas nocivas ao convívio social.

Cabe ainda informar que, embora nossas fontes e materiais de análises sejam documentos elaborados por saberes hegemonicamente dominantes, que iremos ao longo da dissertação apresentá-los (Medicina, Direito, Educação), nosso olhar se volta para a forma como um grupo considerado "marginal" foi retratado e produzido, de forma a fugirmos de uma "História oficial" hegemônica[5], voltada para os grandes vultos políticos e heróis sacralizados em livros didáticos e monumentos, na sua quase totalidade, homens.

Muitas razões poderiam justificar a predileção pelo tema proposto, tais como as ainda poucas pesquisas sobre os discursos produzidos sobre a homossexualidade feminina[6].

---

[3] Com exceção da obra *Contribuições ao estudo da homossexualidade feminina*, de Iracy Doyle, a maioria dos discursos que abordavam a sexualidade/homossexualidade da mulher foi encontrada em capítulos de livros voltados para a sexualidade masculina.

[4] Segundo Caetano (2011), o androcentrismo "[...] caracteriza-se pela cadeia de responsabilidade que a todo o momento é cobrada aos homens e os levam a naturalizar o governo de si, de outros (mulheres, filhos e filhas) e do público" (p. 14). O androcentrismo, aliado à heteronormatividade, seria o ponto de partida para agressões de cunho homo/lesbo/transfóbico. Esses conceitos, somados à misoginia, se entrecruzam na manutenção do sistema patriarcal, sustentando a ideia do governo do homem sobre a mulher, inclusive sobre o que é produzido pelo/com o corpo desta. Além disso, "ao exigir a tarefa de governo do homem e de governada da mulher, lhes obrigam a relações intrínsecas e reprodutivas do sistema em uma lógica binária" (p. 14).

[5] Criada no seio da tradição marxista para refletir sobre as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintas organizações e em diferentes tempos e espaços, a noção de hegemonia elaborada por Antônio Gramsci também nos ajuda a refletir sobre a produção cientifica enquanto responsável pela manutenção e reprodução de poderes/saberes elaborados através de uma concepção eurocêntrica de conhecimento. Nesse sentido, através de esforços permanentes e de convencimento ideológico, visando se manterem no poder, é que a dominação econômica se transforma em hegemonia cultural (Silva, 2007).

[6] Um dos primeiros movimentos feitos por nós entre os meses de março e maio de 2014, afim de encontrarmos referência e suporte em trabalhos produzidos sobre a nossa temática, foi a busca em bancos de dados acadêmicos disponíveis na *web*, como o Google Acadêmico (https://scholar.google.com.br/), SciElo –

Porém, as páginas que se seguem, chamam a atenção para a importância de um olhar mais atento e sensível para a História (e a História da Educação brasileira) e a forma como foram/são articulados os saberes/poderes de diferentes instituições na produção de condutas normais/anormais que, atrevemo-nos a dizer, ainda hoje estão presentes tanto nos saberes da Medicina quanto nos saberes do Direito e da Pedagogia, para citar alguns campos de produção de conhecimento. Nessa direção, a Linha de Pesquisa "Culturas, Linguagens e Utopias"[7], como o próprio nome já sugere, surge como um importante espaço para as reflexões e problematizações aqui propostas, posto os objetivos que justificam e motivam esse trabalho.

Aos olhos da teoria crítica lesbofeminista, que busca justamente fugir dessa autoridade epistêmica masculina (assim como os próprios objetivos que orientam essa pesquisa), talvez soe meio estranho um intento como esse desenvolvido por um homem que, embora homossexual, não seja atravessado pelas marcas e estigmas de uma mulher lésbica. Afinal, sabemos, são distintas as formas pelas quais as homossexualidades foram/são construídas, assim como as formas de violência que lhes atravessam. Ao mesmo tempo em que reconheço[8] as possíveis lacunas e fragilidades de um trabalho desenvolvido por um homem sobre mulheres, ou mulheres lésbicas, acredito que este investimento possa auxiliar na construção de um olhar mais atento à história dessas mulheres, contribuindo e estimulando futuras pesquisas que, preferencialmente, sejam desenvolvidas pelas próprias, e não pelo e através do olhar do outro.

Scientific Eletronic Library Online (http://www.scielo.org/php/index.php) e Banco de teses da CAPES (http://bancodeteses.capes.gov.br/). As primeiras buscas foram realizadas através das palavras-chaves: lesbianidade, homossexualidade feminina e discurso científico. Obviamente, muitas pesquisas em forma de artigos, dissertações e teses nos foram apresentadas, porém, não localizamos nenhuma que compreendesse nosso recorte temporal e fontes, o que nos demonstrou o quanto era desafiadora e original nossa proposta.

[7] Compondo o Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande, a Linha de Pesquisa Culturas, Linguagens e Utopias "justifica-se como uma abertura compreensiva diante do instituído, inaugurando um campo de possibilidades de reinvenção das linguagens, das culturas e das utopias. Busca a compreensão dos processos educativos formais e não- formais que envolvem o fazer docente e os entornos dos contextos educacionais" (extraído do site do Programa, disponível em: http://www.ppgedu.furg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=62, Acessado em 12.08.15).

[8] Por tratar-se de questões pessoais, este será o único momento em que o texto aparece na primeira pessoa do singular.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

> *O que se pode aproveitar dos interesses e dos saberes acadêmicos para se obter elementos de conhecimento útil?* (JOHNSON, 2006, p. 17).

A provocação feita por Richard Johnson, logo na introdução deste relatório de pesquisa, já apresenta, de certa forma, nossas inclinações e preferências teóricas, uma vez que acreditamos que nenhum saber é neutro, sendo, portanto, carregado de intenções. Dito de outra maneira, queremos que as reflexões proporcionadas por esta pesquisa possam colocar em xeque, ou, ao menos, desestabilizar certos saberes e verdades estabelecidas historicamente, denunciando a forma como foram (e ainda são) construídos a favor de certos grupos hegemônicos. A pesquisa acadêmica pode ser considerada, sobremaneira, um espaço privilegiado para a reflexão sobre as (in)diferenças e as injustiças, sejam aquelas entre o passado e o presente, sejam as que se impõem no mundo contemporâneo, tornando-se assim útil para o reconhecimento e o empoderamento de minorias políticas, a exemplo das mulheres, ou, neste caso, das mulheres que hoje atribuímos a identidade político-sexual "lésbica".

OLHAR (LESBO) FEMINISTA A RESPEITO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS *LÉSBICAS*

Ao elegermos como tema central a produção discursiva sobre as mulheres homossexuais pela ciência predominante como nosso fio condutor, embora pareça redundante a expressão *mulher lésbica*[9], cabe aqui trazer as discussões e contribuições suscitadas no interior dos estudos que reconhecemos como sendo lesbofeministas ou que contribuíram a esse campo, a exemplo de Teresa de Lauretis (1994), Norma Mogrovejo (2000), Monique Wittig (2006) e as contribuições de Simone de Beauvoir (1949)[10].

[9] A emergência da palavra lésbica não pode ser datada, porém, é sabido que a origem está ligada à Ilha de Lesbos, ilha grega que teria sido um significativo centro cultural e de comércio da região durante o século VII a.C. Nela, teria nascido a poetiza Safo, cuja poesia tinha grande conteúdo emocional e erótico dirigido a outras mulheres. Os termos inversão sexual ou homossexualidade feminina serão frequentemente utilizados para classificar o que hoje comumente chamamos de lesbianidade ou lesbianismo. Por reconhecer que esse é um conceito central nessa pesquisa, uma vez que essa se dispõe justamente a estudar seu surgimento e de forma a não cometer anacronismos, esta discussão receberá maior atenção não só no capítulo do quadro teórico, mas na pesquisa como um todo.

[10] Ano em que foi publicada a primeira edição do livro *O Segundo Sexo,* embora a versão em português utilizada nesta pesquisa seja a de 1967.

Salientamos ainda a importância do que muitas autoras chamam de Metodologia Feminista – Eli Bartra (2012), Martha Patrícia Castañeda Salgado (2012) – para que pudéssemos sensibilizar nosso olhar androcêntrico, de forma a evitar minimamente interpretações carregadas de sexismo, dada a centralidade do tema da produção da homossexualidade feminina neste trabalho. Logo,

> [...] una metodología feminista es necesariamente no sexista (que no discrimine en virtud del sexo) y no androcéntrica (no centrada en los varones). La metodología feminista expresa, de manera explícita, la relación entre política y ciencia[11] (BARTRA, 2012, p. 67).

Neste sentido, entendemos que antes de voltarmos nossos olhares para os discursos em questão, é necessário que busquemos em vozes femininas as discussões em torno do que se entende como lesbianidade, lesbianismo ou homossexualidade feminina, tendo que, necessariamente, abordar conceitos e categorias como Gênero e Sexo.

Embora saibamos que não seja adequado considerar tais representações em torno da identidade lésbica (ou da lesbianidade) uma verdade absoluta, acreditamos que seja possível traçar um perfil de representação de lésbica a partir de vozes femininas que buscaram tal iniciativa. Tais discussões trazidas por Beauvoir (1967) e suscitados pelas feministas que a sucederam, a exemplo de Adrienne Rich (1981), Teresa de Lauretis (1994), Norma Mogrovejo (2000), Monique Wittig (2006), entre outras, nos conduzem a discussões em torno da "materialidade" dos discursos sobre mulheres homossexuais que, em suas lutas e embates políticos, construíram uma corporeidade lesbiana, lhe atribuindo identidade e diferentes sentidos.

Tido como um livro de referência para o feminismo, o clássico *O Segundo Sexo* (1967) de Simone de Beauvoir, pode ser considerado revolucionário em seu tempo, visto que se dedica a mostrar, a partir da perspectiva da filosofia existencialista[12], como estão constituídas as marcas que excluem as mulheres do acesso à individualidade e, portanto, à liberdade (CAETANO, 2011). Nas palavras de Caetano:

> Assim, ser mulher não era uma eleição, na perspectiva de Beauvoir, mas uma determinação. A esta marca, em princípio, biológica, se acumulam outras e a

[11] Optamos por não traduzir as citações.

[12] Segundo Viana (2010), a filosofia existencial pode ser caracterizada principalmente "por centrar no indivíduo a responsabilidade de sua realização. Desse modo, não aceita conceitos como essência humana, absoluto e universal, cujas noções pressupõem uma anterioridade à existência individual, como fundadores de seus preceitos básicos de busca à resolução de seus problemas" (p.119).

> figura final "a mulher", está construída com um molde que a nenhuma lhe permite rechaçar e, portanto, tampouco eleger. Ser mulher tem sido e é uma aprendizagem que como consequência, limita seu poder sobre o universo e sobre sua vida (p. 88).

Simone de Beauvoir, na Obra *O segundo sexo*, denuncia a construção social das categorias binárias Homem/Mulher ao nos provocar: "o que é uma Mulher?". A partir da construção histórica dessa categoria que se afirma em relação ao homem é que o discurso sobre a constituição da "lésbica" foi construído pela ciência do período aqui analisado. Ou seja, podemos refletir, a partir das reflexões de Simone, que a lógica do desejo masculino é que definiu/criou o lesbianismo.

Ao se contrapor ao discurso científico produzido sobre as mulheres que mantinham relação afetiva/sexual com outras mulheres, que predominou durante grande parte do século XIX e início do XX, e utilizando-se das contribuições de sexólogos e psiquiatras contemporâneos seus, Beauvoir (1967) inicia o capítulo intitulado *A lésbica* afirmando: "Nenhum destino anatômico determina sua sexualidade" (p. 144). Em sua maioria, os psicanalistas viam na inversão (tanto a masculina quanto a feminina) um fenômeno psíquico e não orgânico, visto que o corpo de uma lésbica mostrava-se idêntico ao de uma mulher não invertida[13].

A autora explicita que da mesma forma que existem mulheres "femininas" que são homossexuais, existem mulheres com comportamentos "masculinizados" que são heterossexuais, sendo assim, tais elementos não podem definir a sexualidade.

> Uma pessoa dotada de uma vitalidade vigorosa, agressiva, exuberante, almeja despender-se ativamente e recusa ordinariamente a passividade; desgraciosa, mal constituída, uma mulher pode compensar sua inferioridade adquirindo qualidades viris; se sua sensibilidade erógena não está desenvolvida, ela não deseja as carícias masculinas. Mas anatomia e hormônios não definem senão uma *situação* e não põem o objeto para o qual ela **transcenderá** (BEAUVOIR, 1967, p. 145. Grifos nossos).

Também pode ser verificado o caráter de "escolha", opção que a lesbianidade ganha, sendo uma alternativa para as mulheres desprovidas de beleza. Porém, a autora traz também a importância que as questões orgânicas podem influenciar caso não estejam bem desenvolvidas, levando a lésbica a abdicar das carícias do homem. Entretanto, nenhuma das duas podem ser determinantes na escolha do que ela chama de transcendência.

---

[13] Invertidas, assim como "viragos" e "tríbades" eram termos muito utilizados pela ciência ao se referir às mulheres que apresentavam comportamento considerado masculinizado ou inclinação homossexual. No capítulo III esses adjetivos serão melhor examinados.

Desafiando a teoria sartreana da liberdade ontológica e radical, para a filósofa, a noção de *situação* é algo mais que a outra face da liberdade. Para ela, a situação limita a liberdade, ou, dito de outro modo, há situações em que a liberdade não pode ser exercida. Para Beauvoir, enquanto a transcendência surge como um dos movimentos que o sujeito realiza para constituir-se soberano de sua existência, um movimento de superação de um estado original de liberdade ao ultrapassar esse estado, a imanência refere-se à não superação desse estado. Para contribuir com essa reflexão, Femenías (2012) destaca:

> Como acertadamente interpreta López Pardina, Beauvoir põe a ênfase na condição do sujeito humano de ser transcendência e, por isso, insta as mulheres a alcançá-la. Do mesmo modo que Virginia Woolf – à qual curiosamente não faz referência –, Beauvoir pensa num sujeito universal que inclua tanto a homens como a mulheres. Do mesmo modo que a escritora inglesa, considera este dimorfismo natural o substrato biológico do qual partimos. Em poucas palavras, os sexos são dois, mas a construção histórica dos gêneros converteu uns (os homens) em sujeito-uno autônomo e as outras (as mulheres) no Outro, tal como vimos no apelo que Beauvoir faz às figuras da autoconsciência da dialética hegeliana. Isso mesmo que, em sua reelaboração da dialética do senhor e do escravo, ela trate de mostrar que o projeto masculino de descorporização (de separação entre mente e corpo) é auto-enganoso e insatisfatório. Butler julga que, ao prescrever a superação da construção de gênero – que constrange as mulheres e que historicamente implicou em que sacrifiquem sua autonomia e sua possibilidade de transcendência –, Beauvoir sugere uma homologação com o sujeito masculino. Luce Irigaray, em Speculum (1974), sugere que Beauvoir prescreve para as mulheres o projeto masculino da transcendência, levando-as a assumir o modelo masculino de sujeito e de liberdade. Obviamente, se entendemos – também com Irigaray – o construto sujeito como materialmente homem, trata-se de uma prescrição cujo cumprimento é impossível (p. 320-321).

Ao dialogar com as contribuições de Foucault e Beauvoir, Judith Butler (2003b) problematiza as categorias de gênero e sexo, assim como as possibilidades de subversão dos opostos binários, em que, segundo ela, para Foucault essa subversão não é a "transcendência" trazida por Beauvoir, mas a "proliferação" até o ponto em que as oposições binárias deixem de existir. Salvo algumas críticas lembradas pelo pensamento feminista à obra de Foucault[14], uma das muitas aproximações possíveis entre as contribuições do filósofo e as pensadoras feministas é essa crítica a configuração binária de poder e o modelo

[14] A partir do artigo *Problematizações feministas à obra de Michel Foucault*, Narvaz e Nard (2007) propõem problematizar alguns aspectos da obra do filósofo a partir do diálogo entre ele o os estudos feministas. Uma das críticas apontada pelos/as autores/as repousa na ideia de que, apesar das muitas contribuições de Foucault aos estudos feministas, o filósofo não incorpora as problematizações feministas à sua genealogia, alegando que "Se Foucault não acredita na liberação de subjetividades ocultas ou reprimidas, propondo uma radical reconstrução de subjetividades formadas em e contra a hegemonia histórica do sujeito jurídico (Butler, 1986, 2000, 2003), as feministas há muito demonstraram como formas patriarcais de heterossexualidade monogâmica compulsória e uma rígida, binária e hierárquica produção discursiva acerca da diferença sexual naturalizam diferenças, mascarando a construção cultural e política do poder, dos corpos, das subjetividades e das verdades" (p. 65).

jurídico de opressor e oprimido, em que a proliferação surge como uma estratégia para a subversão da hierarquia de gênero e ao binarismo homossexual/heterossexual. Para Butler, essa proliferação auxiliaria no processo de desconstrução dos sistemas de dominação, uma vez que estes sistemas essencialistas, que sustentam o gênero, atuam e mascaram os discursos dominantes, tornando-se elementos de opressão (CAETANO, 2011). Para além de transcender as relações de poder existentes nesses sistemas, a proliferação possibilitaria a destituição das configurações binárias.

Distante desse entendimento, Beauvoir (1967) afirma:

> A elaboração do erotismo feminino é — já o vimos — uma história psicológica em que os fatores fisiológicos são envolvidos, mas que depende da atitude global do sujeito em face da existência. Maranõn considera que a sexualidade tem uma "direção única" e que atinge no homem uma forma acabada, ao passo que na mulher fica "a meio caminho"; só a lésbica possuiria uma libido tão rica quanto a do homem, ela seria pois um tipo feminino "superior" (p. 145).

Trazendo Maranõn e outros estudiosos autorizados a falar sobre o tema da sexualidade, Beauvoir atribui aos psicanalistas o mérito de ver na inversão sexual feminina um fenômeno psíquico e não orgânico, em que a constituição da lesbianidade é determinada por fatores externos. Além disso, a autora traz algumas contribuições a respeito das possibilidades da constituição da lésbica:

> Para Adler essa parada não é um acidente suportado passivamente: é desejado pelo sujeito que, por vontade de poder, nega deliberadamente sua mutilação e procura identificar-se ao homem cujo domínio recusa. Fixação infantil ou protesto viril, a homossexualidade se apresentaria em todo caso como um inacabamento. Em verdade, a lésbica não é nem uma mulher "falhada" nem uma mulher "superior". A história do indivíduo não é um progresso fatal: a cada momento o passado é retomado mediante uma nova escolha e a "normalidade" da escolha não lhe confere nenhum valor privilegiado: é pela sua autenticidade que cumpre julgá-lo. A homossexualidade pode ser para a mulher uma maneira de fugir de sua condição ou uma maneira de assumi-la. O grande erro dos psicanalistas está em, por conformismo moralizador, encará-lo somente como uma atitude inautêntica (BEAUVOIR, 1967, p. 146).

A mulher lésbica, ao repudiar o homem dominador, estaria desejando o seu domínio, o controle que a figura deste exerce sobre as mulheres. Simone caracteriza a lésbica, já que desconsidera que ela seja algo “no meio termo”, neste caso, a homossexualidade feminina seria algo inacabado, incompleto. A lesbianidade para a mulher surge como uma alternativa de fugir de sua condição de mulher a qual tal categoria lhe coloca (passiva, submissa...). Sua crítica aos psicanalistas está na inautenticidade em que a lésbica é colocada, que, segundo a

autora, ocorre por questões morais que só reforçam os discursos normalizadores presentes até então. Em outro momento, ao adjetivar a lesbianidade, Beauvoir (1967) dispara:

> A homossexualidade da mulher é uma tentativa, entre outras, de conciliar sua autonomia com a passividade de sua carne. E se se invoca a natureza, pode-se dizer que toda mulher é homossexual. A lésbica caracteriza-se com efeito pela recusa do macho e seu gosto pela carne feminina; mas toda adolescente receia a penetração, o domínio masculino, experimenta em relação ao homem certa repulsa; em compensação, o corpo feminino é para ela, como para o homem, um objeto de desejo (p. 146).

Neste sentido, a lésbica para Beauvoir se caracteriza pela atração pelo corpo feminino e negação do homem. A partir dessa recusa, a autora sugere a divisão de dois grupos de lésbicas, muito semelhante às classificações errôneas e limitadoras aceitas até hoje em nossa sociedade, em que:

> O que é preciso explicar na invertida não é portanto o aspecto positivo de sua escolha, é sua face negativa: ela não se caracteriza por seu pendor pelas mulheres e sim pela exclusividade desse pendor. Distinguem-se amiúde — depois de Jones e Hesnard — dois tipos de lésbicas: umas "masculinas" que "querem imitar o homem", outras "femininas" que "têm medo do homem". É verdade que se podem considerar, grosso modo, duas tendências na inversão; certas mulheres recusam a passividade, enquanto outras escolhem braços femininos para a eles se entregarem passivamente (BEAUVOIR, 1967, p. 147).

Analisamos assim que Beauvoir, ao classificar as lésbicas entre as masculinas e as femininas, em nosso entendimento, está limitando ainda mais o conceito, reforçando estereótipos baseados ainda na visão binária macho/fêmea, ativo/passivo, ou seja, a lésbica reproduzida a partir da linguagem androcêntrica em que a construção se dá a partir do falo:

> Cada vez que ela se conduz como ser humano, declara-se que ela se identifica com o macho. Suas atividades esportivas são interpretadas como um "protesto viril"; recusam-se a levar em consideração os valores para os quais ela transcende, o que conduz evidentemente a considerar que ela faz a escolha inautêntica de uma atitude subjetiva. O grande mal-entendido em que assenta esse sistema de interpretação está em que se admite que é natural para o ser humano feminino fazer de si uma mulher feminina: não basta ser uma heterossexual nem mesmo uma mãe, para realizar esse ideal; a "verdadeira mulher" é um produto artificial que a civilização fabrica, como outrora eram fabricados castrados; seus pretensos "instintos" de coquetismo, de docilidade são-lhe insuflados, como ao homem o orgulho fálico (BEAUVOIR, 1967, p. 148).

Ao referir-se à mulher como um "produto artificial", Beauvoir nos permite voltar à frase clássica com que abre sua Obra: "Não se nasce mulher, torna-se", onde denuncia o caráter de construção dos conceitos de homem e mulher, em que estes seriam construções sociais e culturais. No universo do amor entre as mulheres (e somente ali) o binário

homem/mulher desapareceria enquanto dominação e sobreposição de um sobre o outro, e o ato sexual entre mulheres ganha outra dimensão:

> Entre mulheres, o amor é contemplação: as carícias são menos destinadas a se apropriar do outro do que a recriar-se lentamente através dele; a separação está abolida, não há nem luta, nem vitória, nem derrota; dentro de uma exata reciprocidade cada qual é ao mesmo tempo sujeito e objeto, a soberana e a escrava; a dualidade é cumplicidade (BEAUVOIR, 1967, p. 156).

Nesse sentido, sua observação nos leva a pensar na possibilidade da quebra de um mundo dividido em dois, de relações hierarquizantes que estão ligadas diretamente ao que Adrienne Rich (1981) chamará de "heterossexualidade obrigatória". Mas essa possibilidade não ganha o mesmo status de "revolucionária", como veremos em Monique Wittig. Mais adiante, encontramos uma das citações em que Beauvoir faz uma importante afirmação sobre o que caracterizaria a lésbica:

> Em verdade, nenhum fator é determinante; trata-se sempre de uma escolha efetuada no coração de um conjunto complexo e assentado numa livre decisão; nenhum destino sexual governa a vida do indivíduo: seu erotismo traduz ao contrário sua atitude global para com a existência (BEAUVOIR, 1967, p. 158).

Na afirmação acima, Beauvoir reforça sua compreensão a respeito da condição da lésbica, reforçando que nem o biológico e o orgânico, tampouco o social, podem determinar a lesbianidade, sendo esta uma escolha, uma eleição em que o ser humano não pode ser considerado passivo diante de uma predestinação sexual.

Se levarmos em consideração o que era produzido em sua época, *O Segundo Sexo* torna-se, à sua maneira, revolucionário. Daí a importância de lembrarmos de sua relevância, pois, se hoje conseguimos fazer esse exercício de diálogo inclusive com outras autoras, é porque a Obra de Beauvoir possibilitou às pesquisadoras feministas refletirem sobre temas importantes como a lesbianidade, tornando-se assim um marco referencial para o próprio movimento.

Diferentemente de Beauvoir, ao problematizar o conceito de "lésbica" e de "mulher", Monique Wittig nos desestabiliza, alargando a lesbianidade para além da relação sexual entre mulheres e desconstruindo a categoria "sexo", apresentando-a como categoria política. Para Wittig (2006), o "lesbianismo" apresenta-se como a única forma de resistir ao sistema de dominação patriarcal, em que a heterossexualidade seria um regime político que se concretiza através da submissão e apropriação das mulheres pelos homens.

> ¿Qué es la mujer? Pánico, zafarrancho general de la defensa activa. Francamente es un problema que no tienen las lesbianas, por un cambio de perspectiva, y sería impropio decir que las lesbianas viven, se asocian, hacen el amor con mujeres porque "la-mujer" no tiene sentido más que en los sistemas heterosexuales de pensamiento y en los sistemas económicos heterosexuales. Las lesbianas no son mujeres (WITTIG, 2006, p. 57).

Compreender o conceito de não-mulher nessa perspectiva, passa antes pela acepção de que a categoria "sexo" é uma categoria política que funda a sociedade enquanto heterossexual. Em outras palavras, essa categoria estabelece como natural a relação que está na base da sociedade (no caso, heterossexual) inclusive, economicamente (divisão sexual do trabalho) e, sobretudo, no campo do desejo.

Sendo assim, a categoria sexo é o que a autora chama de totalitária, pois é legitimada por instituições tradicionais como o Direito, a Medicina entre outras, tanto que, através de seus discursos biologizantes sobre a natureza dos corpos, exerciam (e ainda exercem) influência na divisão binária homem-mulher. Logo, sobre a lésbica a autora cita: "Así, una lesbiana debe ser cualquier otra cosa, una no-mujer, un no-hombre, un producto de la sociedad y no de la "naturaleza", porque no hay "naturaleza" en la sociedad" (WITTIG, 2006, p. 58).

Para Wittig, a heterossexualidade seria um regime político sustentado pela submissão e apropriação das mulheres em que, a partir de sua capacidade biológica para gerar filhos/as, procriar, estas foram e são colocadas em um lugar de subordinação, ou seja, a submissão está atrelada à categoria de sexo: "naturaliza-se a história e se passa a crer que homens e mulheres sempre existiram e sempre existirão do mesmo modo" (WITTIG, 1992, p. 10-11). Através da naturalização destes fenômenos, justifica-se o lugar de submissão das mulheres. Logo, a lésbica não é uma mulher, porque não está inserida na relação heterossexual, ou seja, não se submete à hierarquização heterossexista que é naturalizada pela afirmação das categorias Homem e Mulher.

Indo de encontro à naturalização dessas categorias, recusando e resistindo à heterossexualidade, as lésbicas não são nem homens e nem mulheres, o que lhes custa o equívoco do estigma de que não são "mulheres reais" e de "quererem ser homens" (WITTIG, 1992, p. 12). Uma vez que ser lésbica é a única forma de resistência dentro desse regime político, a categoria lésbica ganha status de revolucionária para Wittig.

A partir dessa premissa, Wittig critica os discursos científicos que, através de argumentos biologizantes sobre os corpos, acentuam as diferenças entre homens e mulheres,

reforçando a heterossexualidade e, com isso, mascarando os conflitos de interesses e os embates ideológicos que estão por trás dessas categorias. É nesse sentido que o "mito da mulher" não é um conceito útil para as lésbicas.

Além da análise dos mecanismos de dominação que, pode-se dizer, é presente na obra de ambas, a recusa pela biologização do feminino seria outra das aproximações possíveis entre Beauvoir e Wittig, em que elas defendem que tanto o homem como a mulher são construções sociais, ou seja, categorias que foram/são construídas a partir da dominação e subordinação de um sobre o outro. A própria Wittig (2006) assume essa semelhança quando afirma:

> Lo que un análisis materialista hace por medio del razonamiento, una sociedad lesbiana lo realiza de hecho: no sólo no existe el grupo natural "mujeres" (nosotras las lesbianas somos la prueba de ello), sino que, como individuos, también cuestionamos "la-mujer", algo que, para nosotras — como para Simone de Beauvoir — es sólo un mito (p. 32).

Para Wittig, a lésbica é a única opção de liberdade da mulher, uma vez que é construída pela própria mulher. Para Beauvoir, a mulher é uma construção do homem e, consequentemente, a lésbica é construída a partir da categoria mulher, pois a partir do que se diz sobre o ser mulher é que a lésbica vai sendo inventada, ganhando sentido, se corporificando, em outras palavras, existindo. Apesar disso, a lesbianidade passa a ser um ato de liberdade da mulher, uma vez que, recusando a heterossexualidade, ela se contrapõe às figuras de mãe e de esposa.

Acreditamos que a maior diferença entre as feministas aqui trazidas seja a descentralização do lesbianismo da prática sexual. Ou seja, enquanto que para Beauvoir o que caracterizaria uma lésbica seria necessariamente a relação sexual com outra mulher e seu deslocamento da relação com o homem, para Wittig a lésbica não é nem mulher, colocando-a assim como a única possibilidade de resistência ao domínio patriarcal.

Para auxiliar na reflexão em torno dessas categorias e problematizar ainda mais os conceitos que as sustentam, acreditamos ser importante suscitar as contribuições da filósofa Judith Butler em torno do que ela chama de performatividade, denunciando o caráter de construção em torno dos discursos sobre os gêneros e as sexualidades, em que:

> Na medida em que a nomeação da "menina" é transitiva, isto é, em que ela inicia o processo pelo qual é imposto um certo "tornar-se menina", o termo ou, mais precisamente, o seu poder simbólico, determina a formação de uma feminilidade corporalmente encenada que nunca preenche plenamente a norma. Essa é, entretanto, uma "menina" que está obrigada a "citar" a norma para se qualificar e se manter como sujeito viável. A feminilidade não é, então, a consequência de uma

> escolha, mas a citação forçada de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação, punição (BUTLER, 2003, p. 232).

Nessa direção, performatividade deve ser compreendida como uma tecnologia social que legitima o binarismo homem/mulher. Os discursos que sustentam os corpos, nessa lógica binária, se materializam a partir de normas regulatórias, ou seja, a materialização do que entendemos como gêneros masculinos e femininos está intimamente ligada ao corpo e o que sobre ele se diz através de atos reiterativos. Diante disso, entendemos que não existe uma essência "natural" sobre o gênero, o sexo e, muito menos, as sexualidades, o que dispomos são construções discursivas que, ao serem criadas histórica e culturalmente, estabelecem performatividades para o que entendemos como homem e mulher.

Da mesma forma, foram/serão elaboradas performatividades para aqueles/as que se opuserem a essas performatividades normativas, como no caso dos/das homossexuais. Uma das grandes contribuições da filósofa estadunidense, pode se dizer, foi trazer a própria biologia para o campo das construções sociais, avançando e contribuindo nas problematizações em torno da relação dicotômica entre sexo e gênero.

Para além da eleição de um único conceito que determine e engesse a categoria lésbica (ou lesbianidade), preferimos que este não exista, pois, uma vez eleita uma verdade, corre-se o risco de que não seja mais questionada, como fora feito durante muito tempo a respeito das categorias Sexo, Gênero, Sexualidade. Porém, diante da necessidade do estabelecimento de um ponto de partida para as reflexões sobre lesbianidade/lesbianismo, partiremos das contribuições oferecidas pelas pesquisadoras citadas acima, por entendermos que elas, ao serem atravessadas por essas questões, se aproximam do entendimento político de tais categorias. Além disso, acreditamos que discussões como as propostas nesta dissertação enriquecem e possibilitam a abordagem de temas tão ricos como os oferecidos pelos estudos feministas e lesbofeministas, e tantas outras abordagens que oportunizam aos movimentos sociais colocarem na pauta de suas agendas discussões desse teor. Outrossim, fica aberta a possibilidade de outros estudos e análises que possam problematizar questões tão estigmatizadas ainda pela sociedade atual.

AS LENTES ESCOLHIDAS PARA PRODUZIR O PASSADO

Ao falarmos de História da Sexualidade ou História da Educação, ou ainda, da História das redes de discursos que unem essas temáticas, muitas são as perspectivas teóricas que se apresentam para o ofício dos/das pesquisadores/as, visto as muitas possibilidades de interpretações e análises oferecidas. Porém, para o desenvolvimento dessa investigação, tomaremos como referência os estudos e pesquisas que vêm sendo desenvolvidos no campo dos Estudos Culturais, para sermos mais precisos, nos Estudos Culturais em Educação.

De forma a buscarmos nos distanciar do entendimento de teoria enquanto "um construto composto por um conjunto de leis e princípios racionais, hierárquica e solidamente sistematizados, de caráter conclusivo, aplicado a uma determinada área" (VEIGA-NETO, 2009, p. 86), nos aproximamos da compreensão de Johnson (2006), em que os Estudos Culturais buscam justamente o contrário: "abertura e versatilidade teórica, seu espírito reflexivo e a importância da crítica" (JOHNSON, 2006, p.23). Esse "afrouxamento" do rigor científico e crítica às teorias tradicionais, não pode ser confundido com ausência de rigor. Não queremos com isso diminuir ou descartar qualquer outra forma de análise teórica, apenas chamamos a atenção para a necessidade de uma compreensão mais aberta, fluida, quanto a pesquisas e estudos na área das Ciências Humanas que, a exemplo desta, possuem como material empírico discursos que podem interferir e produzir efeitos diretos e indiretos na vida e na formação de pessoas.

Acreditamos que os Estudos Culturais, ao relacionarem os campos da Cultura, da História, da Sociedade e da Educação, entre outros, alargam e sensibilizam o olhar dos/das pesquisadores/as, além de oferecer uma multiplicidade de objetos de investigação que nos possibilitam analisar diferentes produções culturais, no caso desta pesquisa, os discursos produzidos sobre a homossexualidade feminina e seus atravessamentos no campo da educação.

Ao buscarmos nessa vertente um referencial que nos oriente, para além de oferecer verdades inquestionáveis, o estudo que se apresenta, ao questionar os discursos produzidos sobre a homossexualidade feminina, busca justamente o contrário: desassossegar nosso olhar sobre as diferentes instituições que produziram e regularam esses/as sujeitos/as em detrimento de seus interesses. Essa maneira de olhar e de nos voltarmos ao passado, exige que desloquemos nossas lentes dos fatos históricos eleitos como mais importantes (História

Oficial hegemônica) e voltemo-nos para a dinâmica que move determinado contexto social, seus diferentes mecanismos e relações de poder.

Ao refletir sobre o alcance e possibilidades de análises dos Estudos Culturais, Johnson (2006), apresenta algumas definições que ajudam a entender as contribuições desta vertente para este estudo:

> [...] os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, com as **divisões sexuais**, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. A segunda é que cultura envolve **poder**, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos para definir e satisfazer suas necessidades. E a terceira, que se deduz das outras duas, é que a cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de **diferenças e de lutas sociais** (p. 13. Grifos nossos).

Uma vez ampliada a compreensão sobre *cultura* e/ou *processos culturais* enquanto um emaranhado de relações, e relações de poder, é possível analisar os discursos científicos produzidos sobre determinados grupos e identificá-los como produtores e reprodutores de culturas nas complexas relações de poderes que compõem a sociedade contemporânea, entendendo que a cultura também produz e reproduz determinados discursos, retroalimentando-os.

Utilizando como lente os Estudos Culturais para percorrer nosso objetivo de analisar os discursos científicos produzidos sobre o corpo homossexual feminino e seus atravessamentos com as instâncias educativas, foram eleitos alguns conceitos que possibilitassem tal análise. Para promovermos essa discussão, utilizaremos os conceitos de Governamento, Relações de Poder e Biopoder (FOUCAULT, 1987, 1999, 2002) por estarem intimamente relacionados entre si e corresponderem às diferentes tecnologias utilizadas em diferentes tempos e espaços para tentar se obter a regulação e o controle dos/as indivíduos/as (FOUCAULT, 1999).

Entendemos que Michel Foucault se aproxima dos Estudos Culturais ao estabelecer e reconhecer o elo entre as formas de poder e o conhecimento produzido em uma determinada cultura, e que os Estudos Culturais se constituem também a partir das provocações e ensinamentos do filósofo. Ao fazer uma análise crítica da Modernidade em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) nos oferece algumas ferramentas de análises que, certo, contribuem para que possamos realizar as reflexões aqui propostas. Suas pesquisas em torno das diferentes instituições que historicamente serviram (e ainda servem) para regular e disciplinar os corpos, como a Igreja, o manicômio, a prisão, a escola, nos ajudam a entender as estratégias

e tecnologias de poder utilizadas nestes espaços. No caso desta pesquisa, a ciência, a família e a escola ganham atenção, visto que eram/são importantes instituições responsáveis pela produção e regulação dos/das sujeitos/as.

Ao avançar nos conceitos e discussões que nos auxiliarão a analisar os discursos produzidos pela comunidade científica em torno da inversão sexual feminina e a forma que esses discursos associavam à escola a responsabilidade de regular e produzir corpos normais, resta-nos trazer à reflexão os condicionantes e dispositivos que, articulados, possibilitaram a emergência desses discursos na sociedade brasileira na primeira metade do século XX. Um desses dispositivos, que terá centralidade nesta pesquisa, é o da sexualidade, uma vez que, segundo Foucault, dispositivo trata-se de:

> um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1999, p. 244).

O dispositivo da sexualidade é entendido como um dispositivo histórico, atravessado e alimentado por estratégias de saber-poder, que, tal como evidenciado por Foucault (1999), atua basicamente sobre os corpos subjetivando-os e objetivando-os[15]. Jurandir Freire Costa traz a compreensão de Foucault a respeito da relação entre psiquiatria e poder:

> Para Foucault, a história da Psiquiatria não pode ser corretamente analisada a partir de conceitos psicológicos ou sociológicos. Só o conceito de "poder", em suas diversas modulações históricas, permite compreender a natureza da prática e das teorias psiquiátricas, desde suas origens até seu estágio atual (COSTA, 1989, p. 10).

Desta forma, parece nítida a ligação entre poder e o saber psiquiátrico, o que nos leva a refletir sobre o conceito de governamento. Da mesma forma que na década de 1960 "a arqueologia dos discursos científicos ocupou os interesses de Foucault" (CASTRO, 2014, p. 48), a partir da década de 1970, o filósofo investiu como tema central de seus estudos e pesquisas o detalhamento da descrição dos dispositivos de poder centrados no governo dos corpos dos/das indivíduos/as e das populações por ele estudadas. Ao se voltar para a história da loucura, do crime, da doença e dos saberes responsáveis pelo controle dessas, Foucault

---

[15] Neste contexto, entende-se por subjetivação "práticas e processos heterogêneos por meio dos quais os seres vêm a se relacionar consigo mesmos e com os outros como sujeitos de certo tipo" e objetivação "modo como o sujeito pôde se tornar um objeto para o conhecimento" (ROSE, 2001, p. 36).

teve como objetivo demonstrar como através da exclusão de alguns/umas, se constitui indiretamente os/as outros/as, ou seja, os/as saudáveis, os/as normais (os/as heterossexuais). A partir daí, a noção de poder ganha um novo desdobramento, agora pensada pela ótica da racionalidade política a partir da introdução do conceito de governo.

Poder disciplinar e biopoder figuram entre as diferentes configurações de poder apresentadas por Foucault. Segundo ele, o poder disciplinar ganha importância estratégica nas relações modernas depois do século XIX, exercendo papel fundamental sobre o corpo do/a louco/a, do/a delinquente e da criança, enquanto que o biopoder se dirige aos cuidados, aos fenômenos ligados à população.

Essas ferramentas nos permitem analisar os discursos científicos enquanto dispositivos de subjetivação e de governamento. Nessa direção, o conceito de governamentalidade torna-se central nessa discussão uma vez que governar as pessoas "é sempre um difícil e versátil equilíbrio de complementaridade e conflito entre técnicas que asseguram a coerção e processos por meio dos quais o eu é construído e modificado por si próprio" (FOUCAULT, 1993, p. 207).

Para Norma Mogrovejo (2000), esse governamento de corpos e desejos, ocorreu a partir do século XIX, quando a medicina passou de seu conhecimento sobre as enfermidades para o conhecimento daquilo que seria, "el conocimiento de las reglas de discriminación entre lo normal y lo patológico. Y en la desviación de la norma, el lesbianismo se convierte em enfermedad, que lo aísla le impone um retorno a la normalidad" (MOGROVEJO, 2000, p. 29). Deste modo, o desejo, e o relacionamento se transformaram em fala, discurso, o que fez com que essa patologia adquirisse um nome: lesbianismo.

Pensar os discursos produzidos e difundidos em torno do corpo homossexual feminino, dividindo os indivíduos entre normais e anormais, nos aproxima da compreensão foucaultiana sobre os *regimes de verdade*, que segundo Foucault (1997) tem como objetivo a produção da verdade última e definitiva sobre o mundo físico e social. Esses regimes são, no caso desta pesquisa, os discursos médico-jurídicos que, ao estarem carregados de sentidos e significados, produzem imagens e representações em torno do que seria a homossexualidade feminina. Em outras palavras, o discurso construído em nome da ciência passa a dar a última palavra.

Essa histórica relação de poder entre indivíduos e instituições nos leva a refletir sobre os discursos sustentados por instituições científicas que, no decorrer do século XIX,

tornaram-se autoridade no estudo do corpo humano e a forma como estes estudos regularam os corpos e mentes dos/as sujeitos/as através do estabelecimento de um corpo ideal, normal, objetivo a ser atingido por todos/as. Tal normalização se deu através de uma relação de poder que se exerceu sobre o que o ser humano possui de mais concreto: sua materialidade física, seu corpo. Conforme nos alerta Foucault:

> diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – à vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não mais ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isso: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Pode-se dizer, que os mecanismos de normalização disciplinar, somado às técnicas de biopoder, tornam-se responsáveis pela objetivação e subjetivação dos/das sujeitos/as. Diferentemente da compreensão sustentada por algumas teorias[16] em que o poder é exercido de cima para baixo, ou de que parte de um opressor sobre os/as sujeitos/as oprimidos/as, o conceito de poder em Foucault (1997) pode ser entendido como algo que permeia todas as relações, ou seja, está difundido e capilarizado nelas. O poder entendido a partir de práticas ou de relações implica também práticas de resistência, não a partir de um lugar privilegiado, mas exercida dentro de uma rede. Ou seja, onde há poder, existe possibilidades de resistência.

Nesse sentido, ao propormos uma investigação que se aproxima dos pressupostos e compreensões foucaultianas a respeito do poder, é necessário entender que, conforme Huisman (2001), o filósofo propõe: "estudar os procedimentos e técnicas utilizadas em diferentes contextos institucionais para agir sobre o comportamento dos indivíduos tomados isoladamente ou em grupo, para formar, dirigir e modificar sua maneira de portar-se" (HUISMAN, 2001, p. 391).

Para Foucault (1997), saber e poder inserem-se em uma mesma relação, em que nem todo saber detém o poder, e nem todo o poder detêm o saber, mas para o poder funcionar é necessário acionar os chamados regimes de verdades, dito de outro modo, é necessário a

[16] A exemplo da teoria marxista que, através de uma análise socioeconômica, se volta para as relações de poder entre proletários (mão de obra) e burguesia (detentores do meio de produção) em uma sociedade capitalista.

produção de uma série de discursos que estabeleçam "a verdade", e que vão autorizar que certas coisas sejam ou não pensadas e ditas. Sendo assim, a produção dos saberes e a produção "da verdade" estão diretamente ligadas ao exercício de poder, da mesma forma que o poder não pode ser exercido sem a produção desses saberes. Logo,

> Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há o conhecimento, de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do "saber-poder" (FOUCAULT, 1997, p. 19).

Nessa direção, é necessário pensarmos o poder para além da relação entre indivíduo e um saber específico, mas o indivíduo inserido em um contexto de população, sendo parte de um corpo social ao qual "é preciso definir pautas do governo, de cuidado coletivo" (SOUZA, 2011). Desta forma, o biopoder e o poder disciplinar surgem como tecnologias que consolidam a sociedade de normalização e são complementares, uma vez que as estratégias de normalização daquele considerado anormal (neste caso, as mulheres homossexuais) buscam amenizar o risco social de sua existência por meio de mecanismos de segurança coletiva. O objeto do biopoder é a vida, um poder que normaliza, ou, segundo o Veiga-Neto (2003):

> É a norma que articula os mecanismos disciplinares (que atuam sobre o corpo) com os mecanismos regulamentadores (que atuam sobre a população). A norma se aplica tanto ao corpo a ser disciplinado quanto à população que se quer regulamentar; ela efetua a relação entre ambos, a partir deles mesmos, sem qualquer exterioridade, sem apelar para algo que seja externo ao corpo e à população em que está esse corpo (VEIGA-NETO, 2003, p. 89).

As discussões trazidas por Canguilhem (2010), somadas às contribuições de Foucault (2002), nos auxiliam a compreender as (a)normalidades sob a perspectiva do discurso médico, mais precisamente, o discurso da psiquiatria moderna enquanto campo do saber responsável pela regulação das "inversões sexuais". Ao trazer Canguilhem, Foucault argumenta sobre o conceito de norma:

> [...] Vocês também vão encontrar, sempre no texto a que me refiro, a idéia, que acho importante, de que a norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. Conceito polêmico – diz Canguilhem. Talvez pudéssemos dizer político. Em todo caso – e é a terceira idéia que acho ser importante – a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e

> um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo (FOUCAULT, 2002, p. 62).

Nessa perspectiva, é possível pensar os/as anormais (desviantes da norma) e tudo que se diz/escreve sobre eles/as, como estratégias úteis e sutis para que a norma seja reforçada e permaneça como referência para os/as demais. Ancorado por este entendimento de norma que foram elaborados os discursos sobre os corpos das mulheres homossexuais durante o século XX. Sob uma perspectiva de diagnóstico, correção/tratamento e prevenção, foram empreendidos estudos e pesquisas científicas que tinham como principal objetivo investigar as possíveis causas da anomalia.

O conceito de ciência para este trabalho deve ser ampliado para o de Ciência Sexual, ou, nas palavras do próprio Foucault "Scientia Sexualis". Para Foucault (1988), o biopoder teria se desenvolvido em duas direções: a anátomo-política dos corpos e a regulamentação da população, que, a partir do século XIX se fundiram constituindo assim uma grande tecnologia de poder: o dispositivo da sexualidade.

> As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificamente, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo (FOUCAULT, 1999, p. 131).

Segundo o filósofo, a produção da verdade sobre o sexo passou por dois grandes procedimentos: a Scientia Sexualis (Ocidente) e a Ars Erotica (Oriente)[17]. A primeira (que mais nos interessa) foi desenvolvida a partir do século XIX com a função de controlar os corpos de homens e mulheres. Tal controle, inicialmente era exercido pelo ato da confissão (poder pastoral), em que a religião se tornava peça fundamental nesse processo. Posteriormente, no século XX, a confissão foi substituída pela Medicina, em que a Ciência (mais precisamente as Ciências da Saúde) foi a autorizada a exercer a "verdade" sobre o sexo, instituindo o certo/errado, o normal/anormal. É por essa ciência e o poder a ela atribuído (poder disciplinar) que nosso sexo foi regulado com base nos saberes por ela produzido e difundidos através de seus discursos sobre as corporalidades.

---

[17] A partir das reflexões propostas por Foucault (2004), diferente da *Scientia Sexualis*, a Ars Erótica estaria relacionada ao prazer sexual, a experiência, e refere-se a "uma arte que visaria a produzir, através da relação sexual ou com os órgãos sexuais, um tipo de prazer que se procura tornar o mais intenso, o mais forte ou o mais duradouro possível" (p. 61).

Sendo o corpo um importante demarcador físico de muitas diferenças no qual são atribuídas marcas, muitas dessas atravessadas por raça, gênero e sexualidade, o conceito de *Corpo* aqui sugerido como lócus do discurso médico será estudado a partir da perspectiva de Goellner (2007), em que:

> Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... [...] O corpo é também o que dele se diz e estou aqui a afirmar que o corpo é construído, também, pela linguagem. Ou seja, a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidade [...] (p. 29).

Ou seja, nesta pesquisa, entende-se o corpo como plataforma de inscrições que, neste caso, tatuaram marcas de normalidade/anormalidades, certo/errado, doente/saudável. O corpo é um texto. Por meio dele a cultura produz sentidos e é também produzida. No caso das práticas interpretadas como transgressoras para o contexto da sociedade em questão, o corpo também será considerado como uma plataforma política, uma vez que buscará, através de diferentes estratégias de resistências, burlar a ordem estabelecida.

Enquanto dispositivos de subjetivação e de governamento, entendemos que os discursos produzidos sobre os corpos das mulheres homossexuais, aqui analisados, produziram/produzem representações sociais, que uma vez construídos pela linguagem, ganham significado na cultura, subjetivando os/as sujeitos/as e, com isso, classificando-os/as. Segundo Furlani (2005), "a representação é o modo como os significados, construídos e atribuídos pela retórica e pelo discurso, dão sentido e posicionam as diferenças, as identidades, os sujeitos, num processo que é fundamentalmente social, histórico e político" (FURLANI, 2005, p. 33). Daí a importância de pensá-las (as representações) enquanto categorias produzidas e inventadas. Mais do que isso, questionar aqueles/as que falam, porque falam e de onde falam, ao produzirem uma determinada identidade. A respeito deste aspecto, Tomaz Tadeu da Silva (1999) ressalta:

> Tanto a educação quanto a cultura em geral estão envolvidas em processos de transformação da identidade e da subjetividade. [...] através dessa perspectiva, ao mesmo tempo que a cultura em geral é vista como uma pedagogia, a pedagogia é vista como uma forma cultural: o cultural torna-se pedagógico e a pedagogia torna-se cultural (p. 139).

Dessa forma, ao nos voltarmos para os discursos produzidos pela ciência enquanto construto cultural de determinados campos de saberes, é possível refletir sobre o quanto esses discursos foram responsáveis no processo de formação e subjetivação das identidades, a partir de representações por eles criadas. Ao entendermos que a psiquiatria do início do século XX voltava-se para o corpo, é necessário refletimos sobre quais objetivos guiavam a instituição desses saberes, invocando novamente o conceito de performatividade. Para Butler, a linguagem é importante na constituição do corpo e está relacionada a seu conceito de performatividade de gênero/sexual, que ela entende como "a prática reiterativa e citacional para qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia" (BUTLER, 1999, p. 52). Para a filósofa "as normas regulatórias do 'sexo' trabalham de uma forma performativa para [...] materializar o sexo no corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual" (BUTLER, 1999, p. 54).

Portanto, para esta pesquisa, trabalharemos com o hipótese de que os discursos científico-educativos proferidos pelos intelectuais em seus livros e demais publicações, em diálogo com as contribuições de Iracy Doyle, serviram como estratégias biopolíticas da governamentalidade, desenvolvidos com a intenção de elaborar um saber específico sobre as causas, prevenção e tratamento da homossexualidade feminina, de forma a constituir corpos heteronormativos e saudáveis, que servissem aos interesses políticos e econômicos do Brasil, na primeira metade do século XX.

METODOLOGIA

> *Para Foucault, o método não é o caminho seguro como queriam Descartes e Ramus, até porque nada mais é seguro, previsível: nem os pontos de saída, nem o percurso, nem os pontos de chegada. E mais: não há um solo-base externo por onde caminhar, senão que, mais do que o caminho, é o próprio solo sobre o qual repousa esse caminho é que é construído durante o ato de caminhar* (VEIGA-NETO, 2009, p. 88-89).

Acreditamos, como na citação acima, que não existe um método ideal para cada pesquisa, uma fórmula que, uma vez aplicada, torna possível, de antemão, alcançar os objetivos propostos por um exame. Não! Da mesma forma, as escolhas metodológicas eleitas para esta pesquisa foram pensadas a partir das necessidades que foram sendo apresentadas desde a elaboração do projeto até o decorrer do processo de investigação.

Desde os primeiros contatos com os materiais disponíveis a respeito de pesquisas semelhantes a estas, que tinham como objetivo a análise dos discursos científicos sobre a homossexualidade, acreditamos que a metodologia que melhor se apresentou para que se alcançasse os objetivos foi a Análise de Discurso.

Muitos/as filósofos/as e pesquisadores/as debruçaram-se sobre estudos e dedicaram-se à busca por definições para o conceito de *Discurso*, a exemplo de Foucault (2006), Pollock (1990) e Orlandi (2001). A respeito da importância da Análise de Discurso, Orlandi (2001) contribui:

> A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (p. 15).

A Análise do Discurso se configurou, historicamente, como um campo teórico-metodológico que fornece subsídios para que sejam analisados discursos em diferentes suportes. Segundo as contribuições de Orlandi (1999, 2001), o discurso é visto como efeito de sentido entre locutores/as e a linguagem, considerando-a necessariamente em relação à constituição dos/das sujeitos/as e a produção dos sentidos. Dessa forma, a Análise de Discurso se constitui no espaço disciplinar que coloca em relação à Linguística e às Ciências Sociais. Ao produzir outra forma de conhecimento, com seu objeto próprio (o discurso), segundo Orlandi, podemos observar a relação entre linguagem e ideologia. Dito de outra forma, a Análise do Discurso pode ser entendida como "um campo de conhecimento concernido na relação com a linguagem, o sujeito e as formas de saber" (ORLANDI, 1999, p. 54).

Embora se aproxime em alguns aspectos no que diz respeito à relação entre as formas de saber e as relações de poder, então intrínsecas, Foucault (1986) se distancia de Orlandi ao afirmar sobre o discurso:

> [...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (p. 56).

Definir um único conceito para discurso na obra de Foucault não é tarefa fácil, pois, pode-se dizer, as reflexões em torno dessa questão atravessam grande parte de suas pesquisas. Porém, chamaremos a atenção para as compreensões que nos ajudarão a refletir e analisar nosso material empírico. Para Foucault, diferentemente de Orlandi, não há nada escondido por trás do discurso, nas entrelinhas, o que existe são enunciados e relações que são colocadas em funcionamento pelo próprio discurso (FISCHER, 2001). Essa perspectiva nos convida a refletir sobre os discursos encontrados nos diferentes textos aqui analisados, como enunciados, ou seja,

> Considerando nossos atos ilocutórios – atos enunciativos, atos de fala -, podemos dizer que esses se inscrevem no interior de algumas formações discursivas e de acordo com um certo regime de verdade, o que significa que estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente, e afirmando verdades de um tempo. As "coisas ditas", portanto, são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo (FISCHER, 2001, p. 204).

Interrogar a linguagem, aquilo que está posto e legitimado pelas relações de poder de um determinado tempo histórico, não pode ser confundido com interpretações ideológicas simplistas e reducionistas. Deve-se explorar os discursos em sua peculiaridade, problematizando o dito e compreender que eles, ao mesmo tempo que nomeiam, também "inventam" as coisas que enunciam.

O papel da linguagem no processo de construção desse discurso que contribuiu para a definição do corpo homossexual feminino será fundamental, uma vez que, reiteramos, "tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades [...] Representações estas que não são universais nem mesmo fixas" (GOELLNER, 2007, p. 28). A partir de diferentes processos educativos (da escola e fora dela) foram/são atribuídos aos corpos diferentes práticas orientadas e legitimadas pelos discursos científicos de diferentes períodos.

Como veremos, a importância da Análise de Discursos aqui sugerida refletirá e caracterizará as normas e regras de um determinado grupo social hegemônico, no caso dos objetivos aos quais se propõe esta, os/as sujeitos/as heterossexuais. Neste caso, refere-se ao sujeito que, a partir das representações sobre dicotomias como certo/errado, o normal/anormal, encontrará diferentes suportes para fazer-se legítimo buscando garantir a manutenção do *status quo*. Sabemos, porém, que Foucault não fala de uma análise de discurso como metodologia, logo, não estamos nos apropriando das compreensões do

filósofo como ferramenta metodológica, mas buscando nele elementos para construção da nossa metodologia de trabalho.

Quais documentos deveriam receber nossa atenção? Que critérios utilizaríamos para a seleção do material a ser analisado? A partir do estudo de pesquisas que se aproximavam do material empírico desta[18], foi possível localizar algumas das fontes que se voltavam para o corpo homossexual feminino, a exemplo da já citada *Contribuições ao Estudo da homossexualidade feminina* (1956), da psiquiatra Iracy Doyle, *Sexologia Forense* (1934), do jurista Afrânio Peixoto e *Problema médico legal do homossexualismo sob o ponto de vista endocrínico* (1935), do médico legista Leonídio Ribeiro, dentre outras[19].

A localização desse material que se encontra disponibilizado em diferentes bibliotecas[20] foi seguida de uma primeira leitura exploratória, tornando-se indispensável olhá-los de forma analítica, buscando encontrar a melhor forma de torná-los inteligíveis, primeiro a nós (visto que a maioria utiliza termos específicos de cada área: Medicina legal, psiquiatria, etc. além de uma linguagem própria do período em questão) e depois aos/às possíveis leitores/as.

Cabe destacarmos, que um dos espaços que mais contribuiu nesse momento foi a Biblioteca da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle - SPID, localizada na *web* (*Word Wide Web*), quando do período de construção do estado da arte da pesquisa, o que nos levou a entrar em contato através de e-mail e outras redes sociais (*facebook*). Desde os primeiros contatos, a secretaria da instituição mostrou-se disponível para possíveis pesquisas, logo, entendemos que seria indispensável visitar o espaço para coletar dados.

---

[18] A exemplo, citamos a tese de doutorado de Jackson Ronié Sá Silva, intitulada *"HOMOSSEXUAIS SÃO...": revisitando livros de medicina psicologia e educação a partir da perspectiva queer* (SILVA, 2012). Nela, Jackson Silva faz uma análise dos conteúdos de livros de medicina, psicologia e educação publicados no Brasil entre 1920 e 1970, defendendo a ideia de que a partir de um conjunto de saberes sobre a homossexualidade foram criados discursos médicos pedagogicamente articulados, que visavam ter ingerência sobre os/as sujeitos/as categorizados/as como homossexuais, tais saberes receberão o nome de "pedagogia dos manuais médicos" (SILVA, 2012). A tese de Ronié nos ajudou muito, não apenas no que diz respeito às conclusões alcançadas, mas pelo corpus de análise que apresenta, o que nos possibilitou ir direto nas fontes que abordavam as questões da homossexualidade feminina.

[19] De uma forma geral, foram acessadas mais de 30 obras, porém, após a realização da primeira leitura, foi observado que nem todas apresentavam o que buscava nosso recorte. Todas as bibliografias utilizadas como fontes e que foram aproveitadas nesta pesquisa encontram-se disponíveis nas referências como "Fontes documental da pesquisa".

[20] Foram visitadas a Fundação Biblioteca Nacional (RJ), Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande (RS), Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (RS) e Biblioteca da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (RJ).

A pesquisa de campo na SPID ocorreu entre os dias 08 e 09 de abril de 2015. Além de terem nos disponibilizado a biblioteca (que contava com materiais exclusivos, como dossiês comemorativos, jornais, etc.), tivemos contato com uma senhora, dona Neusa[21], que foi secretária e amiga da doutora Iracy durante muitos anos (ela não soube dizer exatamente quantos), e carinhosamente se mostrou disponível para um "bate papo" e assim o fizemos. Mesmo que a gravação da entrevista tenha sido autorizada por ela, não a utilizaremos formalmente como recurso metodológico, primeiro por essa pesquisa não se destinar à um trabalho de História Oral, segundo por que as informações trazidas pela entrevistada limitavam-se ao universo privado da vida de Iracy (tanto que foram ditas com os olhos de dona Neusa carregados de lágrimas), apenas nos dando pistas a seguirmos. Nos dias 10 e 13 de abril, na busca por mais informações, percorremos espaços como o Hospital Geral Jesus, a biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Museu da Imagem e do Inconsciente, ambos no Rio de Janeiro. Embora a maioria desses espaços não tivessem muito mais informações a nos fornecer, se mostraram receptivos e disponíveis.

A reflexão sobre qual seria a técnica de pesquisa mais apropriada para a catalogação e consequente análise dos documentos em que esses discursos se encontravam, nos levou a eleger os fundamentos da Pesquisa Documental para esse empreendimento, ao entendemos que a análise documental é uma ferramenta indispensável à pesquisa histórica, uma vez que:

> O objeto da pesquisa histórica é constituído por documentos que transmitem ao historiador a realidade do passado de uma forma parcial, proporcionando um conhecimento que é "mutilado", segundo Paul Veyne. De fato, o documento representa já uma interpretação de fatos reais elaborada por seu autor e, portanto, não deve ser encarado como uma descrição objetiva e neutra dos fatos. Por outro lado, o valor heurístico e a significação do documento dependem também da acuidade da leitura e do esforço interpretativo do historiador. Este sabe extrair de uma fonte de informações algum conhecimento útil para a compreensão de um aspecto da história humana, sob o ângulo que corresponde ao seu objeto de interesse. É esse interesse que move e orienta continuamente o pesquisador na busca de documentos (MASSIMI, 1984, p. 21-22).

Como já foi dito, as poucas pesquisas que se aproximavam de nosso material empírico, ao serem acessadas, serviram de grande ajuda. Nessa linha, foi necessário elaborar eixos de análises, ou seja, de forma a estabelecer um mesmo olhar sobre fontes distintas, sem privilegiar uma ou outra informação, foi necessário obedecer aos critérios: 1) Formação do/da autor/a: pode ser verificado já nos primeiros contatos com as fontes, que a formação acadêmica mudava o olhar do/da autor/a, podendo alterar substancialmente sua compreensão

[21] Nome fictício.

sobre a homossexualidade, distinguindo-se dos/as demais; 2) Filiação teórica: conforme será verificado, os/as autores/as aqui trazidos/as foram seguidores/as de pesquisadores/as, na sua maioria provenientes da Europa, e seus estudos partiam dessas contribuições e davam continuidade a elas, porém, a partir do contexto e da realidade brasileira e 3) Citações referentes à homossexualidade feminina: diferente do livro de Iracy que se destina exclusivamente a analisar a homossexualidade feminina, não encontramos nenhuma outra obra que se propusesse única e exclusivamente a isso, o que nos levou a buscar em livros voltados para os eixos *Educação sexual*, *sexualidade*, *criminalidade* e *perversões*, capítulos ou subcapítulos que abordassem, mesmo que minimamente, a homossexualidade feminina.

Após fazermos essa explanação sobre as lentes que guiaram nosso olhar, acreditamos ter oferecido elementos suficientes para o exame a que nos propusemos. Nesse sentido, convidamos os/as possíveis leitores e leitoras a percorrerem conosco o fabuloso caminho da História, não com o olhar da certeza científica ou da arrogância acadêmica, mas com o olhar questionador e humilde dos/as curiosos/as...

1 ASPECTOS PANORÂMICOS DO BRASIL: A BANDEIRA DA ORDEM E DO PROGRESSO

> *– Sim! Sim! Insistiu Léonie, fechando-a entre os braços, como entre duas colunas; e pondo em contato com o dela todo o seu corpo nu. Pombinha arfava, relutando; mas o atrito daquelas duas grossas pomas irrequietas sobre seu mesquinho peito de donzela impúbere e o rogar vertiginoso daqueles cabelos ásperos e crespos nas estações mais sensitivas da sua feminilidade, acabaram por foguear-lhe a pólvora do sangue, desertando-lhe a razão ao rebate dos sentidos. Agora, espolinhava-se toda, cerrando os dentes, fremindo-lhe a carne em crispações de espasmo; ao passo que a outra, por cima, doida de luxúria, irracional, feroz, revoluteava, em corcovos de égua, bufando e relinchando* (AZEVEDO, 1981, p. 151).

A ideia de buscar na literatura nacional rastros de uma escrita que configure o que hoje entendemos como "lésbica", antes mesmo daquela produzida pelas escritoras Lygia Fagundes Telles e Cassandra Rios[22], nos fez chegar à esta cena considerada por muitos/as apreciadores/as e críticos/as de literatura brasileira como uma das primeiras passagens que narra o contato físico entre mulheres na ficção nacional[23]. Para nossa surpresa, *O cortiço* não apenas apresentava o que buscávamos como também ajudava a contextualizar nosso lócus de investigação: os discursos científicos produzidos sobre a homossexualidade feminina na primeira metade do século XX (1920-1950) e seus atravessamentos entre saberes/poderes, na tentativa de elaborar condutas normais/anormais, para as instâncias educativas.

Diante da possibilidade da literatura em descrever com riqueza de detalhes períodos históricos, cenas e contextos sociais, inspirados pelo romance *O Cortiço* do escritor naturalista[24] Aluísio Azevedo e sua coragem de trazer à tona assuntos até então considerados

---

[22] Escritoras brasileiras que ficaram conhecidas por abordarem em suas obras o relacionamento entre mulheres.

[23] Essa busca por uma literatura que nos oferecesse uma possível aproximação afetiva-sexual entre mulheres nos levou a alguns *blogs* administrados por amantes da arte literária. Além da referida obra, encontramos nesses *cyber*s espaços outros livros que, assim como o de Aluísio, também abordavam relações homoeróticas, fosse de forma explicita fosse de forma velada. O romance do escritor carioca Ferreira Leal (que também era médico), publicado em 1885, chamado *Um homem gasto* tratava das angústias vividas por um homem de classe média alta que fazia uso de drogas para ter uma vida sexual ativa no casamento, de forma a coibir os desejos que sentia por outros homens. O clássico *Bom-Crioulo* do escritor naturalista Adolfo Caminha publicado em 1895 escandalizou a sociedade não apenas por abordar relações sexuais entre homens no ambiente militar, mas também pelas relações inter-raciais. Obviamente, ambas as obras, assim como a de Aluísio, desacomodaram e escandalizaram a sociedade do final do século XIX. Para maiores informações sobre as obras, indica-se: http://www.oepitafio.com/2013/06/conteudo-um-pouco-da-literatura.html. Acesso em 17/10/2015.

[24] A partir da análise do comportamento humano e social, os escritores naturalistas retratam a sociedade de uma forma bastante objetiva. Através de descrições minuciosas e linguagem simples, essa literatura apresenta predileção pelos problemas sociais como miséria, adultério crimes, etc. Fonte: http://www.infoescola.com/literatura/naturalismo/ Acesso em: 20/01/2015.

marginais pela sociedade de seu tempo, como a prostituição, os desvios morais, a sexualidade e etc, somado as transformações sociais vividas na passagem do século XIX para o século XX, é que contextualizaremos nosso material empírico de investigação.

1.1 LOUCAS, HISTÉRICAS, PROSTITUTAS E INVERTIDAS

A cena narrada na epígrafe deste capítulo refere-se ao contato físico ocorrido entre as personagens *Pombinha* e *Léonie*. A primeira, moradora do cortiço, é apresentada como "*A flor do cortiço*" e descrita no livro como: "*[...] Bonita, posto que enfermiça e nervos ao último ponto; loura, muito pálida, com uns modos de menina de boa família. A mãe não lhe permitia lavar nem engomar, mesmo porque o médico a proibira expressamente"* (AZEVEDO, 1981, p. 50). *Pombinha* era filha de *dona Isabel* que carregava no rosto as marcas deixadas pela vida (na Obra, associadas ao suicídio do marido, após a falência dos negócios da família) e que não media esforços para dar uma boa educação para a filha. Chamando a atenção para o exemplo ideal de comportamento feminino, pode-se dizer que *Pombinha* era o modelo de "boa moça" da época ao levarmos em consideração os valores da sociedade em questão. Porém, tal estabilidade foi abalada após o primeiro contato físico que teve com *Léonie*, prostituta que se encarregou de seduzir a moça culta e de bons modos. *Pombinha*, após abrir mão da sua vida pacata ao lado do passivo e sem ambição marido *João da Costa*, tornou-se prostituta e passou a viver ao lado de *Léonie*.

O que aparentemente é apenas uma cena de amor (ou prazer) entre duas pessoas, tornou-se algo subversivo, sujo, que deveria ser evitado segundo as lentes dos médicos[25] do período. O mito da lésbica com traços grosseiros foi, de certa forma, abalado, pois na referida passagem nenhuma das mulheres apresentava esse estereótipo de lésbica geralmente associado à mulher com características do universo masculino. Apesar de imperar a ideia de que *Léonie* teria sido a responsável pelo desencaminhamento da afilhada, esta carregava em seu corpo referenciais de feminilidade do período.

O que teria levado duas mulheres entendidas como femininas aos comportamentos da época a se entregarem uma à outra? Que circunstâncias teriam possibilitado tamanha

[25] Escrevemos médicos sem a flexão de gênero como forma de denunciar a ciência do período como um lugar restrito aos homens, onde as mulheres ganharam espaço ao final da primeira metade do século XX. Segundo o pesquisador Luiz Mott (1987), embora já houvesse mesmo que incipiente, a presença de algumas mulheres na medicina, estas pouco representavam.

subversão? Seriam questões orgânicas? Questões culturais? Ausências educativas? Falta do homem? Ausência da figura paterna na criação ou a passividade e falta de autoridade por parte do marido de *Pombinha*? A busca pela resposta a essas questões tomou a centralidade nos estudos de profissionais renomados da intelectualidade brasileira na virada do século XIX para o XX. As pesquisas desenvolvidas por expoentes como José Veríssimo (1857-1916)[26], Afrânio Peixoto (1876-1947) e Arthur Ramos (1903-1949), entre outros, nos fazem refletir sobre o quanto a educação republicana estava a serviço do estabelecimento de um referencial de homem e mulher.

A desestabilidade causada pela personagem *Pombinha*, que aparentemente correspondia aos ideais de feminilidade de seu tempo, poderia ser um bom exemplo de estudo para a Ciência Médica do período, que buscou explicações para os desvios sexuais de homens e mulheres, tentando regulá-los através da Endocrinologia, da Genética (dentre estes estudos, destacam-se Gregório Marañon e Césare Lombroso) e/ou da Psicologia e Psiquiatria que, baseada nos referenciais da psicanálise de Freud, procurou uma explicação para a "patologia". Embora a homossexualidade feminina tenha recebido pouca atenção se comparada à masculina, pois, conforme veremos, a sexualidade da mulher era dependente da sexualidade do homem (segundo as teorias predominantes, somente o homem era provido de desejo sexual), alguns trabalhos surgiram abordando o tema. Baseados em pesquisas de intelectuais europeus como os médicos Henry Havelock Ellis, Césare Lombroso e Gregorio Marañon[27], alguns/umas intelectuais brasileiros da área médica e jurídica buscaram identificar as origens da homossexualidade feminina e as possíveis formas de reversão da então considerada "inversão sexual".

Na década de 1930, destacam-se *Inversão Sexual* do jurista Afrânio Peixoto, em que abordou questões relacionadas às causas e prevenção da homossexualidade feminina; *O problema médico legal do homossexualismo,* do médico Leonídio Ribeiro e, já na década de

---

[26] José Veríssimo Dias de Matos, jornalista escritor e educador paraense, é reconhecido como um dos pioneiros da reforma educacional brasileira, tendo grande influência no projeto educacional republicano, lançando livros como A Educação Nacional (1890), onde exalta a importância do patriotismo na educação e formação dos educandos. Segundo Silva e Alves (2011): "Ancorado nos ideários de progresso e iluminação através das ciências José Veríssimo, ofereceu à mulher brasileira um papel bem específico dentro da sociedade, exaltando a educação feminina pelo viés da natureza materna e por outro restringindo a educação científica das mesmas pelo viés da natureza intelectual julgada inferior à do homem" (SILVA E ALVES, 2001, p. 1). Veríssimo também é lembrado como um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras. Seu discurso, conforme veremos, terá grande influência sobre os intelectuais do início do século XX.

[27] Os médicos citados buscaram na psicanálise de Freud justificar os fundamentos que explicariam a prática da homossexualidade feminina.

1950, *Contribuição ao Estudo da Homossexualidade Feminina,* da psiquiatra Iracy Doyle, no qual as ideias apuradas iam de encontro aos argumentos defendidos até então sobre as possíveis causas da homossexualidade nas mulheres, levando em consideração fatores externos ao desenvolvimento e formação destas.

O Cortiço também nos apresenta uma série de personagens mulheres que, certo, nos auxiliarão a compreender o lugar e o papel daquelas personagens que traziam muito do cotidiano vivido pelas mulheres do período. O subtítulo *Loucas, histéricas, prostitutas e invertidas* é apenas uma referência a algumas das marcas que essas mulheres carregavam, porém, não eram as únicas. Conforme verificar-se-á, a construção dessas identidades "marginais" elaborou também, como contraponto, a figura da mulher saudável, normal, da boa dona de casa, esposa e mãe. Na sequência, apresentamos alguns desses perfis marginais encontrados na Obra de Aluísio e presentes também naquela sociedade.

A instalação de tinas[28] no interior da estalagem fez atrair muitas mulheres que tiravam seu sustento do ofício de lavadeiras. Chamaremos a atenção para algumas delas e as formas como são apresentadas e descritas na Obra, a exemplo de *Machona*, apelido da personagem *Leandra* que segundo a narrativa era descrita como "*portuguesa feroz, berradora, pulsos cabeludos e grossos, anca de animal do campo"* (AZEVEDO, 1981, p. 48). Tudo leva a crer que seu apelido vinha de seus adjetivos que a distanciavam do padrão de sensibilidade ao qual a mulher, desde a segunda metade do século XIX, vinha sendo construída: maternal, sensível, etc.

Ao dialogar com as contribuições de Maffía (2005), Caetano (2011) nos convida a refletir sobre a construção desse imaginário que estaria ligado ao conceito de *fraternidade.* Para este autor, fraternidade seria um dispositivo discursivo que melhor fundamentou a cidadania, pois:

> [...] Estabelece que o homem – somente o homem - enquanto animal político e com condições de cidadania, escolheu conscientemente viver em sociedade e para tal estabelece com seus semelhantes uma relação de igualdade, visto que em princípio não há nada que hierarquicamente os diferencie, são como irmãos fraternos. Este conceito é a chave para a plena configuração da cidadania entre os homens, pois, por princípio, todos eles são iguais (p. 72).

Para Caetano, cidadania abarcaria somente um conjunto específico de homens: brancos, proprietários, e judaico-cristãos, ou seja, o ideário do Sujeito Universal, homens

[28] Tina: s.f. Vasilha de aduela, que serve para transportar água, lavar roupa etc. Fonte: http://www.dicio.com.br.

ligados ao campo do direito, à política e à vida pública, com acesso à universidade. Segundo este entendimento, o estatuto de natureza às desigualdades políticas (entre mulheres e homens, escravos e senhores, etc.) teria sido reforçado pelos fraternos através do contrato social. Sobre a lógica da razão X emoção (dicotomia moderna), baseado nos princípios aristotélicos, Maffía (2005) afirma:

> [...] La singularidad de las mujeres, su emocionalidad, no es percibida como un valor intrínseco sino como un obstáculo para la reflexión racional propia del varón. La singularidad que Aristóteles reconoce a las mujeres es la de la falta. Sus "virtudes naturales" son: incapacidad para el mando, sumisión y pasividad, debilidad corporal, disposición para las tareas domésticas, valentía subordinada, moderación, modestia e irreflexiva emotividad (p. 6).

Nessa direção, a medicalização do corpo feminino no decorrer do século XIX ou, nas palavras de Rohden (2001), a elaboração de uma "ciência da diferença", através de um olhar sobre as diferenças biológicas entre o homem e a mulher, contribuiu no fortalecimento da inferioridade física, psicológica e intelectual da mulher. Segundo Rohden, a partir dessa visão biológica é que se estabeleciam os papeis sociais. A construção histórica e, de certa forma, legitimada pelos discursos científico-religiosos sobre a mulher ao longo dos séculos como incapaz, "justificava" a dominação masculina. Em oposição ao homem racional e forte, a imagem da mulher sensível e emotiva era associada à natureza e à maternidade, o que naturalizava e alimentava o discurso em torno das identidades masculinas e femininas, em que restava ao homem ser ativo, forte e provedor, e à mulher passiva, mãe e sensível.

Próxima do ideal de mulher, porém distante do discurso de moralidade, estava *Leocádia*, ao qual o autor se refere: "*... com uma fama terrível de leviana entre as suas vizinhas"* (AZEVEDO, 1981, p. 49). Tal fama é comprovada no decorrer da obra quando, ao ser pega pelo cônjuge com o vizinho, teve seus pertences quebrados e jogados para fora de casa pelo marido *Bruno*. Sem ter para onde ir, foi solidariamente socorrida pela amiga *Rita Baiana*, que deu jeito em lhe arranjar abrigo e trabalho. Com o tempo, a ausência da esposa levara *Bruno* a tristeza profunda, fazendo com que este a procura-se, prometendo esquecer o ocorrido e segredando-lhe que a amava. Após um período rejeitando os apelos do marido, *Leocádia*, ao saber que este encontrava-se acamado, resolve ceder e voltar para casa, "*Agora fazia-se muito séria e ameaçava com pancada a quem lhe propunha brejeirices*" (AZEVEDO, 1981, p. 149).

Embora a presença do prazer sexual na mulher já fosse reconhecido por alguns médicos ao final do século XIX, durante muito tempo vigorou a ideia de que a mulher era

um ser assexuado e frígido (ENGEL, 2006). Logo, a mulher que buscasse formas de relacionamento sexual fora do casamento, sofreria o peso das questões morais e receberia a atenção das lentes da ciência que a classificaria como anormal. Caminhando ao lado do discurso de anormalidade baseada na vida sexual das mulheres, a loucura e a histeria emergiam como justificativa para os demais discursos de anormalidade. Durante o século XIX, os saberes em torno da loucura e da histeria associavam estas como propícias do universo feminino, estabelecendo uma íntima associação entre as perturbações psíquicas e os distúrbios da sexualidade (ENGEL, 2006). Esses desequilíbrios e transtornos também legitimaram intervenções no corpo das mulheres, na perspectiva de prevenção e cura.

Na obra *O Cortiço*, a exemplo de loucura, temos a personagem *Marciana*, que após descobrir que sua filha de quinze anos (cuja mãe acreditava ainda ser virgem) estava "de barriga" de um dos funcionários da venda, a espanca. Por consequência das atitudes da mãe, a filha foge de casa. A atitude da filha levou a velha *Marciana* ao desespero. Transtornada pelo paradeiro da filha, a velha passou a apresentar sinais de insanidade mental, e acabou sendo despejada do cortiço. Sem paradeiro e vagando pelas ruas, foi levada presa. Ao detectarem seu desequilíbrio mental, seu destino foi o hospício, onde acabou falecendo logo em seguida.

No Brasil, o fortalecimento do saber-poder psiquiátrico iniciado ainda no período imperial, conforme veremos, foi consolidado no período republicano. O exame da loucura e o tratamento das chamadas "doenças mentais" evidenciavam o comprometimento da psiquiatria com as políticas de controle social dos primeiros anos da República. Segundo Engel (2006),

> o universo temático privilegiado pelos especialistas brasileiros na construção da loucura como doença mental deixa entrever as principais áreas de intervenção das estratégias normalizadoras: os comportamentos sexuais, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações coletivas de caráter religioso, social, político e etc (p. 323).

Seria possível estabelecer o que era normal e anormal em relação às sexualidades humanas? Os cientistas do período não apenas acreditavam que sim como também estabeleceram "normas" formalizadas em documentos, pesquisas que segundo eles atestavam tal normalidade/anormalidade. Nessa direção, o universo misterioso da sexualidade feminina foi um dos alvos prioritários dessas intervenções que, mesmo discordando em alguns aspectos, produziam efeitos na comunidade científica, pois

correspondiam ao mesmo universo epistêmico, onde o que era discutido e estudado por um, era complementado e reiterado pelo outro.

Nessas pesquisas, as referências ao corpo normal e sadio da mulher se aproximavam da função do seu aparelho reprodutor e das glândulas mamárias, numa tentativa de associar a mulher à natureza, aquela cuja única função era a reprodução (ROCHA, 2009). O que vem a corroborar com o fortalecimento da ideia de fragilidade feminina, muito presente nos saberes da medicina do século XIX e reproduzidos pelo imaginário social androcêntrico e patriarcal até os dias de hoje. Nesse discurso de ordem burguesa, a mulher poderia assumir dois papeis: de esposa, responsável pelo lar e educação dos/das filhos/as ou de *leviana*, ao se opor a ordem "natural", fosse resistindo ao casamento, fosse exercendo a prostituição, ou tornando-se independente financeiramente, ou até mesmo apaixonando-se por outra mulher... Na sequência, apresentamos alguns dados que contribuíram na consolidação dessa representação de mulher na sociedade brasileira.

A mesma tecnologia que embelezou e modernizou os grandes centros urbanos nas primeiras décadas do século XX, também mudou a rotina de mulheres da elite brasileira que passaram a frequentar diferentes espaços públicos como o cinema, as confeitarias, os cafés e os salões de festas, até então destinados aos homens, redimensionando antigos valores interioranos[29]. Entretanto, essas mudanças levaram a instituição de rígidos códigos sociais que ditavam, de forma muito clara, as posturas e os espaços da moça de família e o da meretriz[30]. Revistas e editoriais destinados às mulheres versavam sobre a "postura ideal" para mulheres e meninas, condenando qualquer prática que pudesse ser associada ao "meretrício" ou a insubordinação feminina, em que:

> Num complexo campo de redefinição de papéis e de valores, a prostituta foi construída como um contra-ideal necessário para atuar como limite à liberdade feminina. A elaboração médico policial de sua identidade facilitou a internalização do modelo ideal da boa dona-de-casa, por oposição (RAGO, 1992, p. 137).

Conforme veremos, a produção da identidade[31] da "boa dona-de-casa" não apenas atingiu e elaborou um estatuto sobre as mulheres que praticavam o meretrício, como também

---

[29] Cabe salientar, que essa mudança reservava-se às mulheres das camadas sociais dominantes, pois, a rua e outros espaços públicos, já eram frequentados por mulheres negras e de classes populares, que já atuavam como força de trabalho produtivo ou escravo.

[30] Sinônimo de prostituta.

[31] Entende-se "identidade" como uma série de características que une os membros de um determinado grupo.

sobre aquelas que eram consideradas invertidas, que se distanciavam do modelo de mulher, passando também a terem seus corpos regulados pelo discurso médico-policial. Para isso,

> A chamada "tecnologia do sexo", para a correção dos desvios e medicalização do comportamento sexual da mulher foi aplicada primeiramente nas elites. Eram elas que tinham o "direito" e a obrigação de possuir uma descendência sadia e uma longevidade (ESTEVES, 1989, p. 27).

A elaboração dos limites entre a moça de família e a meretriz, assim como da saudável e da doente, possibilitou à mulher de setores médios também trabalhar fora de casa sem correr o risco de ter sua honra questionada ou abalada, desde que esses limites fossem rigorosamente respeitados. Sobre a importância da mão de obra feminina e seu aproveitamento na economia industrializada de então:

> A industrialização trouxe junto a inserção massiva das mulheres no trabalho fabril ao qual, se considera o total da mão-de-obra empregada no setor têxtil, o sexo feminino contribuiu com mais de 60%, chegando em alguns setores, como juta, à cifra de 74% do proletariado. Paralelamente ao desenvolvimento do setor industrial têxtil e junto com a expansão urbana se produziu também, nesse período, o incremento do mercado de trabalho informal (SAMARA; MATOS, 1993, p. 325).

Pode se dizer que a ampliação das mulheres no mercado de trabalho devido ao intenso crescimento urbano-industrial, e o maior aproveitamento dessa mão de obra, possibilitou o nascimento de grupos e organizações até então desconhecidos no cenário brasileiro. No final do século XIX, "influenciadas pelas ideias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos" (COSTA, 2006, p. 55), algumas mulheres passaram a integrar sindicatos na defesa de causas por melhores salários, ambiente de trabalho salubre e contra possíveis abusos e discriminações oriundas de sua condição de mulheres. Nas primeiras décadas do século XX, ainda influenciadas pelas lutas internacionais (e agora protagonizadas por mulheres), surgiu no Brasil grupos como a Associação Feminista[32] e o Partido Republicano Feminista[33], ambos muito significativos e expressivos para o período. Tal cenário contribuiu no processo de surgimento do movimento feminista brasileiro, que apesar de revolucionário para sua época, não visava romper com os preconceitos e os tabus acerca da sexualidade feminina, nem muito menos modificar o imaginário preconceituoso sobre a prostituição. Concentravam-se basicamente na luta pelo sufrágio e algumas garantias políticas.

---

[32] De forte influência anarquista e nas greves operárias de São Paulo, em 1918.

[33] Com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio, foi criado por Leolinda Daltro.

De forma a evitar conclusões genéricas, do tipo "causa/efeito", entendemos que esse cenário de intensas transformações sociais contribuiu também para que vozes femininas surgissem em espaços até então ocupados majoritariamente por homens. A exemplo, lembramos de figuras como Dra. Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), que não apenas foi membra da Associação Paulista de Medicina, como também foi a primeira mulher brasileira a votar e ser eleita deputada federal; Dra. Nise da Silveira (1905-1999), que foi a única mulher a se formar médica numa turma de 157 homens na Universidade de Medicina da Bahia em 1926; e Doutora Iracy Ferreira Doyle (1911-1956), cuja a importância de sua obra ocupará centralidade nesta dissertação[34] por suas ideias terem se tornado um importante contraponto às até então defendidas pela ciência masculina sobre a homossexualidade feminina. Essa monopolização masculina sobre a ciência, cabe destacar, se faz presente até os dias de hoje. Para Maffía (2010):

> Es algo más que una cuestión de género: es una cuestión de androcentrismo. Debe preocuparnos, entonces, como mujeres latinoamericanas, alcanzar la equidad para todas en nuestra enorme diversidad, alcanzar la autonomía en la determinación de nuestros intereses, legitimar otros mecanismos de evaluación de los saberes, establecer otros vínculos en las comunidades de conocimiento, y cambiar el discurso de la ciencia sobre los cuerpos de las mujeres con los que el patriarcado justifica la opresión y la discriminación (p. 140).

Os debates em torno do androcentrismo da/na ciência aparecem com uma das discussões centrais do Movimento Feminista atual. As questões levantadas por pesquisadoras feministas internacionais como Sandra Harding (2007, 2008), Norma Blazquez Graf (2010) e Diana Maffía (2001, 2007, 2010), e enriquecidas pelas feministas brasileiras como Margareth Rago (1998) e Cecília Sardenberg (2002), nos levam a refletir sobre o quanto os princípios da Ciência Moderna, assim como sua linguagem e epistemologia, estão impregnados de pressupostos sexistas, em que o homem, como ser racional, seria o maior responsável pela produção do conhecimento científico.

1.2 EUGENIA E HIGIENISMO: DESAFIOS DA NOVA REPÚBLICA E A ELABORAÇÃO DOS REFERENCIAIS DE CIDADÃOS/ÃS

No romance publicado em 1890, Aluísio Azevedo nos convida a viajar também nas transformações pelas quais passava a sociedade brasileira ao final do século XIX, mais precisamente, as transformações percebidas nos grandes centros urbanos como a cidade do

[34] O capítulo II será destinado à vida e obra de Iracy Doyle.

Rio de Janeiro, que sofreu nesse período o processo de industrialização/urbanização. Para entendermos tal processo, é necessário localizarmos o Brasil em um cenário de transformações internacionais iniciadas na Europa que, segundo Patto (1991), lançou as bases para os sistemas econômico-políticos de base liberal-capitalista, que se refletiu em grande parte do mundo ocidental.

A adequação do Brasil à nova estrutura imposta pelo capitalismo foi sentida em transformações como a substituição da mão de obra escrava negra pela a assalariada com a abolição da escravidão em 1888, e a Proclamação da República no ano seguinte, o que levou o país a vivenciar mudanças profundas em vários setores da sociedade, tanto político e economicamente, quanto culturalmente. Conforme aponta Holanda (1999):

> [...] o declínio dos centros de produção agrária foi o fator decisivo da hipertrofia urbana. As cidades, que outrora tinham sido como complementos do mundo rural, proclamaram finalmente sua vida própria e sua primazia. Em verdade podemos considerar dois movimentos simultâneos e convergentes através de toda a nossa evolução histórica: um tendente a dilatar a ação das comunidades urbanas e outro que restringe a influência dos centros rurais, transformados, ao cabo, em simples fontes abastecedoras, em colônias das cidades. Se fatores especiais favorecem o primeiro desses movimentos, não há dúvida que ele só se acentuou definitivamente com a perda de resistência do agrarismo, antes soberano, e, depois, com o definhamento das condições que estimularam a formação entre nós de uma aristocracia rural poderosa e de organizações não urbanas dotadas de economia autônoma (p. 172-173).

A fragilidade das antigas estruturas rurais em detrimento do avanço tecnológico urbano, somado à abolição da escravidão e a substituição da mão de obra escrava negra pela do imigrante europeu e asiático, que segundo Fausto (1995), chegou a 3,8 milhões entre 1887 e 1930, impulsionou o êxodo rural e o crescimento populacional de grandes centros urbanos, a exemplo de cidades como o Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Olinda/PE. O processo de industrialização iniciado na segunda metade do século XIX, e acentuado no início do século seguinte, concentrou sua produção na região centro-sul, sendo que o Distrito Federal (na época, Rio de Janeiro) detinha as mais importantes fábricas e absorveu a mão de obra disponível, embora pouco especializada.

O cenário escolhido para o romance de Aluísio Azevedo e que dá nome à obra, um cortiço carioca, refere-se às habitações coletivas que faziam parte da paisagem das grandes cidades no final do século XIX para abrigar a mão de obra assalariada da crescente industrialização brasileira. Nestes locais de habitações modestas, a falta de saneamento

básico e as condições precárias que os levavam a serem foco de epidemias[35], eram decorrentes da falta de infraestrutura e o inchaço populacional dos grandes centros, que passaram a receber contingentes de escravos/as alforriados/as, além dos diferentes grupos de imigrantes. Sobre a população da cidade do Rio de Janeiro nessa época, Sevcenko (1998) descreve:

> [...] era pouco inferior a 1 milhão de habitantes. Desses, a maioria era de negros remanescentes dos escravos, ex-escravos, libertos e seus descendentes, acrescidos dos contingentes que haviam chegado mais recentemente, quando após a abolição da escravidão grandes levas de ex-escravos migraram das decadentes fazendas de café do Vale do Paraíba, em busca de novas oportunidades nas funções ligadas sobretudo às atividades portuárias da capital. Essa população, extremamente pobre, se concentrava em antigos casarões do início do século XIX, localizados no centro da cidade, nas áreas ao redor do porto. Esses casarões haviam se degradado em razão mesmo da grande concentração populacional naquele primeiro e tinham sido redivididos em inúmeros cubículos alugados a famílias inteiras, que viviam ali em condições de extrema precariedade, sem recursos de infra-estrutura e na mais deprimente promiscuidade. Para as autoridades, eles significavam uma ameaça permanente à ordem, à segurança e à moralidade pública [...] (p. 20-21).

Através de uma linguagem crua e rejeitando qualquer forma de idealização da realidade, em *O Cortiço*, Azevedo aborda temas relacionados ao cotidiano e à realidade vivida nestes espaços, como a desonestidade, o crime, a infidelidade, as perversões... Em outras palavras, problemas que, embora não fossem novidade, ficaram mais evidentes devido ao aumento desenfreado da população e a centralidade que as cidades assumiram naquele contexto político-econômico. Nestes locais, a balbúrdia e os excessos entendidos como pertencentes às camadas populares chamavam a atenção das classes economicamente dominantes que moravam nas proximidades, passando a incomodar e serem alvos de frequentes críticas.

Na referida Obra, o personagem *Miranda* nos é um bom exemplo disso. Tendo sido a estalagem *São Romão* (nome dado pelo proprietário *João Romão* ao cortiço) erguida ao lado de sua imponente residência, o comerciante português frequentemente praguejava de sua janela que dava para o pátio do cortiço, a exemplo da passagem que segue, referente a um domingo de confraternização no pátio vizinho: "— *Vão gritar para o inferno, com um milhão de raios! berrou ele, ameaçando para baixo. Isto também já é demais! Se não se*

[35] Destacavam-se nesse período epidemias de varíola, febre amarela, tuberculose e malária. Sobre o assunto, ler: COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3ª Ed. Editora Graal: Rio de Janeiro, 1989.

calam, vou daqui direto chamar a polícia! Súcia de brutos!"[36] (AZEVEDO, 1981, p. 83*).* As confraternizações e festas que tanto incomodavam *Miranda* ocorriam com frequência no cortiço, regada a música, dança e bebidas alcoólicas, o que parecia deixar os "excessos" ainda mais evidentes. O medo que os/as moradores/as dos cortiços tinham da polícia era decorrente dos excessos que os "morcegos"[37] faziam com aquela gente, como podemos observar em uma das passagens:

> *A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício; à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho* (AZEVEDO, 1981, p. 84*).*

Além das ameaças constantes de invasões nos cortiços, seus/suas moradores/as eram frequentemente impedidos/as de frequentar praças e outros espaços públicos. O que nos leva a questionar sobre qual conceito de "cidadão" era contemplado pelo Estado na Nova República que se instaurara. Nesse sentido, chamamos a atenção para a existência de algumas figuras marginalizadas no período, como os capoeiristas, que segundo Carvalho (1987), eram frequentemente perseguidos pela polícia. Na obra, a figura é representada por *Firmo*, descrito como:

> *[...] o atual amante de Rita Baiana, era um mulato pachola, delgado de corpo e ágil como um cabrito; capadócio de marca, pernóstico, só de maçadas, e todo ele se quebrando nos seus movimentos de capoeira* (AZEVEDO, 1981, p. 80).

Embora a produção de Aluísio Azevedo não tenha uma personagem principal, pode-se dizer que suas personagens coadjuvantes alimentam e dão vida ao romance, e que o próprio cenário, *O Cortiço*, é que seria a personagem central. O ambiente em que se desenvolve a narrativa é descrito em toda a sua "sujeira", "podridão" e "desvios morais", onde se vê de forma legível a intenção do autor de chamar a atenção para o que o ser humano poderia ter de pior, segundo os valores da sociedade em questão. Com frequência, o romancista compara os/as moradores/as do cortiço a animais:

> *E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco* (AZEVEDO, 1981, p. 80).

---

[36] Optamos por utilizar a fonte em *itálico* quando das citações da obra literária apenas para diferenciar das citações extraídas das demais obras.

[37] Apelido pejorativo dado aos policiais.

Não seria exagero afirmar que a forma crua (característica do próprio escritor) como as personagens cariocas são apresentadas, está intimamente relacionada ao modo como eram vistos os "cidadãos" do período, ainda limitado ao universo masculino. Ao refletirmos sobre o processo de transição da Monarquia para a República, é necessário entendermos também o papel dos cidadãos e dos/as marginalizados/das naquele contexto. Em seu livro[38], Carvalho (1987) nos convida a refletir sobre até que ponto os cidadãos foram beneficiados/as pela Nova República[39]. Ao trazer *O Cortiço* também para ilustrar sua pesquisa, Carvalho se utiliza da expressão usada por Aluísio "República do cortiço", para destacar a autonomia e a condição periférica que esses espaços representavam:

> Ali se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, à menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo [...] O governo da República destruía as repúblicas sem integrá-las numa república maior que abrangesse todos os cidadãos da cidade (CARVALHO, 1987, p. 39).

O inimigo externo, conforme aponta Carvalho, poderia ser tanto os/as moradores/as de outro cortiço como os policiais que representavam a repressão republicana. Embora o novo regime republicano fosse vendido[40] ao/as excluídos/as do regime monárquico como possibilidade de participação, pode-se dizer que a repressão policial acentuada nos primeiros anos da república desagradou aqueles/as que estavam na margem da sociedade. Após a abolição da escravidão (1888), o Regime Monárquico caiu no agrado dos/as mais populares, em especial dos/as negros/as, que consequentemente reagiram de forma negativa à república e sua repressão.

Como veremos, a perseguição aos/às considerados/as marginais foi acentuada com o advento das diversas transformações que atingiram as grandes cidades na Nova República no início do século XX. Embora já desde o século XIX, às vésperas da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro[41] algumas (porém, significativas) limpezas no espaço urbano

---

[38] *Os Bestializados*: O Rio de Janeiro e a república que não foi. Ed. 3, 15º impressão Companhia das Letras. São Paulo, 1987.

[39] Proclamada pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca, aos 15 dias do mês de novembro de 1889, a também chamada "República Velha" durou até 1930, quando como decorrência da "Revolução de 30", ascende ao poder o Presidente Getúlio Vargas, inaugurando um novo período da História do Brasil, segundo a historiografia tradicional.

[40] A imprensa formada por jornalistas republicanos, somada aos propagandistas, exerceu importante tarefa de difundir os ideais da República, a exemplo do jornal carioca "Voz do Povo".

[41] Diante da ameaça de invasão das tropas napoleônicas em Portugal e o bloqueio continental que impedia a negociação entre países europeus, em 1808, a Família Real portuguesa lançou-se em direção a sua mais

tivessem sido realizadas, foi somente ao final deste século e início do XX que reformas substanciais foram iniciadas nos grandes centros. As medidas de modernização adotadas já no período pré-republicano que visavam o estabelecimento da rua como espaço público, também levou a limpeza desse espaço, o que significava o banimento de manifestações de origem religiosa ou aglomerações de grupos que não estivessem de acordo com o processo burguês de civilidade, inspirado pelos modelos europeus, mais precisamente, o parisiense.

Pode-se dizer que a realidade apresentada por Aluísio Azevedo a respeito da identidade dos/as brasileiros/as (animalizados/as e brutos/as) era a forma como o Brasil era visto, tanto pelos/as próprios/as brasileiros/as quanto pela comunidade internacional. Para que essa imagem fosse modificada era necessário negar, mais que isso, modificar elementos que estiveram presentes desde a colonização do país.

A busca por uma identidade nacional após a Proclamação da República (1889), somada à necessidade de um Brasil consumidor no mercado internacional, livre do atraso, passava pelo apagamento/esquecimento de seu passado escravista (SILVA, 2012) que o conduzia ao arcaico e ultrapassado modelo colonial. Para isso, as elites políticas e econômicas deveriam buscar estratégias e mecanismos que tornassem possível a aproximação do Brasil a esse novo projeto de civilização, tendo como mote os valores eurocêntricos instituídos na Modernidade, cujo referencial a ser atingido era o do sujeito universal: homem, branco e saudável, apto a desenvolver as atividades produtivas. Para Caetano (2011):

> Assim como o ideal de homem universal foi efeito de interesses políticos que buscou estabelecer ao longo da história uma hegemonia branca, proprietária, adulta e heterossexual e a categoria "mulher" (com suas implicações na ciência, nas políticas e, por sua vez, na escola) como o outrem desse homem; a homossexualidade vem sendo um corpo discursivo alimentado pela lógica heteronormativa e se caracterizando como o outrem da heterossexualidade (p. 177).

Para que pudessem ser corrigidas tais mazelas, o Brasil passou a importar da Europa hábitos e costumes sob a justificativa do saneamento e o estabelecimento da ordem social e moral. Tendo como fundamento o "Progresso", a nova República buscou na ciência do período as justificativas necessárias para colocar em prática o novo projeto político e econômico. Nessa direção, as preocupações com o espaço público e as intervenções

---

importante colônia que possuía à época: o Brasil. Ver: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

realizadas nele tornaram-se viáveis após a recuperação financeira dos primeiros anos da República, em que foi possível bancar as obras de saneamento e de embelezamento iniciadas na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Essas mudanças na paisagem representavam os primeiros passos na direção de políticas públicas que visavam não apenas planejar os espaços públicos, mas elaborar e instituir modelos de homem e de mulher, em outras palavras, o privado também passava a ser alvo destas políticas.

Apesar de alguns/umas pesquisadores/as como Esteves (1989), Rago (1992) e Júnior (2005) optarem por chamar esse período de transformações culturais e estabelecimento de referenciais estéticos europeus no Brasil de *Belle Époque*[42], cabe destacar que não podemos entendê-lo como um período de transformações que atingiram a sociedade de forma homogênea. Podemos sim, afirmar que essas transformações atingiram de forma muito distinta as diferentes classes sociais e grupos étnicos que viviam nas grandes cidades, a exemplo do Rio de Janeiro que, por ser capital, viveu de forma mais intensa essas mudanças. Como veremos, essas transformações aumentaram as assimetrias entre os diversos setores sociais, uma vez que demarcaram ainda mais as diferenças entre o centro e a periferia[43].

A fim de romper definitivamente com os laços coloniais e imperiais, o "novo" Brasil Republicano passou a importar (principalmente da França, onde ocorria grande efervescência cultural e inovações tecnológicas) novos hábitos e costumes. Ao "importá-los", o país passou a ser palco de grandes transformações, tanto no tocante a infraestrutura das cidades quanto no cotidiano das pessoas. Tais reformas[44], não contaram apenas com engenheiros e arquitetos, mas também com psiquiatras e médicos sanitaristas, responsáveis pelas medidas de higiene pública.

---

[42] A "Bela época" refere-se ao período considerado de inovações, transformações e de paz entre as nações europeias, além de uma efervescência cultural e intelectual. Na Europa, de uma forma geral, entende-se que o período vai da década de 1870 até o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No Brasil, o período próspero é compreendido do fim do Império (final da década de 1880) até final da República Velha (meados da década de 1930). Texto adaptado de http://www.infoescola.com/artes/belle-epoque/. Acessado em 17.11.2014.

[43] A violenta invasão e derrubada dos cortiços e demais habitações que não correspondiam ao novo processo de limpeza dos grandes centros, fez com que as camadas populares buscassem outros locais para a construção de suas casas. No Rio de Janeiro, por exemplo, o processo de favelização ocorreu nos morros da cidade.

[44] No Rio de Janeiro, as reformas foram promovidas pelo Barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores.

Sob a bandeira da corrente de pensamento cujos princípios básicos foram formulados pelo pensador francês Augusto Comte[45] (1798-1857), os ideais positivistas muito presentes entre as elites política e econômica durante o processo de Proclamação da República, e hegemônico nas primeiras décadas do século XX, com seus métodos baseados nas ciências da natureza e comprovados pela rigidez científica, buscavam legitimar o poder dos médicos e demais pesquisadores. Esse poder, autorizava-os a interferir, organizar e orientar a sociedade a partir de preceitos cientificamente comprovados pelo/com o método positivista.

A importância dos cursos de Direito e Medicina (ao lado das Engenharias) e a autoridade que esses receberam neste momento de reorganização social, nos levam a compreender que não apenas os espaços públicos foram devidamente regulados, mas também os corpos e o comportamento das pessoas, e a escola desenvolveria um importante papel na elaboração desses referenciais, tornando-se um dos espaços mais visados pelos/as cientistas. Tal autoridade e voz dada às ciências médicas e jurídicas se somou à outras instituições como a escola e a família, que foram percebidos como importantes porta-vozes dos discursos proferidos pelos médicos/juristas ancorados pelos referenciais do higienismo e da eugenia. Segundo Reis (2006), "o foco de preocupação do movimento higienista era a descoberta das doenças que colocavam em risco a saúde pública" (p. 36), sendo que:

> [...] a Medicina das primeiras décadas do século XX estava influenciada pela ideologia da higiene e raça e a formação e atuação dos médicos eram fundamentadas em autores europeus a ela adeptos e aos eminentes médicos brasileiros que trouxeram a eugenia e o higienismo para o Brasil (Idem, p. 38).

Somada ao higienismo, a eugenia como uma ciência do melhoramento da raça humana ganhou força diante das necessidades do novo projeto brasileiro de sociedade, uma vez que o atraso cultural e econômico do Brasil estava associado à miscigenação da sua gente, segundo as interpretações raciológicas do período (SCHWARCZ, 1993). A importância que a temática racial adquire no pensamento social brasileiro nos remete à criação de centros de produção de ideias e teorias em que, a exemplo das Faculdades de Direito e de Medicina, encontraram um ambiente fecundo para serem disseminados e legitimados pressupostos racistas. Não tardou para que surgissem saberes específicos como a Antropologia Criminal e a Medicina Legal que associavam os/as negros/as e mestiços/as à criminalidade,

[45] Considerado o pai do positivismo, o pensador Francês através de sua obra fundamentou os princípios da corrente filosófica, política e científica conhecida como positivismo, que influenciou muitos países ocidentais no início do século XX, dentre eles o Brasil.

comprovados através de exames, como por exemplo, a antropometria[46]. No Brasil, o médico legista, antropólogo, psiquiatra e também professor, Nina Rodrigues (1862-1906) ganhou destaque devido a defesa e comprovação das teorias que associavam o/a negro/a à marginalidade.

A proliferação dos ideais do higienismo e da eugenia não se limitou ao estudo das doenças, das origens da criminalidade e da prevenção delas, mas também se dedicou à regulação das questões ligadas à higiene moral, não tardando para que tais poderes dado à ciência médica passassem por um dispositivo[47] que historicamente atravessou relações de poder e foi utilizado em diferentes sociedades: a sexualidade. Segundo Foucault (1999):

> É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. Mas vêmo-la tornar-se também tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice de força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um pólo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma serie de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (p. 137).

Mas para ter sucesso essa regulação e empreendimento não poderia ser feito apenas pela Medicina, mas somado a uma rede de poderes que subsidiassem seu discurso. Baseados nos estudos da ciência internacional, médicos sanitaristas, legistas, psiquiatras e pessoas ligadas ao Direito, encontraram no espaço escolar o ambiente propício para a divulgação de seus estudos. Segundo Stephanou (2009):

> Os discursos médicos não se restringem a defender uma bandeira genérica de educação e saúde como solução aos problemas nacionais. Há uma intensa discussão sobre qual saúde e qual educação. Não apenas uma saúde física, mas mental, moral e intelectual. Não apenas uma educação intelectual, mas física, mental, moral e sexual. Nesse período, médicos brasileiros ocupam-se cada vez mais em discutir os conteúdos e objetos de ensino, os procedimentos pedagógicos, a avaliação, o exemplo do professor, a materialidade e a salubridade das escolas, os pressupostos teóricos dos pedagogos (p. 145).

---

[46] Parte da antropologia que estuda o corpo humano considerado em relação às suas dimensões. (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: http://www.priberam.pt/dlpo/antropometria, Acessado em 16.04.2015). A antropometria foi buscada em diferentes momentos da história da humanidade para justificar e legitimar a segregação e até o extermínio de grupos étnicos (a exemplo do Apartheid na África e do Nazismo na Alemanha).

[47] No referido parágrafo, o termo ganha status de "uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder." (AGAMBEN, 2005, p. 10).

Após nos voltarmos para a importância da Medicina e do Direito neste período, torna-se indispensável também localizarmos a Escola nesse processo de construção dos ideais de homens e mulheres, ou melhor dizendo, de meninos e meninas, por ter sido uma das instituições em que o discurso médico-jurídico mais visou atingir. Segundo Lockmann (2014):

> A articulação entre medicina e educação pode ser visualizada desde a década de trinta com o próprio nome atribuído ao Ministério da Educação na época. Fundado em 14 de novembro de 1930, pelo presidente Getúlio Vargas, o MEC chamava-se "Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública" e encarregava-se de assuntos relativos à educação, à saúde e à assistência hospitalar (p. 3).

Não tardou para que as questões relacionadas à sexualidade, ou, à Educação Sexual atingissem também as diferentes instâncias educativas. A articulação desses dois campos dos saberes (Medicina e Educação) em um mesmo Ministério, o *Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública*, denunciava o novo projeto de sociedade pensados pelo governo e colocados em prática pelo Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), tornando-se porta-vozes do discurso ideológico do Estado. Vale salientar, que estas mudanças não ocorreram de uma hora para outra, faziam parte de um processo já desencadeado anteriormente, em que:

> As perspectivas de reestruturação das relações de trabalho em novas bases, a ampliação e a complexificação dos espaços urbanos, a Proclamação da República, entre outros aspectos, sinalizavam o advento de um novo tempo. Impunham, de acordo com as expectativas e interesses dominantes, a formulação e a execução de novas estratégias de disciplinarização e de repressão dos corpos e mentes sedimentados, por exemplo, sobre uma nova ética do trabalho e sobre novos padrões de moralidade para os comportamentos afetivos, sexuais e sociais (ENGEL, 2006, p. 322).

No que diz respeito ao campo da Educação na década de 1930 (Governo do Presidente Vargas), podemos destacar que grandes e significativas mudanças foram realizadas a partir da criação do Ministério, como o estabelecimento do ensino seriado e a criação de novas universidades. A inclinação do Governo para com setores conservadores como a Igreja Católica possibilitou que estes tivessem maior influência sobre as questões relacionadas à Educação do período.

É necessário que se destaque também a presença dos chamados "educadores liberais". Formado por pessoas ligadas às elites política e cultural, era um grupo considerado reformador e fazia oposição aos pensadores católicos. Através do Manifesto da Escola Nova

(1933), propunham o estabelecimento de uma escola pública que pudesse oferecer uma educação igual e comum a meninos e meninas. Suas propostas iam de encontro aos objetivos do governo, que se aproximou do Projeto educacional dos intelectuais católicos, fazendo-lhes algumas concessões. Essa inclinação para com a Igreja não significava que o governo estivesse optado pelo seu projeto, mas sim que tinham cedido e recuado em alguns aspectos, como, por exemplo, o da escola laica. A Igreja Católica representava a base de apoio do governo, uma vez que levava seus/suas seguidores/as a aprová-lo, recebendo em troca algumas vantagens, o que se refletia também na Educação do período, em que:

> A Igreja Católica enfatizava o papel da escola privada, defendia o ensino religioso tanto na escola privada como na pública – neste último caso em caráter facultativo e diferenciado segundo o sexo. Sob esse aspecto, o pressuposto era de que meninos e meninas deveriam receber educação diferente, pois destinavam-se a cumprir tarefas diversas, na esfera do trabalho e do lar (FAUSTO, 1995, p. 339).

Apesar de um Estado laico[48] desde o rompimento político com a Igreja a partir da Proclamação da República, o estabelecimento do entendimento de Educação apresentado pela Igreja (que historicamente era a responsável pelos grupos escolares) oferecia, de certo modo, condições que se aproximavam do ideal de homem e de mulher pensados pelo governo, com tarefas bem definidas a partir da compreensão binária e sexista de seus sexos biológicos, ou seja, reforçando a ideia do homem como o provedor do lar e da mulher como esposa, mãe e dona de casa, para o bom desenvolvimento, ordem e progresso da economia do país. Segundo Caetano e Beck (2014):

> A História da Educação Brasileira nos sinaliza que a escola nunca funcionou de forma homogênea, atuando em seus espaços inúmeras correntes ideológicas e interesses. Mas, é unânime, que as expectativas sobre homens e mulheres estiveram às voltas dos valores heterossexuais e androcêntricos (p.3).

---

[48] Diferente da "Constituição Política do Império do Brazil", de 25 de março de 1824, que versava em seu artigo 5º: "*A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo*", a atual Constituição do Brasil, de 05 de outubro de 1988, estabelece em seu artigo 19, I: "*É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvenciona-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público"*. Podemos ainda definir laicidade com base em Blancarte (2008) como: "un régimen social de convivencia, cuyas instituiciones políticas están legitimadas principalmente por la soberania popular y (ya) no por elementos religiosos" (p. 29).

Essa interpretação nos leva a perceber que por mais progressistas que fossem as alternativas de projetos educacionais, como poderia parecer a dos "liberais", nenhum propunha repensar ou questionar os papeis atribuídos aos ideais de homens e mulheres fora daqueles preconizados pelas assimetrias heterossexuais.

Porém, historicamente, a Igreja Católica era uma das instituições que mais se dedicou a regular as sexualidades. No Brasil, as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo ganharam distintas interpretações em diferentes momentos da nossa História. Apesar de nosso recorte temporal se limitar as décadas de 1920 a 1950, para entendermos essas interpretações em torno das pessoas que se atreviam a manifestar sua *preferência* pelo mesmo sexo, acreditamos ser necessário passar pela compreensão que a Igreja tinha sobre essas pessoas, uma vez que essas interpretações se refletiram nos períodos posteriores.

Para Vainfas (1997), em nosso passado colonial, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, além de cuidar dos erros de fé propriamente ditos (pois fora instalado em Portugal em 1536 para vigiar e condenar os Cristãos Novos[49]), dedicou-se também a investigar, no território de certos atos sexuais, os crimes assimilados à heresia. Com o passar do tempo, tornou-se inevitável que a Igreja tomasse pra si desvios que iam contra a sua moral, condenando a sodomia a um crime contra o sagrado, pois apenas o sexo conjugal voltado para a procriação da espécie poderia ser aceito.

Segundo essa documentação, podemos caracterizar o que era considerado ato "contra natura", ou seja, a sodomia masculina era entendida pela Inquisição Portuguesa como crime de heresia. O que caracterizava a "sodomia perfeita" era a emissão de sêmen através da penetração anal. Para que se pudesse provar a culpa de um sodomita, era necessário uma série de afirmações, tais como: a frequência com que eram praticados tais atos, se havia ou não penetração anal com emissão de sêmen, além de fatores relacionados a conduta pública do acusado, como o travestismo[50] ou demonstração de *preferência* sexual por outro homem. O Santo Ofício desejava alcançar os sodomitas assumidos e não perseguiam casos isolados ou eventuais. Além do mais, outros fatores contribuíam para a condenação do acusado,

[49] Denominação dada aos Judeus convertidos ao cristianismo.

[50] De forma a não cometer anacronismos, devemos salientar que no período em questão, invés da palavra "travesti" como a entendemos hoje, segundo registros escritos, era utilizado o termo "homens que se vestem de como mulher".

como por exemplo a não cooperação com os inquisidores, a confissão e o arrependimento do pecado.

Desde o nosso passado colonial e, conforme verificar-se-á, não muito diferente de períodos posteriores, tentou-se controlar de diversas formas o comportamento sexual também (e inclusive) das mulheres, em que estas se submetiam ao padrão imposto pela Igreja, primeiro sob o domínio do pai e, posteriormente, do marido, configurando o que podemos chamar de sistema patriarcal. Nosso olhar sensibilizado pelas lentes feministas contemporâneas nos leva a refletir sobre até que ponto a sedução de outra mulher também poderia significar uma forma de transgressão dessa submissão patriarcal?

No que diz respeito à sodomia praticada por mulheres, em vários momentos percebe-se a dificuldade do Tribunal do Santo Ofício em enquadrar tal conceito em relações femininas, visto que essas não caracterizavam a "sodomia perfeita" (penetração anal com emissão do sêmen), cabendo então ao Santo Ofício recorrer à noção de *molície*, que embarcava uma gama maior de pecados "contra natura". O perfil desta mulher enquadrada na documentação era muito diverso:

> No tocante a documentação sobre as relações homoeróticas entre mulheres, toda ela incluía na Visitação inquisitorial ao Brasil no século XVI, o problema é ainda mais grave. Os papéis do Santo Ofício dizem respeito a relações entre mulheres de idade e condição étnico-racial díspar. Há relações entre mulheres adultas, jogos sexuais entre moças e crianças, brincadeiras eróticas de meninas, e tudo isso envolvendo brancas, índias, negras e mestiças em circunstancias as mais variadas (VAINFAS, 1997, p. 244).

Diferentemente dos casos masculinos, os casos envolvendo mulheres nos apresentam relações mais voltadas ao afeto do que para o sexo, em que o romance tinha destaque maior na relação. O que sugere uma relação mais discreta, quando muitas vezes a figura da feiticeira era confundida com a da praticante de sodomia nos registros de confissões e nas denúncias. Por serem mais discretas, os inquisidores chegavam até essas pessoas geralmente através de denúncias e delações, feitas por diferentes motivos, fosse por medo da inquisição, moralismo, rivalidade ou até mesmo para poderem ficar com os bens confiscados da acusada, visto que uma das possíveis penalidades era a perda dos bens.

Em menor número nos casos documentados se comparado aos homens, é fato que no Brasil nenhuma mulher foi queimada e feita "fogo em pó", conforme queria a legislação civil (ARAÚJO, 2006), tendo apenas sofrido ameaças e repreensões, além de terem de pagar penitencia espiritual, tanto que as mulheres que tinham comportamento desviante deviam

saber que corriam o perigo de severa punição. Além disso, a partir de meados do século XVII os inquisidores do Santo Ofício passaram a se preocupar apenas com a sodomia entre homens.

Embora tivessem sido feitas pequenas alterações nos códigos penais advindas com o processo de Independência do país (1822), somente na primeira metade do século XIX a sodomia deixou de ser considerada uma transgressão penal, o que não a impediu de sofrer outras formas de sanções, em que a inversão sexual deslocou-se dos domínios da Igreja (moral/pecado) passando aos domínios dos campos dos saberes científicos, conforme verificar-se-á no decorrer desta pesquisa. Segundo Louro (2004):

> Se antes as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia (uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir), tudo mudaria a partir da segunda metade daquele século: a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim marcado e identificado. Categorizado e nomeado como desvio da norma, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação – um lugar incômodo para permanecer (p. 29).

Apesar de identificarmos em outros períodos de nossa História distintas formas de repressão e regulação das condutas sexuais consideradas inadequadas, foi nas primeiras décadas do século XX que estas condutas receberam maior atenção de diferentes saberes científicos, muito com intuito de destituí-las das condições de pecado e crime. Mais que isso, passaram a ser vistas como doença, um problema de estado, e deveriam ser administradas por políticas públicas, segundo preconizavam os saberes médicos e seus periódicos.

A partir do desenvolvimento de importantes pesquisas científicas, internacionalmente constitui-se uma ciência nova, a Sexologia, entendida como uma ciência voltada para as questões sexuais que surgiu no século XIX e ganhou força durante o século XX. Abrangendo diversas áreas do conhecimento como a Medicina Legal, a Psicologia, e a Psiquiatria, a Sexologia pretendia analisar, falar sobre o sexo, mas não se restringiu a isso, pois seus discursos referiam-se, sobretudo, às aberrações e anomalias, ou seja, um olhar patologizante e moralizante sobre as condutas sexuais.

Além disso, no final do século XIX, as questões relacionadas à inversão sexual de homens e mulheres ganharam maior relevância sob o ponto de vista científico por profissionais interessados “na apuração de suas verdadeiras causas, a fim de que os juristas pudessem modificar os textos das legislações penais, até então baseados em noções

empíricas e preconceitos anacrônicos" (RIBEIRO, 1975). Daí a importância de trazermos para essa análise documentos de diferentes áreas, uma vez que, como visto, Medicina, Direito e Educação, trabalharam em uníssono na elaboração e apuração das diferentes anomalias físicas ou psicológicas, legitimadas pelo já referido higienismo e a eugenia. Segundo Caetano (2011):

> As preocupações com a educação e as crianças no Brasil parecem caminhar com os discursos sobre criminalidade, masculinidades, feminilidades e homossexualidade. Isto pode ser explicado de duas formas: primeiro, porque se cruzavam os mesmos sujeitos que elaboravam estes discursos em vários espaços institucionais de poder e, segundo, porque estes discursos obedecem a uma perspectiva epistemológica hegemônica na qual, no Brasil, tiveram repercussão as teorias eugenistas durante cinco décadas. Em 1935, quatro anos após a fundação do Comitê Central de Eugenismo, presidido por Renato Kehl e Belisário Penna, foi criado o Laboratório de Biologia Infantil (p. 96).

Ao evocar os "espaços institucionais de poder", chamamos a atenção para a criação de instituições como os hospitais psiquiátricos e os institutos de Medicina Legal, que através de suas pesquisas e estudos passaram a intervir no corpo dos/as cidadãos/cidadãs. Antes da criação das instituições trazidas por Caetano (2011), foram criados também a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (SBPNML), em 1907, e em 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Esta última, segundo Costa (2002), teria nascido comprometida com finalidades político sociais, distante da problemática específica da saúde/doença mental, o que demonstra como foi estabelecida uma cumplicidade científica da Psiquiatria com os interesses do Estado. Ainda segundo Costa (2002), estes espaços, seguidos de outros[51], se voltaram para a discussão, pesquisa e difusão dos saberes da Medicina Psiquiátrica, numa perspectiva de medicalização da sociedade, cura das anormalidades e, inclusive, de reenquadramento e disciplina moral.

Ao nos voltarmos para a escola como um desses espaços que passou a ser alvo de intervenções que tinham como foco a prevenção e correção de posturas (físicas e/ou morais) consideradas inadequadas, é possível perceber já no final do século XIX e início do século XX, algumas fontes documentais voltadas para o espaço escolar. A exemplo, citamos os pareceres elaborados entre 1882 e 1883 pelo então relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, o deputado Rui Barbosa[52], e o estudo

---

[51] Além dos citados, serão trazidos outros no decorrer da pesquisa.

[52] O deputado Rui Barbosa foi relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados. Compunham a comissão também os deputados Thomaz do Bomfim Espinola e Ulysses Machado Pereira Vianna. Os resultados dos estudos empreendidos pela comissão foram publicados sob os títulos *Reforma do*

publicado em 1902 pela imprensa oficial, intitulado *A hygiene na escola*[53] de autoria do Dr. Balthazar Vieira de Mello, que, como o título já indica, "tratava-se de traçar as linhas mestras segundo as quais deveria se institucionalizar a inspeção médica escolar" (ROCHA, 2009, p. 116).

Em um dos capítulos dos pareceres, Rui Barbosa aborda a importância da higiene escolar argumentando em defesa da implantação da inspeção médica nas escolas brasileiras, em que a frequência neste espaço representava um perigo à saúde dos/as alunos/as se não fossem orientados/as em relação às questões ligadas aos riscos para deformidades, a exemplo de lesões, desvios corporais, miopias, e outras "moléstias". Além de retomar temas abordados por Barbosa, em sua obra, Mello chama a atenção para

> A preservação da saúde das crianças e a constituição de *corpos fortes* e *espíritos saudáveis* ganha, em suas análises, o tom de uma causa de relevância nacional, um investimento na *força ativa e defensiva* não apenas do estado, mas de todo o Brasil (ROCHA, 2009, p. 116. Grifos do autor.).

Ambos os estudos baseavam-se em pesquisas desenvolvidas pela comunidade científica internacional. Visando guiar as condutas das crianças, esses estudos e os que vieram nos anos seguintes (que são centrais nessa pesquisa), colocaram em circulação representações de corpos construídas através de uma rede de discursos elaborada por figuras reconhecidas da Medicina, do Direito e da Educação. Tal investimento sobre os corpos dos/as sujeitos/as passaria antes pela produção de saberes específicos destinados a constituir, não apenas o homem e a mulher, sujeitos/as responsáveis pela ordem e o progresso, mas também os corpos dos/as sujeitos/as que fugiam dos conceitos pré-estabelecidos a partir do sexo biológico, numa tentativa de governamento (FOUCAULT, 1987) desses/as sujeitos/as.

Sob a justificativa da prevenção, diagnóstico e possível cura, os corpos daqueles e daquelas considerados/as invertidos/as por não acenarem para os ideais de masculinidade e feminilidade considerados referências pelos/as médicos/as, deveriam ser estudados na minúcia, no detalhe, para que fosse elaborada uma rede de discursos que articulados

---

ensino secundário e superior e Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública.

[53] Segundo Rocha (2009, p. 116): "Tratava-se de traçar as linhas mestras segundo as quais deveria se institucionalizar a inspeção médica escolar, num dos estados mais prósperos do país, o qual havia assumido lugar de destaque no processo de difusão da escolarização ao implantar, em 1893, no alvorecer do regime republicano, os grupos escolares, escola primária graduada, constituída pela reunião de escolas isoladas, com o objetivo de tornar mais racionais o trabalho dos professores, o emprego do tempo e a avaliação dos resultados do trabalho pedagógico."

pudessem produzir tanto a homossexualidade masculina quanto a feminina, aumentando as possibilidades de intervenção e ingerência sobre o "problema".

Apesar da ciência ter sido exercida majoritariamente por homens, algumas poucas mulheres se formaram e exerceram, não apenas a Medicina Clínica, mas também foram autorizadas e reconhecidas por pesquisas desenvolvidas em suas respectivas áreas. Voltando-se para essas vozes femininas da ciência e reconhecendo na psiquiatra e pesquisadora Iracy Doyle uma dessas vozes é que encaminhamos esta dissertação.

Como veremos, Iracy Doyle marcou a história da medicina brasileira, seja dando início a primeira turma de formação de psicanalistas, seja através do vasto número de trabalhos publicados em sua área. Como se já não bastasse, foi uma das primeiras médicas a colocar em discussão os condicionantes da "doença mental" da homossexualidade feminina. A partir de sua tese de doutoramento intitulada *Contribuição ao Estudo da Homossexualidade Feminina* (1956), a pesquisadora carioca, tendo como referencial uma análise psicanalítica para a compreensão da homossexualidade feminina, buscou descrever as possíveis causas da inversão sexual de uma paciente, que se tornou o objeto de sua tese.

Após essa breve contextualização da sociedade brasileira no início do século XX, na sequência, discorreremos sobre a importância da biografia de Doutora Iracy, uma vez que se tornou um importante contraponto sobre o que havia se produzido até então em relação a inversão sexual feminina.

2 IRACY DOYLE: RETRATO FEMININO DA CIÊNCIA

> *"Trata-se de uma mulher jovem, de compleição delicada, de cujo semblante se irradia uma expressão de beleza e serenidade. Poucas vezes se pode perceber em uma mulher a impressão de tranqüilidade, equilíbrio interior e autoconfiança que dela emana. Seus gestos são sóbrios e oportunos. Sabe escutar tanto como sabe falar"* (Mira y Lopes. Prefácio. In. DOYLE, Iracy. *Introdução à Medicina Psicológica*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1952, p. 8).

A descrição acima, do professor Mira y Lopes no prefácio do livro *Introdução à Medicina Psicológica* (1952) da pesquisadora Iracy Doyle, poderia ser uma boa ferramenta para problematizarmos a visão que a Ciência (majoritariamente masculina) tinha sobre as mulheres no decorrer do século XX. Ao afirmar em seu discurso que "*Poucas vezes se pode perceber em uma mulher a impressão de tranquilidade, equilíbrio interior e autoconfiança que dela emana"* somos levados/as a acreditar, dada a perspectiva dicotômica, na ideia de que, na maioria das vezes, resta às mulheres serem agitadas, desequilibradas e inseguras. Essa imagem, se configura como mais uma página da ciência androcêntrica na tentativa de produzir efeitos deslegitimadores sobre a mulher. Embora esse capítulo se dedique a versar sobre a vida e obra da psiquiatra Iracy Doyle, e o trecho acima caracterize suas "qualidades", a citação já nos ajuda a vislumbrar minimamente a mentalidade da sociedade em que viveu seu processo de formação pessoal e intelectual.

Uma vez definido nosso objeto de análise, conforme apresentamos na introdução dessa dissertação, os estudos e pesquisas desenvolvidos pela psiquiatra Iracy Doyle tomaram a centralidade de nossas intenções. Primeiro, por termos sentido a necessidade de uma delimitação; segundo, porque analisar todos os discursos produzidos sobre a homossexualidade, mesmo que só a feminina, tornou-se um empreendimento muito ousado, quase impossível para dois anos de mestrado, dado a abrangência de possibilidades que o tema apresenta; e terceiro, pelo papel exercido pela pesquisadora, sendo que foi uma das poucas mulheres (além de ter sido a primeira), ou a única que se teve acesso no Brasil, a se comprometer a estudar questões relacionadas à homossexualidade feminina, em um campo (Medicina) que era dominado pela presença masculina.

Nosso conhecimento sobre a autora chegara através de outras pesquisas de mestrado e doutorado que haviam a citado como referência, a exemplo de NOGUEIRA (2005), CAETANO (2011) e SILVA (2012), o que despertou ainda mais nosso interesse. Além disso, acreditamos que revisitar trabalhos desenvolvidos por uma mulher no espaço

acadêmico, que sabemos, é historicamente ocupado por homens, já se torna uma forma de legitimação política.

A partir das pistas deixadas pelos estudos que nos antecederam, foi possível encontrar, além dos livros publicados pela doutora, relatos de amigos/as, reportagens de jornais e revistas, em sua maioria localizados e acessados na SPID- Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle[54].

Através de um olhar sobre sua vida e obra, buscaremos narrar alguns aspectos considerados mais significativos para a compreensão dos estudos desenvolvidos pela psiquiatra e os pares com quem fez laços epistemológicos, de forma a nos aproximarmos minimamente do lugar de onde produzia suas pesquisas e as condições e interesses que possibilitaram tais estudos.

Acreditamos que eleger alguns aspectos para serem explorados se torna necessário para a compreensão de suas contribuições na área psiquiátrica, tais como sua formação (educação primária, secundária e superior), suas obras mais significativas e influentes para a Medicina do período, além, claro, das instituições que fundou e dos títulos recebidos. Diante disso, consultar à bibliografia contemporânea aos estudos de Doyle, relativa aos principais temas abordados em suas obras, também se tornou necessário, de modo a compreendermos melhor o contexto intelectual em que a autora produzia suas pesquisas.

2.1 A FORMAÇÃO: OS PRIMEIROS PASSOS DA "DOUTORINHA"

Para entendermos a direção dos primeiros passos e os rumos que os estudos e investimentos intelectuais de Iracy ganharam, será necessário percorrer antes o caminho das pistas deixadas pela História da Psiquiatria Brasileira. Antes desse movimento, acreditamos ser importante destacar a complexidade que compõe as ciências médicas, haja vista os conceitos e compreensões que requerem longos anos de estudos aprofundados (como em qualquer outra área científica). Sendo assim, os dados trazidos na sequência, para que nos aproximemos minimamente deste campo, foram buscados de forma a contextualizar os estudos da doutora Iracy e entender seus posicionamentos teóricos, não tendo a pretensão de realizar um estudo da área da Psiquiatria.

---

[54] A Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle localiza-se na rua Visconde do Pirajá, nº 156/ sala 307, em Ipanema no Rio de Janeiro. Site: http://www.spid.com.br.

Adentrar na HPB nos faz percorrer a trajetória de instituições, grupos e sociedades de pesquisas que, herdeiras dos estudos desenvolvidos pela comunidade médica internacional, lançaram no Brasil os alicerces sob o qual foram desenvolvidos e elaborados os conhecimentos, muitos dos quais até hoje imperam. Nas últimas décadas, muitos trabalhos têm abordado a psiquiatria brasileira e as suas instituições, que muito contribuíram na elaboração desta pesquisa, a exemplo de Jurandir Freire Costa (1989)[55], Magali Gouvêa Engel (2001)[56], Cristiana Facchinetti (2004)[57] e Ede Conceição Bispo Cerqueira (2014)[58]. Na sequência, trazemos algumas destas instituições, como a Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal - SBNPML; o Serviço Nacional de Doenças Mentais – SNDM, o Instituto de Medicina Psicológica – IMP e a Liga Brasileira de Higiene Mental - LBHM, além da forma como estes se estabeleceram no Brasil, introduzindo conceitos e referenciais para o campo da Psiquiatria.

Como visto no capítulo anterior, a Psiquiatria enquanto área da Ciência se desenvolveu durante o século XIX e chegou ao século XX consolidada e como autoridade na elaboração e regulação de modelos de comportamentos sociais. Ainda na segunda década do século XX, tornou-se especialidade médica autônoma e durante essa década ocorreu um aumento significativo no número de estabelecimentos destinados aos/às doentes mentais. Durante este período, foram inauguradas importantes instituições de tratamento médico-psiquiátrico, como a Colônia do Engenho de Dentro, a Colônia de Jacarepaguá e o Manicômio Judiciário, ambas no Rio de Janeiro.

O desenvolvimento de pesquisas que impunham normas de saúde mental e comportamento social ganharam força a partir da década de 1920, em instituições como a LBHM[59], que Segundo Costa (1989), teria nascido comprometida com finalidades político

---

[55] COSTA, Jurandir Freire. História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico. Rio de Janeiro, Xenon, 1989.

[56] ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão*: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930) Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. (Col. Civilização e Loucura). 2001.

[57] FACCHINETTI, Cristiana. "O brasileiro e seu louco: notas preliminares para uma análise de diagnósticos". In NASCIMENTO, Dilene Raimundo do e CARVALHO, Diana Maul de (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

[58] CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. *A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal*: debates sobre ciência e assistência psiquiátrica (1907-1933). Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História da ciência e da saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2014.

[59] A LBHM foi fundada no Rio de Janeiro em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, tinha como objetivo inicial "melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos". (COSTA, 1989, p.45).

sociais, distante da problemática específica da saúde/doença mental, além de estabelecer uma cumplicidade científica da psiquiatria com as razões de Estado onde os saberes da Medicina, de uma forma geral, foram utilizados como novos mecanismos de controle social. Obviamente, seria um equívoco histórico pensar que todos/as os/as psiquiatras de então pensavam da mesma forma, porém, pode se dizer, a LBHM abrangia grande parte da intelectualidade brasileira na área psiquiátrica[60], o que ajuda a compreender a atmosfera teórica que imperava entre os/as demais, a ponto de Costa (1989), numa atitude ousada, chamar o livro de *História da Psiquiatria no Brasil*.

Ao fazer uma análise da LBHM, a partir dos documentos originários da Instituição, Costa (1989) apresenta alguns dados que muito nos ajudam a elucidar a mentalidade da psiquiatria nacional no início do século XX:

> Custa-nos admitir que os psiquiatras da Liga desconhecessem os critérios que definem a cientificidade de uma teoria. A crença que eles tinham na verdade da eugenia não era um mero produto de suas convicções subjetivas. A eugenia baseava-se em fundamentos racionais. Todo o corpo teórico da Psiquiatria organicista caucionava as esperanças dos eugenistas. Se a doença mental era transmitida hereditariamente, a única prevenção, logicamente possível, era o extermínio físico ou a esterilização sexual dos indivíduos doentes. O espaço teórico da época não permitia a formulação de outra ideia de prevenção que não fosse esta (p. 13).

O autor faz várias críticas em relação à pouca abertura e flexibilidade teórica dos/as psiquiatras brasileiros/as, que acabavam absorvendo e sendo porta-vozes das interpretações biologizantes propostas pela psiquiatria alemã, notadamente carregada dos preceitos ideológicos nazifascistas, em que fenômenos psíquicos e culturais ganhavam explicações unicamente biológicas, maquiando preconceitos de origem racista, o que legitimava a intervenção médica/psiquiátrica.

Tendo como objetivo analisar como a Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal – SBNPML – atuou no processo de institucionalização da psiquiatria no Rio de Janeiro, no período de 1907–1933, através da História da SBNPML, Cerqueira (2014) nos aproxima da mentalidade teórico-prática da sociedade psiquiátrica do período, uma vez que diz ser um "espaço institucional que reunia psiquiatras e médicos de outras especialidades do Hospício Nacional de Alienados, assim como professores e alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro" (CERQUEIRA, 2014, p. 20). Por ser uma

[60] Como os médicos Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, que marcaram seus nomes na história da psiquiatria nacional. Na década de 1940, doutora Iracy Doyle também será membra da agremiação.

agremiação que aproximava certo número de intelectuais (dentre eles Afrânio Peixoto e Iracy Doyle), a Sociedade também nos ajuda a entender o quanto era um espaço de estudo e de divulgação de ideias. A pesquisadora ainda conclui que:

> A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal foi a primeira sociedade médica brasileira a buscar a especialização da "medicina mental", colocando em debate questões científicas e assistenciais que estruturaram o que passou a ser chamado de psiquiatria, em diálogo com uma medicina legal constituída anteriormente e com a especialização dos "estudos das doenças nervosas" que viria a se transformar em neurologia (CERQUEIRA, 2014, p. 171).

Pode-se afirmar que a SBNPML contribui na institucionalização do saber psiquiátrico e na ampliação deste onde, somada a outros campos da Medicina, tornou-se uma importante referência para os profissionais do período, interferindo inclusive, nos cursos de formação médica. Nesse sentido, pode-se dizer que tanto a SBNPML quanto a LBHM (junto de outras agremiações médicas) fortaleceram a especialidade psiquiátrica e foram importantes na condução (estudo e divulgação) das ideias higiênicas e eugênicas do período, vindo a influenciar diretamente na formação dos profissionais, como a própria Doutora Iracy Doyle, que nas décadas seguintes tornou-se uma das vozes autorizadas a tratar dos/as considerados/as doentes mentais.

Nascida em vinte e cinco de janeiro de 1911, no Rio de Janeiro/RJ, a "doutorinha", como era chamada pelos amigos e colegas em função de suas características físicas (magra e baixa)[61], carregou as marcas que lhe atravessavam, não apenas enquanto mulher de classe média baixa, nascida e formada nas primeiras décadas do século XX, mas também como pesquisadora da área médica. Segundo Walmor J. Piccinini (2010) "aparentemente ela também preferia o nome da mãe como marca" (seu nome completo era Iracy Doyle Ferreira). Afirmar que essa preferência é uma opção política fica por conta de nosso olhar feminista e de nossa liberdade poética.

Conforme verificamos anteriormente, a sociedade brasileira dos primeiros anos do século XX foi fortemente marcada pelo estabelecimento de rígidos códigos morais que iam desde o estabelecimento de leis e intervenções que garantissem hábitos morais até a elaboração de hábitos higiênicos e saudáveis, amparados pelas teorias do higienismo e da eugenia. A educação não ficou ilesa à essas intervenções. Obviamente, os/as brasileiros/as

[61] Mesmo que a justificativa para o apelido seja as atribuições físicas da doutora Iracy, somos interpelados/as a questionar: o diminuitivo não estaria associado a sua condição de mulher, diante um universo epistêmico dominado por homens?

que tiveram sua educação alicerçada nesse período formaram-se sob a égide da educação sexual e da sexologia, baseadas nas teorias do higienismo e da eugenia, que iam da educação infantil, passando pelos cursos profissionalizantes, até as faculdades de Direito e Medicina. Iracy, que nasceu e teve sua formação pessoal e intelectual durante a primeira metade do século XX, carregou consigo as marcas daquela realidade.

Após a conclusão do curso primário, aos quinze anos completou o então curso normal enquanto trabalhava em casa nas horas vagas para ajudar a mãe viúva com as despesas do lar, cortando renda para uma fábrica. O ingresso no curso normal era uma das poucas alternativas (em muitos casos, a única) para as moças de origem modesta que quisessem seguir uma profissão, enquanto que para a maioria o casamento, seguido dos afazeres domésticos e a criação dos filhos, era o único destino:

> Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro (LOURO, 2006. p. 446).

Ao lado das profissões de enfermeira, datilógrafa e telefonista, o magistério enquadrava-se entre as carreiras disponíveis para as moças "de família", uma vez que não se afastava dessa compreensão, pois, acreditavam alguns:

> [...] as mulheres tinham, "por natureza", uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e "naturais educadoras", portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequeninos (LOURO, 2006, p. 450).

Como professora, Doyle lecionou no magistério municipal entre 1928 e 1935, ano em que se formou médica pela Faculdade Nacional de Medicina da então Universidade do Brasil, hoje chamada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo Henrique de Novaes Filho (1957), o magistério teria lhe desenvolvido o gosto pela Psicologia. No período, a tradicional Universidade do Brasil era aspirante dos filhos das elites intelectuais e econômicas do Rio de Janeiro, além de ser majoritariamente ocupada por homens. Segundo Engel (2001), a criação da cadeira de "Clínica Psiquiátrica" da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1882, deu ao Distrito Federal o status de mais importante núcleo de irradiação do saber alienista no Brasil. Pode-se afirmar que o curso de Medicina era herdeiro das teorias tradicionais, a exemplo da psicanálise freudiana, que influenciou significativamente na formação da psicanalista e de tantos outros formados no período.

Além disso, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro era uma das mais engajadas na descoberta das doenças que colocavam em risco a saúde pública e que eram foco de preocupação do movimento higienista (REIS, 2006).

No que diz respeito à vida pessoal, Iracy chegou a casar-se, mas se divorciou[62] e não teve filhos/as. Seria interessante lembrarmos, como nos diz Nogueira (2005) a respeito das mulheres nas primeiras décadas do século XX: "As mulheres que se decidiram por uma carreira profissional tiveram que enfrentar a solidão" (NOGUEIRA, 2005, p. 36). Como estamos buscando justamente fugir de interpretações androcêntricas, fica a possibilidade do caráter de opção que o casamento representava para as mulheres que, como Iracy, optaram pela sua emancipação através da vida intelectual e profissional. Pode-se dizer que Iracy foi ousada, enfrentando a sociedade machista ao dar continuidade aos estudos e indo muito além do que se esperava das mulheres de sua época.

Durante o exercício do magistério e nos primeiros anos da Faculdade de Medicina, Iracy já demonstrava grande interesse pelas questões relacionadas aos problemas emocionais das crianças, o que pode ser demonstrado pelo interesse e participação no curso de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, que realizou na Policlínica de Botafogo em 1929. Mais tarde, tornou-se membra da Conferência Nacional de Proteção à Infância, cargo em que lutou por causas como a igualdade de direitos dos filhos naturais e pelo direito e garantia de vencimentos para as mulheres gestantes (PAIM, 2003). Seu notório interesse na psicanálise infantil a levou a ser uma das primeiras especialistas reconhecidas no tratamento de crianças no Brasil. Ainda na área das questões da infância, trabalhou como Organizadora do Centro de Estudos e Orientação Psicológica do Hospital Geral Jesus[63], fundado em 1931 no Rio de Janeiro, sendo um dos primeiros hospitais idealizado para o atendimento exclusivo de crianças, em um período em que não existia no Estado do Rio de Janeiro nenhum hospital com o perfil voltado exclusivamente para a pediatria. Conforme verificar-se-á nos capítulos seguintes, o período da infância como momento de construção e formação da identidade a partir dos diferentes espaços educativos, será de extrema importância nas conclusões de Iracy a respeito das questões relacionadas à sexualidade.

---

[62] Segundo dona Neusa, Iracy não gostava de falar do período em que esteve casada, tampouco, do divórcio. Pessoas próximas não sabem dizer quanto tempo durou a união.

[63] Atualmente, o Hospital Municipal Jesus ainda é uma das referências no tratamento e atendimento de crianças na cidade do Rio de Janeiro.

No início da década de 1940, Iracy deu continuidade à sua formação, agora no exterior, onde aproveitou sua saída do país para se especializar e desenvolver trabalhos em diferentes áreas sob a orientação de professores e professoras reconhecidas internacionalmente. Nos EUA, conseguiu bolsa de estudos na renomada *John Hopkins University*[64], onde trabalhou no Serviço de Psiquiatria Infantil do professor Leo Kanner[65], de quem foi assistente por alguns meses. Sua pós-graduação em psiquiatria infantil foi realizada no *Children's Psychiatric Service,* e seu título de *Fellow*[66] em psiquiatria foi fruto do estágio realizado no *Chestnut Lodge Sanitarium*, criado pelo professor Adolph Meyer[67].

Após sua primeira ida aos EUA, onde pode se especializar e reconfigurar suas abordagens teóricas através de sua passagem pela *John Hopkins University*, *Children's Psychiatric Service* e pela *Chestnut Lodge Sanitarium*, inspirada pela clínica psiquiátrica da família Menninger, por onde passou em 1940, Iracy funda, em 1943, a Clínica de Repouso da Tijuca. A clínica de orientação psicodinâmica era considerada quase uma revolução para a psiquiatria nacional do período, pois era uma alternativa aos tratamentos utilizados pela psiquiatria clássica, baseando-se agora nos princípios da psicanálise moderna e da psiquiatria dinâmica. Além de fundar a Clínica, no mesmo ano Iracy torna-se Docente Livre de Clínica Psiquiátrica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, na qual por concurso prestado, obteve grau dez em todas as provas.

A psiquiatria clássica e organicista[68] (que orientava os/as psiquiatras do início do século XX) estava, embora ultrapassada, no Brasil ainda muito difundida e estudada. O abandono das abordagens de cunho organicistas (que tinham orientado os primeiros estudos

---

[64] Fundada em 22 de fevereiro de 1875, a *John Hopkins University* foi a primeira nos EUA a seguir o modelo da Universidade Humboldt de Berlim, conhecida por dar grande ênfase à pesquisa acadêmica. Atualmente, a JHU é considerada uma das instituições acadêmicas mais importantes do mundo, e o curso de medicina figura entre os mais reconhecidos. (Texto extraído e adaptado do site da Instituição, disponível em: http://www.jhu.edu E acessado em 15.01.2015

[65] Médico austríaco radicado nos Estados Unidos. Formado em medicina e notado pesquisador da psiquiatria infantil, em 1953 tornou-se professor associado de psiquiatria da John Hopkins. É reconhecido como um dos pioneiros nos estudos sobre o autismo.

[66] Especialista.

[67] Psiquiatra suíço, foi presidente da Associação Psiquiátrica americana, tornando-se uma das mais figuras mais influentes da psiquiatria no início do século XX.

[68] s.m. Medicina. Teoria médica que atribui qualquer tipo de doença à lesão de um órgão. Sociologia. Doutrina que assimila a sociedade aos seres vivos e tende a aplicar aos fatos sociais as leis e teorias biológicas. Filosofia. Doutrina segundo a qual a vida provém dos próprios órgãos, e explica os fatos da sensibilidade e do pensamento por meio das funções orgânicas. Fonte: Dicionário online de português. Disponível em: http://www.dicio.com.br/organicismo/. Acessado em: 31.03.2015.

da pesquisadora) sediam espaço a psicoterapia analítica[69]. A nova abordagem psicanalítica, adotada e implantada pela psicanalista, se tornou pioneira no país, repercutindo na abertura de muitas outras, a exemplo da Clínica Pinél de Porto Alegre/RS (inaugurada na década de 1960).

O que poderia já ser considerado por muitos como o ápice do sucesso e realização profissional, para Iracy ainda não era suficiente. Ainda descontente com os métodos terapêuticos da psiquiatria clássica, retornou aos EUA para buscar novos recursos técnico-científicos que lhe permitissem "melhor orientar os que nela procuravam solução para o espírito tumultuado pela dúvida e pelos conflitos" (NOVAES FILHO, 1957, p. 6). Em seu retorno aos EUA em 1946, a já então reconhecida e renomada Doutora Iracy Doyle participou de uma análise didática no *The William Alanson Institute of Psychiatry* com o professor Meyer Maskin e sob a supervisão da Dra. Clara Thompson, que acompanhou e orientou sua pesquisa de doutorado baseada nessa experiência. Nesta pesquisa, intitulada *Contribuição ao Estudo da Homossexualidade Feminina*, como o próprio nome já sugere, a partir da análise de uma paciente chamada de *Carmen*[70], a psicanalista analisou os possíveis fatores que possibilitaram a homossexualidade da paciente. Se preparando para concorrer à cátedra de psiquiatria da Faculdade Nacional de Medicina, Iracy faz uso desta tese, que em 1956 foi lançada em forma de livro, batizado com o mesmo nome[71]. Infelizmente, Doyle faleceu aos dezoito dias do mês de agosto do mesmo ano, vítima de uma encefalite virótica, o que a impossibilitou de concorrer ao título.

Na sequência, trazemos um excerto de uma entrevista realizada por Rosalba Bocchino e Ary Band, quando da ocasião das comemorações dos 30 anos do Instituto de Medicina Psicológica, em que entrevistaram o amigo de Iracy (também paciente e colega de profissão) Horus Vital Brazil. Horus, foi interrogado a respeito da possível relação entre a morte de Iracy e o machismo da época, considerando a questão feminista tão presente, visto

---

[69] [...] a "nova psiquiatria" trouxe de volta o ideal libertário que favorecia a tentativa de entendimento da dimensão moral do indivíduo doente. Juntamente coma crítica à perpetuação do asilo, a "nova psiquiatria" se opunha à psiquiatria organicista, pautada por tratamentos que incidiam somente sobre o âmbito físico, orgânico do indivíduo: desde a eletroconvulsoterapia ou eletrochoque até o uso considerado abusivo de psicofármacos. Para as "novas" propostas do campo psiquiátrico, o "organicismo" ou "mecanicismo" de métodos considerados violentos e autoritários eram cerceadores da "liberdade" do individuo (VENÂNCIO, 1993, p. 130).

[70] Nome fictício dado pela autora.

[71] DOYLE, Iracy. *Contribuições ao Estudo da homossexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Imago, 1956.

que a doutora precisou fazer um esforço muito acima de suas possibilidades para dar conta. O amigo responde:

> - Nesse concurso, havia mais dois candidatos: Leme Lopes (que acabou ganhando) e Jurandir Manfredini. Na verdade, ela já havia passado pelo stress maior: Já havia escrito sua tese [...] e se preparava para os exames escrito e oral. Ao mesmo tempo, mantinha sua clínica e o Hospital da Tijuca. É possível que todo o esforço que estava fazendo a tivesse tornado mais vulnerável à infecção. A ligação é meio indireta: ela era uma pessoa muito auto-confiante, embora simples, e eu tenho notícias de como os outros dois candidatos temiam-na nessa competição. Se ela houvesse ganho o concurso seria a primeira mulher catedrática em Psiquiatria na história do Brasil, mas, além disso, ela tinha muitos contatos políticos, produto de sua habilidade, e eu não creio que a banca se atreveria a não nomeá-la para fazer passar um homem (BRAZIL, 1982, p. 37).

Nas palavras do amigo, fica clara a influência de Iracy no meio político, onde adquirira respeito durante os anos em que se dedicou ao funcionalismo público, além do reconhecimento de sua atuação profissional como psicanalista.

O desenvolvimento de sua tese marcou uma ruptura em suas preferências e abordagens teóricas (muito influenciada pela sua experiência no *The William Alanson Institute of Psychiatry*, nos EUA), uma vez que até o momento havia publicado apenas trabalhos na área da terapia organicista. Seu retorno ao Brasil, em 1949, e os demais trabalhos e pesquisas desenvolvidas nos anos seguintes, foram marcados pelo abandono da psiquiatria clássica e aproximação da prática psicanalítica, o que teve grande repercussão nacional "atraindo clientes e alunos ao seu redor" (PICCININI, 2010, s/p). Mesmo se aproximando da psicanálise Freudiana, Iracy tinha suas ressalvas:

> A sua formação polidimensional fê-la achar simplista e unilateral a doutrina freudiana, que na sua complicação aparente reduz o homem a um ser mecanicista, animado apenas pela força dos instintos. Para ela, como para outros, o homem é uma unidade bio-psico-social em que o componente instintivo e emocional se manifesta em função das influencias e, principalmente, das relações humanas. A sua mentalidade liberal achou a psicanálise ortodoxa, com o seu caráter dogmático, por demais rígida, rejeitando a contribuição de outros campos da ciência e não tomando conhecimento mesmo das conquistas realizadas no campo que fora muito caro a Freud... o da Antropologia (NOVAES FILHO, 1957, p.7).

Percorrer a história de Iracy é também percorrer a história da Psicanálise no Brasil. A Psicanálise Freudiana havia se desenvolvido junto às teorias da eugenia e do higienismo durantes as primeiras décadas do século XX, muito embora se distanciasse da Teoria da Degenerescência, que segundo Castro (2011):

> [...] pressupunha uma progressiva degeneração mental conforme se sucedessem as gerações, e/ou que pressupunha um estado patológico em que os desequilíbrios físico e mental do indivíduo degenerado interrompiam o progresso natural da espécie (p. 5).

Apesar disso, pode se afirmar que a psicanálise se desenvolveu e passou a ser inserida em discussões em torno do desenvolvimento do país e da constituição do povo brasileiro, ganhando espaço entre a psiquiatria carioca. A tese de Genserico Aragão de Souza Pinto defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1914, intitulada "*Da Psicoanálise: a sexualidade das neuroses*", é considerada como o "primeiro esforço sistemático de divulgação e emprego dos princípios freudianos em território brasileiro" (COSTA, 2011, p. 1). Costa aponta como revisão e mudança de características da Psicanálise carioca alguns fatores: A criação do Centro de Estudos Juliano Moreira em 1944, fundado por jovens psiquiatras insatisfeitos com a Psicanálise ensinada na Faculdade de Medicina; e o outro fator teria relação direta com os rumos que os projetos baseados em pressupostos raciais e eugênicos adquiriram durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que passou-se a questionar as explicações racialistas em detrimento das questões culturalistas.

Iracy foi uma das pessoas que a partir de seus estudos mudou a face da psicanálise brasileira. Consideramos que sua passagem pelo *The William Alanson Institute of Psychiatry* significou as mudanças mais importantes a respeito de sua compreensão sobre a psicanálise. No *Dicionário de psicanálise* (ROUDINESCO, 1998), é chamada a atenção para essa mudança epistemológica:

> Grande figura da dissidência psicanalítica brasileira, psicanalista de crianças e especialista em homossexualidade feminina, Iracy Doyle se mostrou aberta a todas as correntes do freudismo, sem querer submeter-se a um dogma. Privilegiou uma orientação culturalista (culturalismo) e formou muitos alunos, entre os quais Hélio Peregrino e Horus Vital Brasil (p. 162).

O Instituto, que foi fundado em 1943 pelos próprios doutores Harry Stack Sullivan e Clara Thompson, junto de outros/as colegas de profissão, surgiu como uma alternativa à rigidez da psicanálise americana. Baseado na tradição freudiana e enriquecido com as perspectivas interdisciplinares das ciências sociais, a nova abordagem psicanalítica passou a considerar como importante no tratamento dos/as analisados/as fatores como sociedade, família e cultura, até então desconsiderados pela psiquiatria ortodoxa.

Acreditamos ser importante salientar que embora Iracy tenha encontrado grandes parcerias intelectuais na comunidade científica internacional, como Leo Kanner, Margareth Reno, Clara Tohmpson, entre outros/as, no Brasil, ela também não estava só. Apesar da psiquiatria no país ainda estar muito influenciada pelas teorias eugênicas e higiênicas, a

doutora pode contar com algumas figuras que, como ela, destacaram-se como dissidentes da psiquiatria clássica organicista, tornando-se vozes femininas precursoras de novas formas do fazer médico psiquiátrico.

Da mesma forma que Iracy criara a clínica da Tijuca como uma alternativa aos tratamentos de saúde mental, a doutora Nise da Silveira, inconformada com os métodos de tratamento muito em uso na década de 1940, que aplicavam recursos como eletrochoque, lobotomia e coma insulínico, também buscou outras alternativas terapêuticas. Em 1946, Nise criou a Seção de Terapia Ocupacional no Hospital Psiquiátrico Engenho de Dentro, abrangendo mais de quinze atividades, dentre elas pintura, artesanato e modelagem. Nise, havia se formado médica na Faculdade da Bahia em 1926, defendendo a tese "*Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil*", sendo a única mulher numa turma de 157 homens. Após ter sido pega com livros considerados subversivos, comunistas (dentre eles a versão do "*O Manifesto do Partido Comunista*" de Marx e Engels), Nise ficou presa por mais de um ano durante a ditadura civil de Getúlio Vargas. Segundo relato de pessoas próximas, no período em que esteve presa, a doutora teria refletido muito sobre o valor da "liberdade", além de ter constatado, durante esse período, que muita gente que estava presa deveria era estar sendo acompanhada através de tratamentos psicológicos adequados.

2.2 DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS À REALIZAÇÃO DOS SONHOS: O NASCIMENTO DO INSTITUTO DE MEDICINA PSICOLÓGICA E O LEGADO À CIÊNCIA

Na sequência, trazemos algumas das principais obras[72] da voz que, certo, marcou de forma significativa a História da Psiquiatria e Psicanálise brasileira. Segundo Piccinini (2010), as influências teóricas e a forma como Iracy Doyle pensava podem ser percebidas em dois trabalhos centrais: a já citada tese de doutorado e o texto apresentado na Conferência Inaugural do IMP, inaugurado por ela em dezessete de abril de 1953. Seu convite para falar sobre a formação dos psicoterapeutas no Simpósio Comemorativo do Centenário de Freud em maio de 1956, também já demonstrava seu interesse pelo autor, além da influência deste sobre toda sua obra.

[72] A lista completa das obras e publicações encontra-se disponível no Índice Bibliográfico Brasileiro de Psiquiatria: http://www.biblioserver.com/walpicci. Acesso em 20.02.2015.

Suas obras de criação teórica na área da psiquiatria chegaram a ser consideradas como "as mais altas contribuições no gênero, jamais surgidas em língua portuguesa" (Correio da Manhã, 19.08.1956, s/n). São quatro os livros publicados por Iracy: *O sentido do Movimento Psicanalítico* (1950), em que apresenta a evolução da ciência psicológica, desde Freud até os modernos psicanalistas da Escola Culturalista; *Introdução à Medicina Psicológica* (1952), obra em que aplicou conceitos da Psicologia Dinâmica aos problemas gerais da ciência psiquiátrica; *Nosologia Psiquiátrica* (1961), onde faz uma exposição didática e interpretação psicanalítica das entidades clínicas psiquiátricas; e a já citada "*Contribuições ao Estudo da Homossexualidade Feminina*" (1956).

Nesse último trabalho, que ganhará atenção em nossa pesquisa, por ser uma das obras centrais de nossas análises, a pesquisadora colocará em xeque questões relacionadas aos fatores que originariam a homossexualidade feminina, em que a influência dos papeis desenvolvidos por pais e mães na criação dos/das filhos/as, para ela, terá relação direta com a manifestação da homossexualidade.

Para entendermos essa compreensão da Doutora Iracy sobre as manifestações sexuais femininas, é necessário nos voltarmos para os estudos desenvolvidos pela professora e doutora Clara Thompson[73] (1893-1958), que muito influenciou nas conclusões da tese defendida por Iracy. Em seus estudos, Thompson caracteriza a psicologia das mulheres considerando o contexto da atribuição de significados sociais que são dadas a partir das diferenças biológicas e culturais construídas entre os sexos, questionando o caráter cultural dos significados biológicos. Embora em contextos distintos, podemos dizer que Thompson se aproxima das reflexões realizadas posteriormente por Butler (2003), em que questiona o caráter de construção cultural, tanto do sexo quanto do gênero, compreensões que também se fizeram presente nas pesquisas desenvolvidas por Iracy.

Acreditamos que muitas foram as contribuições da psiquiatra, tanto no que diz respeito à pesquisa em sua área quanto na medicina de uma forma geral, passando pela sua atuação como psicanalista. Embora seu legado não possa ser contabilizado, na sequência trazemos alguns dos movimentos mais importantes como fundações de instituições.

O sonho de inaugurar uma instituição que visasse abordar e oferecer outras alternativas de tratamentos psiquiátricos, em oposição aos tratamentos ortodoxos, ganhou

---

[73] Thompson, C.M. (1953). Towards a psychology of women. *Pastoral Psychology, 4 (34)*, p. 29-38.

mais fôlego durante seu contato com a comunidade científica internacional. Após seu período de formação nos EUA, era forte seu desejo de organizar uma instituição de formação psicanalítica, pois percebia a existência de uma lacuna no que diz respeito a outras opções de formação. No período em que esteve fora do país, Iracy pode acompanhar de perto as mudanças de perspectivas ocorridas na área da psiquiatria internacional, e ao chegar no Brasil, percebeu que pouco havia mudado em seu país, o que a deixava incomodada.

Fundado no final de 1952, o Instituto de Medicina Psicológica – IMP - só foi inaugurado oficialmente aos dezesseis dias do mês de abril de 1953, por Iracy Doyle (na condição de Diretora-Presidente), pelo irmão e também médico Dr. Américo Doyle Ferreira (Diretor-Executivo) e os amigos Prof. Dr. Henrique de Novaes Filho e Profa. Dra. Margarida Reno. Consta no Boletim nº 1 da Instituição o seguinte: "Tem como objetivo supremo o combate às forças destrutivas que, viciando as relações humanas, condicionam sofrimento, neurose e fracasso pessoal" (p. 11). Quando da ocasião de sua fala na abertura da Conferência Inaugural do IMP em 1953, em que sua fundadora abordou em seu discurso "o movimento psicanalítico atual" (o que já demonstrava as intenções e inclinações abordadas pela Instituição), a imprensa noticiou o seguinte:

> E pela sua eloquência e pelo que ouvimos ficamos ainda mais certos de que nas lindas mãos daquela pequenina e imensa mulher está a sanidade psíquica de incontáveis homens, por ela restituídos ao lar e à sociedade (*Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 04.05.1953).

O IMP começou suas atividades instalado no décimo primeiro andar (um andar abaixo do apartamento de Iracy) do Edifício Brasília, localizado na Av. Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Com a solidificação do IMP, outros/as professores/as foram somando-se ao corpo docente. Nomes reconhecidos no Brasil como o Dr. Emílio Mira y Lopez, Dr. Fabrício Napolitani e Dr. Otávio Couto e Silva, além dos internacionais convidados pela própria doutora, como os doutores Meyer Maskin e Erich Fromm, ambos do *Wiliam A. White Institute*, compunham o quadro. Com frequência, Iracy convidava para ministrar palestras e cursos temporários seus antigos professores/as e colegas (a essa altura, já amigos/as), como a própria Dra. Clara Thompson, que teve repercussão na imprensa local quando da sua vinda ao Brasil:

> Está no Rio, para ministrar um curso no Instituto de Medicina Psicológica, a doutora Clara Thompson, que dirige, em Nova Iorque, o William Alanson Institute of Psychiatry. A doutora Thompson tem lecionado em muitos cursos de especializados de seu país e da Europa e filia-se à corrente analista que divergiu da teoria freudiana, com Harry Stock Sullivan, K. Horney e Erich Fromm, que com

> ela fundaram, em 1943, o Washington School of Psychiatry (Trecho de jornal não referenciado no livro de história da SPID, p. 45).

O Instituto tornou-se reconhecido e de importância nacional devido os nomes ilustres que figuravam entre os/as professores/as convidados por Iracy para ministrarem cursos ou palestras. Além disso, destacava-se dos demais espaços de formação por abordar temas e perspectivas não muito bem vistas pela cúpula da ortodoxa psiquiatria nacional, como o curso de Antropologia Cultural, oferecido em 1953, tendo como um dos professores o professor Darcy Ribeiro. Além do curso, era oferecido uma disciplina de "Antropologia cultural" lecionada pelo próprio antropólogo, o que denunciava a centralidade que os aspectos culturais adquiriram nas abordagens teóricas tanto do Instituto, quanto da doutora Iracy, se contrapondo à antropologia higiênica e eugênica do início do século XX.

Pode-se dizer que a morte de Iracy pegou a todos/as de surpresa, inclusive a própria Iracy que não se preocupou em fazer um documento que deixasse claro sua intenção de destinar o espaço físico, então em seu nome, ao IMP. Com exceção do irmão Américo Doyle, a família parecia não demonstrar muito interesse por Iracy, pois não a procuravam. Segundo relatos de pessoas próximas, ela não mantinha uma boa relação com a mãe. Com a morte inesperada de Iracy, seus amigos e colegas passaram a ter embates jurídicos com sua família em torno da posse do espaço. Segundo Dra. Magdalena Pimentel[74]:

> - Mas o que foi terrível, com relação à continuação do Instituto, na sede, foi a luta contra a mãe de Iracy. Ela imediatamente quis nos despejar, pois não havia nada escrito, nada! A Iracy era dona daquilo, ela fornecia os consultórios, mas não havia nada formalizado (Boletim Interno da SPID, 1982, p. 21).

Mesmo dividindo-se entre os pacientes que atendia no consultório, a Casa de Saúde da Tijuca, e o Hospital Geral Jesus, doutora Iracy mantinha como suas atribuições as demandas administrativas e burocráticas do IMP (onde também dava aulas à noite), fazendo com que, após a sua morte, o Instituto viesse a fechar as portas. Doutor Horus Vital Brasil sintetiza a competência e eficiência da amiga: "Iracy era cérebro e corpo do Instituto, porque ela também possuía capacidade administrativa [...] Era também o coração do Instituto porque ela é quem tinha a motivação para realizá-lo" (BRASIL, 1982, p. 39). O Instituto

---

[74] A entrevista da doutora Maria Magdalena de Menezes Pimentel encontra-se no Número Histórico Comemorativo dos 30 anos de Fundação do Instituto de Medicina Psicológica, publicado e organizado pelo próprio Instituto em formato de boletim interno em outubro de 1982. Além da Dra. Magdalena, o dossiê traz relato de nomes como Dr. Horus Vital Brasil e Dr. Henrique de Novais Filho.

reabriu para atividades somente cinco anos depois. Atualmente, a instituição chama-se Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID).

Outro fator que contribuiu para o fechamento precoce da instituição foi o fato de Iracy muitas vezes destinar dinheiro próprio para pagar as contas. O IMP, conforme consta no Boletim nº 1 "[...] foi fundado em Dezembro de 1952, por iniciativa particular. Não tem finalidade lucrativa, toda sua renda revertendo para a expansão dos serviços da instituição" (p. 11). Ninguém se sentia preparado para preencher um espaço que só uma mulher com a personalidade e ousadia de Iracy poderia ocupar.

Diante de um tempo preenchido pelo trabalho e dedicação à vida profissional, encontramos ainda uma grande apreciadora de arte e literatura, que nos (poucos) momentos de lazer fora do trabalho, passava os finais de semana em sua casa na Ilha de Paquetá/RJ, acompanhada da cadelinha "Ribinha", isso quando não aproveitava que o IMP estava vazio para cuidar das plantas que lá estavam.

O psiquiatra Isaías Paim descreve em seu livro *Psiquiatras Brasileiros* alguns títulos recebidos por Iracy. Transcrevemos alguns: Membro correspondente da Americam Psychiatric Association, membro da "The Association for Advancemente of Psychotherapy", membro da "The Ortho-Psychiatric Association", membro correspondente do "The William Alanson Psychoanalytical Society". Sócia Efetiva da Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal e da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, sócia fundadora da Sociedade Brasileira de Psicoterapia, sócia da Academia Internacional de Psicanálise, Fundadora do Centro de Estudos e orientação Psicológica do Hospital Jesus, doutora em Medicina. Docente Livre da Faculdade de medicina da Universidade do Brasil.

Além dos livros (geralmente mais lembrados pela comunidade psicanalítica), contabiliza-se em torno de 36 trabalhos publicados e divulgados em revistas nacionais e internacionais, a exemplo do seu último artigo produzido, intitulado *Modernas contribuições à Psicanálise*, impresso na *Revista da Imprensa Médica*, de Lisboa, que teve grande repercussão na comunidade médica europeia em virtude dos pontos de vistas defendidos pela autora, segundo os quais "se deveria aproveitar de cada escola psicanalítica o que cada uma poderia ter de definitivo" (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1956, p. 4). A divulgação desse trabalho lhe rendeu convite para ministrar cursos em Portugal, mas não chegaram a ser ministrados em função de seu falecimento.

Na ocasião de sua morte, sabe-se que tinha intenção de mais uma contribuição em sua área: criar uma fundação psicológica sob uma perspectiva de prevenção e cura. Sua morte precoce aos 45 anos não interrompera somente os trabalhos desenvolvidos pelas principais instituições fundadas por ela, mas também os trabalhos científicos de uma forma geral, que deixaram de contar com uma das poucas vozes femininas de seu tempo.

Para Sardenberg (2002), a exclusão da mulher dos processos de investigação se justificaria pelo que ela chama de androcentrismo na ciência, em que seria negado às mulheres autoridade epistêmica, baseado nas próprias compreensões sobre a inferioridade ou incapacidade intelectual delas, obviamente, construída pelos homens:

> Ademais, o androcentrismo tem contribuído para a produção de teorias sobre as mulheres que as (nos) representam como seres inferiores, desviantes ou só importantes no que tange aos interesses masculinos, tal como acontece com as teorias de fenômenos sociais que tornam as atividades e interesses femininos menores e obscurecem as relações de poder entre os sexos [...]. O androcentrismo vem produzindo conhecimentos em ciência e tecnologia que não apenas não são úteis para as mulheres e outros segmentos subordinados, como vêm alimentando e reforçando as hierarquias de gênero, bem como outras hierarquias sociais (p. 97).

Neste sentido, a presença de uma figura como Iracy Doyle, ao lado de outras como Nise da Silveira, em um campo hegemonicamente ocupado por homens, torna-se fundamental e necessária. Além da inquestionável contribuição que deu à ciência de seu tempo (através do desenvolvimento de pesquisas e abertura de importantes e inovadoras instituições), conforme será verificado, Iracy foi um marco, um divisor de águas, entre o que era pensado e dito pelos homens sobre a homossexualidade feminina. Nas páginas que se seguem, somos interpelados/as a percorrer as diferentes interpretações que, tanto Iracy como os demais intelectuais do início do século XX, discorreram sobre a homossexualidade feminina, destacando suas semelhanças e diferenças.

3 A INVENÇÃO DA INVERSÃO: CIÊNCIA E O DESEJO ENTRE MULHERES

> *Estes conceitos, escritos há mais de cinquenta anos, precisam ser repetidos, ainda hoje, perante os nossos mestres de Direito Penal. Eis porque de novo eles são aqui relembrados, para que, uma vez ainda, nós, os criminalistas brasileiros, médicos e juízes, possamos colaborar nessa obra de ciência e de humanidade, que é o estudo cientifico dos homosexuais* (RIBEIRO, 1935, p. 201).

A regulação dos corpos então racializados e sexuados pelas teorias higiênicas e eugênicas do início do século XX, em consonância com o novo Projeto de Nação, levou à elaboração de algumas identidades que colocavam em risco esse projeto civilizacional, a exemplo das mulheres homossexuais. Neste capítulo, analisaremos os textos publicados em diferentes fontes (manuais médicos, livros do Direito e Educação) que, somados à tese de Iracy Doyle, produziram um discurso de (a) normalidade sobre os corpos das mulheres, classificando-as e elaborando uma série de saberes específicos destinados a prevenção, diagnóstico e cura das consideradas inversões sexuais.

3.1 NEM PECADORAS, NEM CRIMINOSAS, MAS DOENTES: A INVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA

Como visto anteriormente, durante muito tempo, a regulação do corpo e dos prazeres, assim como as interpretações e visões sobre estes, passava antes pelos poderes exercidos pela Igreja Católica, que alimentava as compreensões em torno do corpo da mulher como aquela responsável pela perpetuação da espécie, reforçando as funções atribuídas aos papéis de esposas e mães. Essa regulação e controle se dava, dentre outras maneiras, a partir da confissão, em que as mulheres confessavam seus pecados e com isso eram repreendidas e censuradas. Segundo Foucault (1999), entre os séculos XIII e XVIII, práticas como a do celibato ou a virgindade, somada a outras práticas de direção espiritual reforçadas desde as primeiras comunidades cristãs, foram agregadas à prática da confissão, que era:

> um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; e, também um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instancia que requer a confissão, impõe-na, avalia-a, intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação (FOUCAULT, 1999, p. 71).

Esse poder pastoral que supostamente conduzia os/as sujeitos/as em direção à "salvação", exercendo influência na elaboração/estruturação de suas subjetividades[75] através de diferentes práticas de governamento, a partir do século XVIII passou das mãos da Igreja para as da Medicina. No Brasil, o saber médico consolidado no decorrer do século XIX tornou-se o novo aliado do poder estatal da República, onde:

> O controle dos corpos não só obedece agora à lógica de maximização e disciplinamento da força de trabalho para a produção capitalista, entrelaça-se também com as formações discursivas de raça e nação. Se o Estado é um corpo, e se Nação e raça são os eixos da existência, é lógico que o equilíbrio do corpo social vai depender em grande parte de um discurso sobre uma "Nação sadia", que por sua vez deverá ser politicamente elaborado pela ciência médica (FIGARI, 2007, p. 244).

Sendo assim, as práticas que de alguma forma se distanciavam da relação conjugal (como o adultério, a prostituição, a sodomia, o homoerotismo, etc.) essencial ao novo projeto de sociedade e que perturbavam a ordem social, eram estigmatizadas e relacionadas ao crime e à doença. Dito de outra maneira, as práticas e desejos sexuais que antes eram entendidas como pecado, passavam a ser tratadas e associadas a crimes e patologias, tornando-se assim corpos de investigação médico-criminal. Neste cenário, a Medicina Legal ganhou espaço, e aqueles que falavam em seu nome passaram a ser os responsáveis pela produção de saberes específicos, destinados a caracterizar e nomear os corpos que fugiam do modelo de novo homem e nova mulher preconizados pelo discurso republicano no Brasil, passando a caracterizar e conceitualizar as perversões, dentre elas, a homossexualidade feminina.

Segundo Figari (2007), a produção dos saberes da Medicina brasileira sobre as inversões sexuais pode ser dividida em dois momentos, onde diferentes teorias surgiram para tentar explicar a origem de inversões sexuais, sendo abordadas principalmente por médicos, juristas e criminologistas. De 1870 a 1920, ainda segundo Figari (2007), os trabalhos desenvolvidos por médicos e que abordaram a homossexualidade possuíam uma série de características comuns, como: a associação das práticas homossexuais ao mundo da prostituição; causas exógenas e endógenas (orgânicas) como explicação das origens dos fenômenos da inversão; a patologização do comportamento homossexual na medida em que

---

[75] Em relação aos processos de subjetivação enquanto maneiras como o/a sujeito/a se compreende como legítimo de certos tipos de conhecimento (Foucault, 2004), entendemos que seria mais pertinente um maior aprofundamento no capítulo seguinte, no qual voltaremos nosso olhar para os espaços considerados educativos.

sai do campo da criminalidade; e solução do problema da inversão como resultado de uma educação atenta, monitorada e vigiada desde a infância. A partir do final da década de 1920, as questões sexuais adquirem tamanha relevância que passou a existir uma subdivisão específica da Medicina Legal, denominada Sexologia Forense.

O ápice de manuais e livros destinados ao estudo das inversões sexuais, assim como da elaboração da sexualidade dita sadia, decorre do final da década de 1930 até a de 1940, não em vão. Tais publicações se aproximavam do nacionalismo estimulado e promovido durante toda a década de 1930 "à medida que Vargas ampliava o controle do Estado sobre a vida dos cidadãos" (GREEN, 2000, p. 217).

Sendo parte da Medicina Legal, a Sexologia Forense tinha como intuito investigar os problemas médico-legais relacionados ao sexo, tornando-se assim, um terreno fértil para as pesquisas de médicos[76] que passaram a discutir as questões relacionadas a sexualidade e a criminalidade, dentre elas, as perversões entendidas e associadas durante muito tempo ao crime. Embora seja evidente a intenção de se tirar a homossexualidade dos campos religioso e criminal, os limites entre o pecado, o vício e o delito definiram e explicaram as inversões sexuais durante muito tempo.

Até final do século XIX (e em alguns locais, até início do XX) muitos países europeus abarcavam em suas legislações penas destinadas as perversões sexuais, dentre elas a inversão. A transição da inversão de crime para a condição de doença foi possibilitada pelo desenvolvimento de pesquisas em diferentes países. Na comunidade científica internacional, destacaram-se nomes como Havelock Ellis na Inglaterra, Kraft-Ebing na Alemanha, Césare Lombroso na Itália e de Freud na Áustria que, pode-se dizer, foram os pioneiros na Ciência em pesquisas que visavam o estudo da sexualidade humana, o que foi chamado de Sexologia.

Antes de prosseguirmos nas análises dos discursos científicos aos quais nos propusemos, será necessário discorrer sobre qual ciência estamos falando. Conforme verificado no capítulo I, a ciência do período em questão estava substancialmente influenciada pelo Positivismo, mais que isso, seus métodos baseados nas ciências naturais davam o suporte para o desenvolvimento de pesquisas em diferentes áreas, de modo que a

---

[76] O médico legista Afrânio Peixoto escreveu um livro que batizou com o nome de "Sexologia Forense", cuja primeira edição foi publicada em 1933 pela Editora Guanabara. O livro também será utilizado nas análises aqui propostas.

atribuição das leis gerais da ciência era um de seus pressupostos, em que conhecer a natureza significava conhecer também e principalmente o Homem.

A produção de saberes sobre os/as sujeitos/as e de uma ciência responsável pela elaboração destes/as, nos remetem às compreensões de Foucault (1987; 1999) quando nos convida a visitar a História da Ciência. Através das categorias de poder e biopoder, o filósofo nos leva a refletir sobre o controle do corpo e da sexualidade, neste caso, corpo e sexualidade da mulher. Como já dito, a manutenção deste controle que se deu historicamente através dos discursos de diferentes instituições como a Igreja, o Estado e a Ciência, foi fundamental, tanto para o controle dos/as indivíduos/as como da população em geral. Nessa direção, as reflexões de Negri (2001) sobre o biopoder nos auxiliam, ao concluir que:

> É a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e rearticulando. O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade. Como disse Foucault, 'a vida agora se tornou objeto de poder'. A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la. O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida (p. 43).

Enquanto que a biopolítica se volta para o controle da população, o biopoder, como uma técnica que através de mecanismos distintos tem como objetivo interferir em todas as esferas da vida social atua sobre o corpo, o biológico do/da indivíduo/a. A construção do conceito de dispositivo elaborado por Foucault (2007) e elucidado por Agamben (2005), torna-se fundamental para a compreensão da forma como a sexualidade foi utilizada numa perspectiva de governamento das populações. Agamben (2005), reitera que Foucault não elaborou uma verdadeira definição que conceitualizasse dispositivo, porém, acredita ser possível fazer uma síntese, a qual ressalta:

> É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder. 3) É algo de geral (um *reseau*, uma "rede") porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico (p. 9).

Nesta direção, sob o dispositivo da sexualidade foi construído um importante aparelho que produziu "a verdade" sobre os comportamentos sexuais. Para pensar essa verdade, e os que tinham o poder de proferi-la, no livro *A ordem do discurso*, Foucault (2006) estabelece uma relação íntima entre poder e discurso, ou seja, sustenta que é através

do controle dos discursos que as instituições fazem a manutenção do poder. O monopólio de algumas instituições sobre alguns discursos, estabelece os regimes de verdade, o que possibilita que alguns tenham o que o filósofo chamou de "direito privilegiado de falar", em que "[...] há sempre alguém com direito, advindo de uma tradição, direito regulamentado ou mesmo direito adquirido, de falar a cerca de algo [...]" (ARAÚJO, 2000, p. 65). Seguindo na mesma direção, refletindo sobre os produtores dos saberes e seus discursos, segundo as reflexões propostas por Foucault, Henning (2007) destaca:

> A preocupação é com o dito, com o pronunciável, com os discursos que vêm constituindo a episteme de cada momento histórico, formando o arcabouço do saber daquele momento espaço-temporal. Então, há que se destacar os instauradores de discursividade como aqueles autores e teorizações que dão o que pensar, que são produtores de outros pensares e fazeres, que colocam em funcionamento as mesmas ou novas formas de pensar, ser e estar no mundo (p. 161).

Nessa perspectiva é que diferentes campos do saber como Medicina, Direito e Educação foram autorizados a falar sobre o sexo, a dizer o que era permitido e o não permitido. O não permitido referia-se geralmente aos comportamentos sexuais considerados inadequados, impróprios, como será verificado.

Ao resgatar a história da psiquiatria, em seu livro[77], Jurandir Freire Costa nos aproxima da compreensão em torno da qual a intervenção preventiva dos psiquiatras penetrou nos meios escolar, profissional e social. Se, por um lado, as inversões e anormalidades deveriam ser corrigidas, por outro, a ação terapêutica preventiva deveria preocupar-se com o período pré-patogênico, ou seja, antes do aparecimento dos primeiros sinais clínicos das anomalias o/a indivíduo/a normal deveria ser alvo dos/das psiquiatras.

A sexualidade e suas então consideradas perversões foram estudadas por muitos personagens da intelectualidade nacional, destacando-se nesse período nomes como o do jurista Augusto Olympio Viveiros de Castro (1867-1927), do sexólogo Hernani de Irajá (1895-1969), do médico e professor Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947), do médico Leonídio Ribeiro (1893-1976) e da própria Iracy Doyle (1911-1956), dentre tantos/as outros/as trazidos/as para as análises a que se propõe esta dissertação.

Dada a importância que a figura de Iracy Doyle representou ao desenvolver um dos poucos trabalhos dedicado exclusivamente sobre o comportamento homossexual feminino, realizado no Brasil no século XX, traçaremos um diálogo entre ela e os intelectuais que a

---

[77] COSTA, Jurandir Freire: *História da Psiquiatria no Brasil.* Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

antecederam, de forma a verificar os momentos em que seus discursos se aproximam e se distanciam, no que concerne a homossexualidade feminina.

Sua tese de doutoramento intitulada *Contribuições ao Estudo da Homossexualidade Feminina*, de 1956, inspirada pelas vertentes da psicanálise freudiana, buscou analisar o comportamento da paciente *Carmen* durante o processo de sua análise, como já dito. Neste livro, Iracy Doyle dedica-se exclusivamente a análise das possíveis causas e cura da inversão da paciente. A elaboração da cura, passava antes pela criação de uma performatividade, adjetivação do comportamento que denunciaria uma lésbica. Segundo Iracy (1956):

> Suas vestes afastam-se dos figurinos femininos; prefere azul ao rosa, porque com a côr azul se esperam os meninos, enquanto que no quarto das meninas predomina o rosa. Seus sapatos são grosseiros e, em geral, abotinados. Adorna as paredes com nús artísticos, mais comuns nas garçonnières. Evita as companhias masculinas, e quando está com rapazes arranja meios de se furtar a galanteios, achando escusas para desenvolver atividade e assumir liderança sempre que possível. Raramente é dependente do ponto de vista econômico; odeia receber presentes, que considera pagamento, a exibir submissão. Gosta de sentir-se suficiente sob todos aspectos [...] A desconfiança constitui um dos marcos do seu caráter; movimenta-se como o perseguido, exibindo atitudes paranoides mais ou menos claras, racionalizadas diversamente. Não raro recorre à própria homossexualidade, quando consciente, para explicar a razão da vigilância a que a submetem (p. 74-75).

Ao associar a homossexualidade feminina à paranoia, Iracy Doyle se aproxima de outros/as intelectuais e de seus discursos da década de 1920, 1930 e 1940 que, conforme veremos, com frequência atribuíam a inversão à "histeria" e à "neurose". Para Doyle, existiam dois tipos de conduta homossexual patológica: homossexualidade substitutiva, em que: "os pacientes aceitam a sua personalidade sexual biológica, ostentam explicita e implicitamente as atitudes do seu sexo; revelam a sua *anormalidade*[78] apenas por servir-se do objeto do mesmo sexo" (DOYLE, 1956, 74-75); e a homossexualidade verdadeira ou neurose homossexual, a qual refere-se a: "indivíduos que não apenas evitam qualquer associação amorosa com o outro sexo, como ainda rejeitam a própria identidade biológica sexual, tanto que sentem e agem como se pertencessem ao sexo oposto" (DOYLE, 1956, p. 23).

Essa interpretação de Doyle na década de 1950 não estava muito distante das interpretações descritas pelos/as pesquisadores/as que a antecederam, a exemplo de Afrânio Peixoto e Leonídio Ribeiro, principais expoentes da intelectualidade nacional no início do século XX. Afrânio Peixoto, formado em medicina em Salvador no ano de 1897, tornou-se

[78] Grifo nosso.

um dos mais conceituados e respeitados médicos legistas da primeira metade do século XX no Brasil, sendo, inclusive, professor de Medicina Legal na Faculdade do Rio de Janeiro[79]. Além de seus trabalhos desenvolvidos na área da Medicina, foi também escritor e jurista. No livro *Sexologia Forense* (1934), o médico apresenta a possibilidade de tipos diferentes para a inversão entre mulheres:

> Há, como para a inversão masculina, graus variados de perversão, desde a marcada por caracteres somáticos e aparentes, da *viraginidade* (Krafft-Ebing): aspectos másculo, grosseiro, nas feições e modos, abundância de pelos nas pernas e braços, voz grossa, hábitos viris de beber e fumar, jogar; disfarce como homem na guerra e ainda no casamento... até os tipos femininos, bem delicados e passivos, nos quais nada parece denunciar uma anomalia sexual (PEIXOTO, 1934, p.161).

Ao nos voltarmos para o discurso de Doyle e de Peixoto, nos deparamos com a possibilidade de algumas formas diferentes de inversão. Essas possibilidades, ou graus diferentes de manifestações da homossexualidade feminina, encontrava explicação nas vertentes da psicanálise Freudiana, que dizia que todos/as, homens e mulheres, nascemos bissexuais, e ao longo de nosso desenvolvimento é que ocorre a prevalência de um sexo sobre o outro, restando apenas resquícios do oposto. Logo, seria possível encontrar homens mais femininos e mulheres mais masculinas.

Considerado um dos discípulos de Afrânio Peixoto, Leonídio Ribeiro, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1916, veio a trabalhar como médico legista na mesma cidade, desenvolvendo pesquisas e estudos destinados a explicações dos distúrbios sexuais. As explicações de Ribeiro a respeito da inversão sexual também se aproximavam da teoria Freudiana. Para ele "Ninguém poderá, mais assim, duvidar hoje de que a homossexualidade seja um fenômeno condicionado a um estado de bisexualidade do organismo, isto é, um verdadeiro "estado intersexual" (RIBEIRO, 1935, p. 189). No que diz respeito à definição da homossexualidade, o médico conceitua como:

> o conjunto de modificações das tendências afetivas e dos gostos íntimos de certas pessoas de constituição especial e que manifestam preferência por indivíduos do mesmo sexo, de forma latente ou declarada, por intenções, gestos palavras, atitudes ou atos, de modo ativo, passivo ou ambivalente (Idem, pág. 90).

Ao definir a homossexualidade e atribuí-la a "pessoas de constituição especial", nesse momento já está, de certa forma, classificando os/as indivíduos/as entre "normais e

[79] Levando em consideração o período em que o médico lecionou na Faculdade, acreditamos na possibilidade deste ter sido professor de Iracy Doyle, embora a informação não possa ser confirmada pelos dados disponíveis.

especiais", além de classificá-los/as entre os/as que manifestam os gestos que o denunciam e os/as mais reservados/as, em outras palavras, definindo-os/as como "ativos/as-passivos/as", se aproximando das compreensões binárias em que se baseiam a partir do sexo biológico dos/das indivíduos/as. Leonídio Ribeiro e Afrânio Peixoto comungavam da ideia de que, em alguns casos de inversões consideradas perigosas, a internação em hospícios seria a alternativa mais segura, onde o lugar do/da invertido/a não era mais, como antes, a prisão, mas o hospício, na perspectiva de tratamento e cura, e não mais de penalização:

> As práticas de inversão não podem continuar sendo consideradas, ao acaso, como pecado, vicio ou crime, sempre que se demonstra, na maioria dos casos, que são indivíduos doentes e anormais, que não deveriam ser castigados, porque precisam antes de tudo, de tratamento (RIBEIRO, 1937, p. 35).

A argumentação do médico defende que as inversões sexuais não deveriam ser consideradas crimes, muito menos pecado, mas sim doença, devendo ser tratada e não punida, como deveras vinha sendo conduzida durante grande parte do século XIX, em muitos países da Europa[80]. Se na década de 1930 os discursos dos intelectuais, na sua quase totalidade homens, apresentavam a homossexualidade como doença, na década de 1950, Iracy Doyle (1956) problematizou:

> A nosso ver, a falta de certas distinções fundamentais impede todo e qualquer raciocínio claro. Por exemplo, até agora, a Psicanálise não conseguiu definir o que seja normal e anormal em matéria de sexo. Enquanto as observações psicanalíticas limitaram-se a Viena e às outras grandes metrópoles ocidentais, pudemos manter a ilusão de que houvesse um tipo padrão de sexualidade; e de que todo e qualquer afastamento dessa norma constituísse desvio patológico, ou, para usar a linguagem psicanalítica corrente, uma perversão (p. 13 e 14).

Muito embora Iracy, ao lado dos intelectuais homens, abordasse a homossexualidade de sua paciente como uma patologia e buscasse através de sua pesquisa apresentar possíveis medidas profiláticas, ela reconhecia a fragilidade e os limites da Psicanálise. Ao acusar "um tipo padrão de sexualidade", podemos dizer que Iracy está desestabilizando as interpretações em torno das quais as inversões sexuais eram vistas como anormais, haja vista que estas identidades apenas se contrapunham aos modelos heteronormativos dominantes, o que as impediam de ser entendidas e aceitas apenas como outra possiblidade de viver a sexualidade.

---

[80] Um dos casos mais conhecidos e emblemáticos é o do julgamento e condenação do escritor irlandês Oscar Wilde (1854-1900). Wilde foi levado aos tribunais sob a suspeita de "cometer atos imorais com diversos rapazes" e após três julgamentos, foi condenado a dois anos de prisão e trabalhos forçados.

Se, por um lado, o discurso da psicanalista Iracy Doyle acenava para uma intepretação mais aberta a outras possibilidades, os discursos das primeiras décadas do século XX se apresentavam limitados à materialidade física dos/as indivíduos/as e às respostas advindas do exame minucioso destes/as. O poder conferido à Medicina ao final do século XIX, fez com que essa, mais do que definir ou mapear a origem da homossexualidade, estabelecesse critérios, medidas e características que sobre os corpos dos/das indivíduos/as pudesse determinar suas identidades, baseadas em critérios como raça, sexo, idade, estatura, etc. Com base na antropometria, em 1932, Leonídio Ribeiro estudou em seu Laboratório de Antropologia Criminal no Rio de Janeiro 195 homossexuais masculinos, detidos pela polícia da cidade. A partir desse estudo, concluiu:

> Tendo em vista o que pude observar, examinando quase duzentos homens, acredito na possibilidade de se realizar a prevenção de suas mais graves consequências, por meio de um tratamento médico precoce, conjugado com a educação adequada, de cada caso concreto (RIBEIRO, 1937, pág. 88).

O tratamento médico referia-se a intervenções de origem orgânica, somada a educação. No trecho acima, fica evidente no discurso de Ribeiro sua crença no que diz respeito a possibilidade de prevenção da homossexualidade. Sugere que a inversão, quanto mais cedo diagnosticada, poderia ser prevenida, tratada e curada. Cabe destacar, que esse investimento tornou-se possível devido aos interesses de instâncias do Estado que estavam por trás de pesquisas dessa ordem. Segundo Green (2000), sobre esse investimento,

> [...] Ribeiro fez valer sua posição e o poder da polícia para obter uma amostra significativa para sua investigação. A influência cada vez maior do Estado na década de 1930 respaldou seus esforços para identificar, classificar e, assim esperava, curar seus pacientes (p. 202).

Essas formas de identificação do/da anormal, baseada em características físicas, estavam na base das teorias da eugenia e do higienismo que, dentre outros determinismos, associavam negros/as e mestiços/as ao universo da criminalidade, deveras associando-os/as a vadiagem e ao consumo de álcool. Segundo Rohden (2001), foi o debate em torno do darwinismo e da hereditariedade que proporcionou "o nascimento de uma corrente de pensamento marcada pelo fatalismo genético e que culminará no eugenismo" (ROHDEN, 2001, p. 23). Para que fossem elaborados saberes que possibilitassem a intervenção sobre os/as anormais, era necessário estudar, esquadrinhar em detalhes os corpos desses/as indivíduos/as. Nessa direção, foi necessário uma das técnicas que Foucault (1999) chamou de exame, que:

> [...] combina as técnicas de hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece-se sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos da disciplina, o exame é altamente ritualizado (p. 154).

Através dessa vigilância, e tendo como objetivo a sanção normalizadora sobre os/as sujeitos/as, foi elaborado uma série de saberes voltados para o comportamento sexual considerado anormal. Para Foucault (1987), "o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber" (p. 183). Assim, a antropometria, através de seus procedimentos e rituais, surge como uma importante e indispensável técnica de exame, uma estratégia que faz funcionar as tecnologias de investigação da vida dos/as sujeitos/as. No livro *A educação da mulher*, Peixoto (1936) enaltece as diferenças advindas dessa técnica:

> Há uma antropologia de raças, outra de sexos, outra de pobres e ricos... Com efeito, Binet, Burgraeve, Niceforo, Mac Donald, Schuyten... denunciaram o pauperismo, somaticamente: meninos pobres, de 14 anos, tinham 1m.46, emquanto os ricos, da mesma idade, mediam 1m.50; homens pobres orçam por 1m64 em média, emquanto ricos tem 1m68... Naturalmente maior será a diferença entre homem rico e mulher pobre e, bem pequena, senão nula, a variável entre homem miserável e mulher abastada (p. 132).

Uma ciência alicerçada em uma natureza hierárquica precisava ser legitimada por teorias baseadas na ideia da fragilidade da natureza humana, como a própria teoria da hereditariedade. Nessa direção, Rohden afirma: "Com base nessa concepção elabora-se um esquema no qual o homem branco, civilizado, europeu representaria a maturidade evolutiva em contraste com a mulher, o negro, o primitivo, o não europeu" (ROHDEN, 2001, p. 27). Essa afirmação, também pode ser verificada no discurso de Peixoto (1936), em que assegura:

> De grande importância é a cabeça, o craneo, o encéfalo. Vejamos. A cabeça feminina menor, mais delicada em regra, logo se distingue da masculina. Ha toda a relatividade do indumento piloso, da gordura, dos músculos... Ha porêm o peso médio do craneo, a capacidade dele, os seus diâmetros, em geral menores, na mulher do que no homem. Ha principalmente o encéfalo. É aqui a questão maior: a mulher menos inteligente, ou inferior ao homem, pela inteligência, como provaria a menor importância do seu cérebro... (p. 136).

A mesma técnica que serviu para justificar a inferioridade intelectual da mulher também serviu para mapear e fazer algumas conclusões a respeito das mulheres invertidas. Se a mulher considerada normal já se apresentava como inferior se comparada ao homem, a homossexual feminina se apresentava como menor ainda dentro dessa hierarquia social. Ao

que se sabe, não houve um investimento como o de Leonídio Ribeiro para com pesquisas voltadas para a homossexualidade feminina, o que não impediu o surgimento de trabalhos voltados para tentativas de elaboração de características que denunciariam uma invertida sexual ou definiriam a homossexualidade feminina, a exemplo do que encontramos no livro *A inversão dos sexos*, de Estácio de Lima (1935):

> Preferível será, antes entender-se por virago a mulher-homem, com taes ou quaes caracteres somaticos masculinos secundários. Angulosidade de formas. Peito chato. Bacia estreita. Compleição athletica. Pellos em abundancia. Larynge que produz sons de contralto... [...] De facto, algumas invertidas são viragos nas formas. Não muitas, talvez. Como também ha "viragos" do ponto de vista morphologico, isto é, creaturas physicamente macheadas, masculiniformes typicas, sem os caracteres psychicos das invertidas (p. 30).

Na contramão dos discursos que reforçavam as características corporais das invertidas, de forma a identificá-las, Iracy Doyle, ao buscar caracterizar uma homossexual feminina, se apoiou na observação dos comportamentos que poderiam indicar o aparecimento da patologia. Observa-se em sua pesquisa a relevância que tais fatores recebem ao nomear dois dos capítulos presentes na obra como: *A psicologia da mulher homossexual* e *O caráter da mulher homossexual*. Ao elaborarem uma série de característica físicas e/ou comportamentais, os/a intelectuais citados/a permitiram tirar a homossexualidade dos confessionários e dos tribunais, em contrapartida, colocaram-na sob as lentes dos microscópios.

Após compreendida a transição pelas quais passaram as diferentes intepretações sobre o comportamento sexual das mulheres que mantinham relação afetiva/sexual com outras mulheres (pecadoras, criminosas, doentes), acreditamos ser necessário abordar os nomes que eram atribuídos a essas pessoas de forma a adjetivá-las. Antes mesmo da emergência da palavra lésbica para definir o contato físico entre mulheres, muitas outras expressões (na sua maioria pejorativa) surgiram para nomear e classificar tal prática. Embora não seja possível localizar o surgimento da expressão *lésbica*, nas fontes analisadas por nós foi factível perceber que ela já era utilizada e aparecia ao lado de outras, conforme a mesma publicação de Lima, da década de 1930:

> *Amôres lesbicos*... é oriunda a adjectivação de *Lesbos*, a ilha do Mar Egeu, pedregosa e escarpada, onde aquella mesma poetisa de Eresos, a esquisita Sapho, criou a sua eschola de arte, centro educacional porque passaram, sob suas vistas, bellas e brilhantes jovens contemporaneas. Admitte-se ocorressem então, ahi, as aberrações que a teriam sagrado invertida sexual. Em Lesbos, não havia, parece o typo virago. Dominava, ao menos physicamente, a feminilidade. Poder-se há, portanto, juntar a expressão *lesbismo*, ou como registra Candido de Figueiredo –

> *lesbianismo*, para a homo sexualidade feminina, sem a presença de caracteres secundários do macho (Idem. p. 31).

É possível localizar nas palavras de Estácio de Lima, além da conceptualização do que ele chama de "amôres lesbicos", outras expressões como "invertida sexual" e "virago". Conforme foi visto, essas expressões acrescidas de outras como "tribadismo" e "saphismo", foram recorrentemente utilizadas pelos/as intelectuais para se referirem, tanto ao ato sexual entre duas mulheres (saphismo, tribadismo, lesbianismo, etc.), como à mulher que o praticava (sáphica, tríbade, lésbica, etc.).

Apesar disso, é necessário lembrar que tais palavras tinham suas diferenças conceituais. No livro *Medicina Legal* (1938), o médico e professor Flamínio Fávero atribui o homossexualismo feminino à inversão, distinguindo-a em *tribadismo* (atrito dos órgãos genitais femininos) e *Safismo* (sucção dos órgãos genitais entre mulheres). Ainda no excerto de Lima, torna-se legível a intenção de estabelecer uma diferença entre as "bellas e brilhantes jovens" da Ilha, que correspondiam a um ideal de feminilidade, e as do "typo virago", ou seja, com comportamentos e gestos entendidos como masculinos.

A explicação e elaboração dessas diferenças apareciam com frequência nos materiais que se destinavam a pesquisar a sexualidade e suas perversões. No livro *Homosexualismo em Medicina Legal*, Bello da Motta (1937) afirma: "Na femea o homossexualismo tem denominação de saphismo, tribadismo com características especiais de accôrdo com as práticas possíveis que permitte seu apparelho genital" (p. 24). A complexidade de variações aparece não apenas nos nomes atribuídos aos atos sexuais e às mulheres, mas também na elaboração de um conceito para a homossexualidade, conforme aponta Lima (1935):

> Inversão sexual feminina, homo-sexualismo, inter-sexualismo, missexualismo feminino são maneiras differentes de exprimir a mesma cousa: o amôr, a atração sexual que a mulher experimenta por outra mulher. Exigir-se um vocábulo de ajustado sentido etymologico ao facto que se quer expressar, nem sempre é possível (p. 28).

A dificuldade acusada por Lima em definir a relação sexual entre duas mulheres denuncia a fragilidade da linguagem que, enquanto construída e imposta pelos homens, é um sistema masculino (PORTINARI, 1989). Para Portinari, a lesbianidade não pode ser interpretada como algo em oposição à heterossexualidade, mas como em oposição à própria sexualidade, conforme:

> Também não é de causar espanto que o relacionamento sexual/amoroso entre duas mulheres só possa ser visualizado ou bem como prelúdio e *intermezzo* à relação

> heterossexual ou bem com algo que só acontece à *fault de mieux.* Se não for possível domesticá-lo nesses termos, ele tende a se tornar qualquer coisa de aterrorizante e belicoso [...] Como observa o amigo, macho e hetero, de um casal de mulheres: "Eu aceito, é claro, mas não entendo". O que diabos, afinal, pode-se se passar de tão importante lá entre as mulheres? As amazonas respondem: *Nada que possa ser dito na linguagem dos homens* (PORTINARI, 1989, p. 48. Grifos da autora).

A classificação da homossexualidade feminina enquanto doença pode ser entendida como uma tentativa de explicar aquilo que não tem explicação dentro do nosso sistema tradicional. Sendo assim, a homossexualidade feminina e o que sobre ela se diz não deixa de fazer parte do universo dos homens. As interpretações e o estabelecimento de conceitos que tentassem englobar a homossexualidade feminina estavam inseridas nesse arcabouço, criado e regulado pelos homens: a linguagem.

De forma a nos distanciarmos dessas interpretações até então produzidas pelas lentes e os olhares dos homens **sobre** as mulheres, a obra de Iracy se apresenta como contraponto. Primeiro, por ter sido produzida **por** uma mulher, atravessada pelas marcas que carregava enquanto tal, o que nos sugere um olhar mais sensível para com a realidade da paciente, não a sensibilidade "natural" atribuída pelos homens, mas a sensibilidade de quem comungava das mesmas marcas; segundo, pela crítica que a autora faz a tais publicações, visto que alerta para a importância de análises baseadas no estudo de cada caso, ao levar e consideração a narrativa dos/as pacientes:

> Publicações teóricas de natureza psicanalítica sobram no mercado de livros. Temos a impressão de que é assunto sobre o qual mais se escreve hoje em dia. Entretanto, a falta de casos bem estudados, e transcritos com o colorido emocional que só as palavras do paciente são capazes de transmitir, constitui fato evidente. Em relação à homossexualidade, as observações publicadas são tôdas fragmentarias e incompletas; de tal modo que a sua leitura deixa sempre dúvidas quanto à objetividade das interpretações e conclusões dos autores. Aliás, na maioria dos textos, os casos clínicos ocupam lugar secundário, servindo apenas para temperar a aridez da teorização e torná-la mais compreensível (DOYLE, 1956, p. 5).

. Conforme pode ser verificado, nos discursos aqui trazidos em diálogo com o de Iracy, a elaboração de características físicas e comportamentais de uma lésbica, assim como da homossexualidade feminina, ao mesmo tempo que produziu uma categoria nova de anormalidade ao qual pudesse se empreendido medidas profiláticas, também inventou uma performatividade, ou seja, uma série de gestos e comportamentos que denunciariam uma invertida. Pode se dizer, que a elaboração destes saberes, retroalimentados por diferentes intelectuais, não apenas produziu estas identidades como também buscou formas diferentes de interdições, como tentaremos apresentar na sequência.

3.2 MAPEANDO OS DISCURSOS SOBRE A INVERSÃO SEXUAL FEMININA

Uma vez atribuída a homossexualidade à doença, esta deveria ser estudada de forma que fossem elaborados saberes específicos, destinados ao diagnóstico precoce, para que, consequentemente, pudesse ser prevenida e até curada. Após identificada como doença, a homossexualidade passou a ser explicada de maneira que fossem mapeados os fatores que originavam tal patologia. Nessa direção, tanto as pesquisas de Iracy no livro aqui trazido como os demais intelectuais se debruçaram na busca por respostas. Embora a figura da doutora Iracy Doyle ocupe a centralidade nessa pesquisa, neste subcapítulo apresentaremos antes os discursos dos intelectuais que a antecederam, por acreditarmos que as construções defendidas por esses homens da ciência serviram de contraponto para suas conclusões na década de 1950.

Na tentativa de localizar as possíveis origens da homossexualidade, pode se dizer, a ciência nesse aspecto se dividiu em três grupos: os/as que acreditavam que o surgimento da patologia estava associado às questões orgânicas do organismo; os/as que defendiam a influência externa, ou seja, cultural e educacional no desenvolvimento da homossexualidade; e os que se permitiam pensar sobre a importância de ambos os fatores na constituição da inversão. Segundo Ribeiro (1935):

> Duas correntes opostas tem se preocupado explicar o problema da inversão sexual. A primeira, atribue o homosexualismo a fenômenos de natureza psíquica, adquiridos e acidentaes. Desilusões amorosas, provocadas ou agravadas por defeitos de educação, tudo favorecido por ambientes escolares, onde ha separação completa dos dois sexos, durante a fase crítica da puberdade, e mais especialmente nos casos de filhos muito acariciados pelas mães, seriam os motivos principais dessas anomalias. [...] A outra, mais recente, é a que afirma tratar-se de causas orgânicas, congênitas e constitucionais, procurando demonstrar, á luz de documentos objetivos e autênticos, que as glândulas endócrinas desempenham papel predominante na origem das modificações patológicas da sexualidade humana (p. 188).

A importância do fator endocrinológico como explicação das diferentes alterações do comportamento sexual foi demonstrada por nomes como o dos renomados médicos internacionais Gregório Marañon e Césare Lombroso[81]. No Brasil, as ideias em torno da importância das questões endócrinas e orgânicas na definição da inversão sexual ganharam seus/suas seguidores/as, como os médicos legistas Fernandes Nunes e o próprio Leonídio

[81] Césare Lombroso ficou reconhecido com um dos mais empenhados dentre a comunidade científica internacional em provar a inferioridade da mulher, uma vez que defendia que a mulher era comandada pela sua natureza.

Ribeiro. Pode se dizer, que da mesma forma que a escola lombrosiana tinha seus/suas seguidores/as, também contava no Brasil com médicos que criticavam seus excessos, como Hélio Gomes e Afrânio Peixoto, embora também se utilizassem de seus preceitos.

Apesar de ser considerado seguidor dos estudos de Peixoto, os trabalhos desenvolvidos por Ribeiro apresentavam algumas diferenças em relação a compreensão da origem da homossexualidade. Segundo ele:

> Provado que o homossexualismo é, em grande numero de casos, uma consequência de perturbações do funcionamento das glândulas de secreção interna, logo surgiu a possibilidade do seu tratamento. Era mais um problema social a ser resolvido pela medicina (RIBEIRO, 1935, p. 197).

Ancorado pelos intelectuais internacionais que sustentavam que a inversão tinha origens orgânicas, Ribeiro faz duas importantes afirmações. Primeiro, sustenta que, ao ser o "homossexualismo" também uma consequência de perturbações glandulares, a Medicina se apresentava como alternativa e recurso terapêutico. Segundo, que era um problema a ser corrigido, ou seja, invertidos e invertidas sexuais precisavam sofrer a ingerência médica como possibilidade de correção.

Cabe destacar, que embora Ribeiro se aproximasse da teoria que explicava a homossexualidade a partir dos fenômenos orgânicos (baseado nas contribuições de Marañon), este não desconsiderava a importância e influência do meio, ou seja, da escola e de outros espaços educativos, figurando entre os que acreditavam que a origem da homossexualidade era um híbrido de questões congênitas e adquiridas.

> Apezar de sua predominante importância, biológica e social, entre os demais desvios da sexualidade, e da procedência histórica dos estudos a ela concernentes, a homossexualidade apresenta-se, ainda, envolvida em densas obscuridades. Nem através de seus aspectos orgânicos, nem de suas expressões psíquicas, é possível penetrar sua estrutura intima. E ainda mais desconcertante se apresenta o enigma quando, ao lado da homossexualidade do ser humano, sabemos existir a de certas espécies de animaes, como os macacos, cães, e até as formigas. E isto basta para suspeitarmos quão profundas devem ser as raízes biológicas da homossexualidade. Somos inclinados a aceitar, de acordo com Havelock Ellis, a hipótese de uma variação biológica, resultante de uma imperfeita diferenciação do sistema bio-psiquico sexual. Assim, resultará a autonomia da homossexualidade entre as outras aberrações sexuais (RIBEIRO, 1938, p. 164).

Nessa direção, Ribeiro destacava a necessidade de gerência sobre a prática docente, o conteúdo pedagógico da escola e sobre a mãe na família como importantes na elaboração da sexualidade sadia, aspecto que será melhor explorado no capítulo seguinte, em que se

estabelecerá um diálogo íntimo com as observações levantadas por Iracy. Já Afrânio Peixoto, no livro *Sexologia Forense* de 1934, afirma:

> A inversão sexual feminina, mais inconsciente do que consciente, é muito vulgar: manifesta-se nos colégios, pensionatos, escolas, conventos e até na prostituição, pelas amizades estreitas, ciúmes, dedicações e até crimes, de que são capazes umas pelas outras até sem desconfiarem de uma inclinação homossexual: só uma minoria chega aos atos que declaram a inversão (p. 161-163).

As explicações de Peixoto para a inversão sexual das mulheres se distanciavam das que se baseavam em explicações de origem endócrinas, chamando a atenção para a influência do ambiente no surgimento da homossexualidade. Como visto, além de associar a manifestação da inversão a processos inconscientes, a sexualidade dessas meninas é associada ao universo das perversões, do vulgar. A possibilidade da influência externa na origem da homossexualidade feminina levou alguns pesquisadores a rastrearem as possíveis causas dessa perversão. No livro *Homossexualismo em Medicina Legal* de 1937, Bello da Motta afirma:

> Outras causas externas acoroçoadoras do desvio do instinto sexual são aquellas originadas por infelicidades no curso de iniciações amorosas, pelo pavor de contaminações venéreas, malogros sexuaes quando o instinto já se orienta para a heterossexualidade (p. 46).

A ideia do possível condicionante do desvio do instinto sexual (então considerado normal) como algo originado a partir de desilusões amorosas, ou por receio de doenças, reforçavam a inversão/desvio como algo negativo. Além disso, a afirmação de Motta também nos possibilita refletir sobre o quanto as compreensões atuais em torno das quais as decepções amorosas e sexuais[82], frequentemente responsabilizadas pelo surgimento da homossexualidade feminina, podem ter origem nesse período.

No livro *Attentados ao pudor*, de 1934, Viveiros de Castro apontou, como fatores externos responsáveis pela má formação das mulheres, a educação moderna que, para ele:

> retirou a mulher da penumbra silenciosa do lar para as agitações tumultuosas do mundo, abrindo-lhe horisontes desconhecidos, iniciando-a nos segredos do vicio, despertando-lhe curiosidades indiscretas, saciando-a de emoções, tornando-a cedo gasta e *blasée* (p. 199).

[82] Atualmente, uma das muitas violências a qual as lésbicas encontram-se vulneráveis é o chamado "estupro corretivo". Essa violência sexual é praticada geralmente contra mulheres lésbicas por homens que acreditam que essas mulheres ao serem violentadas passarão a sentirem-se atraídas por homens.

Ao lado da educação moderna, outros fatores foram apontados pelo médico. Dentre outras formas de condução da má educação, Viveiros acusa ainda a literatura, apontando como exemplo o próprio *O Cortiço* para ilustrar:

> No *Cortiço*, livro que há de sobreviver a muitas gerações, o primeiro romancista nacional, Aluizio de Azevedo, contou em phrases de uma sonoridade de bronze e de uma opulência de mármore, a conquista de uma moça, ainda virgem e pura, por uma franceza dissoluta. Estes livros despertam na mulher curiosidades terríveis. Duas amigas se encontram, fallam do romance que ambas leram, experimentam ao vivo a sensação que o escriptor ardentemente descreveu, gostam do ensaio, transmitem adiante a descoberta, iniciam outras no segredo (Idem, p. 201).

Uma vez apresentada a possibilidade do surgimento da inversão sexual como motivada por condicionantes externos, era preciso alertar sobre os fatores que possibilitariam esse perigo. Mais do que chamar a atenção para os espaços considerados de risco, era preciso alarmar também para o perigo das mas companhias. No livro *Psicóses do Amor*, o médico e jornalista Hernani de Irajá (1954) afirma:

> Entre as moças tais manifestações são comuns, daí a grande facilidade que uma **invertida** encontra em arrastar para o mau caminho a **vítima** escolhida. Suavemente ela beija-lhe a boca, dias depois desce para os seios, onde sua língua faz prodígios percorrendo-os em todas as direções. As sensações volutuosas despertadas no corpo até então imaculado conduzem a **virgem** ao espasmo supremo, ao orgasmo venéreo (p. 205. Grifos nosso).

Ao examinarmos o discurso de Irajá, podemos ver claramente a associação da prática sexual entre mulheres como algo perigoso, geralmente empreendido por uma invertida que é responsabilizada pelo desvirtuamento, não de uma moça qualquer, mas de uma **virgem** de corpo **imaculado**. O tom sutil, porém ameaçador das palavras, reforçam o mito da lésbica sedutora (Portinari, 1989), alimentando estereótipos em torno da invertida (como se o peso do adjetivo já não fosse suficiente) como degenerada. É inevitável que reflitamos sobre o quanto esse enunciado se apresenta impregnado de valores morais cristãos, uma vez que, ao apelar para a figura da virgem, Irajá está acionando uma série de outros enunciados em torno da figura da "imaculada Virgem Maria".

Somado a estes discursos, outros diferentes perfis de lésbicas surgiram. Para Portinari (1989), as invertidas do final do século XIX e início do século XX, ao lado das diagnosticadas como histéricas, eram vistas também como perigosas e sedutoras, muitas vezes até nocivas ao convívio social, o que levou muitas a serem asiladas em hospícios. Esse

mito, aparece também no discurso de Augusto Forel, no livro *A questão sexual* de 1929[83], que destaca:

> Quando uma invertida quer seduzir moça normal, o caso não lhe é muito difficil. Ganha primeiro a sua affeição por meio de carícias platonicas exaltadas, mas não raras entre mulheres. Os beijos, os abraços, as noites dormidas no mesmo leito causam menos admiração entre moças do que entre rapazes; essas carícias não repugnam á moça normal com repugnam ao homem. Pouco a pouco, numa sabia graduação, a invertida chega a provocar na sua victima sensações voluptuosas, beijando-lhe os seios e acariciando-lhe o clitóris. Em geral, o objeto de taes carícias não nota que há nisto algo de anormal, ou entrega-se às sensações agradáveis sem reflectir, e acaba apaixonando-se também (p. 228).

No excerto acima, Forel parte do princípio de que uma investida feita por uma invertida, ao se aproveitar da naturalidade com que é vista a "camaradagem' entre moças, poderia seduzir a *moça normal*. Essa última, ao entregar-se e não resistir aos prazeres proporcionados pela sua sedutora, ao se apaixonar, estaria também corrompida. Se a fragilidade do órgão sexual feminino era apontado como vulnerável para obtenção do prazer, com frequência as funções do aparelho reprodutor também deveriam ser lembrada. Na tese apresentada ao concurso à cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Direito do Ceará, transformada no livro *Homosexualismo em Medicina Legal* de 1937, doutor Bello da Motta argumenta:

> Na mulher o estado homosexual tem feições typicas motivadas pela organização de seu apparelho genital e quando se entrega á perversão, a dysfuncção endocrina creada pelo desequilibrio das influencias hormônicas, extingue aquelle instincto divino de maternidade (Marañon), apanágio de seu destino dentro da espécie e do tempo (p. 40).

Ao se apoiar nas contribuições de Marañon, vê-se que Motta apela para as funções biológicas do corpo feminino como afirmação da "função" da mulher, como aquela cujo o único destino é ser mãe, para desqualificar a atividade homossexual feminina. Posições como esta fortaleciam os estigmas em torno das homossexuais, ao responsabilizá-las pela possível extinção da espécie humana. Ao lado da prática da inversão sexual como desvirtuamento do "destino" das mulheres, a prostituição surgia como oposição a esse destino e também como prática que estimulava a inversão:

> É pois muito mais difficil na mulher do que no homem distinguir, nos casos particulares, entre a disposição hereditária para a inversão e o saphismo adquirido

[83] A primeira versão do livro foi publicada em 1905. Apesar do psiquiatra Auguste-Henri Forel ser suíço, seu livro ganhou relevância internacional, sendo inclusive traduzido para o Português e publicado no Brasil em 1929, por isso o utilizamos ao lado dos demais intelectuais brasileiros.

> por sedução ou habito. Este ultimo é frequente nas prostitutas e nas mulheres libidinosas de costumes fáceis (FOREL, 1929, p. 230).

Para Rohden (2001), o rompimento do elo mulher-reprodução, reforçado durante o século XIX e muito difundido pelos/as cientistas do início do século XX, representava um risco, não apenas ao organismo da mulher, mas à sociedade. Nessa mesma perspectiva, torna-se possível observar em alguns discursos a tentativa de aproximar a prática sexual entre mulheres também à atividade da prostituição:

> O antro ruidoso das inversões sexuaes femininas, onde surgem as tribaidas a escancaras, e onde as lesbicas temíveis aparecem, é meretrício de todos os bordos: alto, medio ou baixo... (LIMA, 1935, p. 39).

> Entre prostitutas a mancebia de duas mulheres é extremamente frequente, amam-se furiosamente com verdadeiro frenesi e quando uma velha tribade consegue atrair para si uma moça, desenvolve tôda sua arte, dispende todos os seus recursos e energias para não perder (IRAJÁ, 1954, p. 207).

Nos discursos de ambos, torna-se evidente a associação da prática sexual entre mulheres ao universo da prostituta, haja vista que esta se afasta de seu "natural" destino de esposa e mãe. Para Rachel Soihet (1989), o modelo de mulher ligada à maternidade e à família era a afirmação do lugar do feminino. Logo, as solteiras, as libertinas, as prostitutas e as apaixonadas, ao se contraporem a esse modelo, surgem como "a desordem, aquelas que não realizam o ideal sexual do amor matrimonial e da maternidade" (SOIHET, 1989, p, 116), em outras palavras, o "problema social" também apontado por Ribeiro.

Esse empreendimento de associar a inversão à prostituição contava com a supervalorização das ditas "funções femininas" que, obviamente, buscavam amparo na ciência médica que baseava-se na função biológica dos corpos masculinos e femininos, reforçando as diferenças entre estes:

> Se repararmos na importância capital que teem na vida da mulher a gravidez, a amammentação e todo o circulo das funcções e deveres maternos, comprehenderemos porque a combinação dos seus sentimentos e das suas sensações é tão diferente da do homem. Seu corpo e sua menor força, juntos ao papel passivo da copula, explicam porque ella aspira a um amparo masculino, forte e poderoso. Trata-se aqui de simples adaptação phylogenica. Eis porque a donzela normal suspira por um homem corajoso, forte e emprehendedor, que lhe seja superior, a quem ella respeite e ao braço do qual se sinta em segurança (FOREL, 1929, p. 88).

Se, por um lado, era necessário advertir a sociedade quanto aos riscos de sedução praticados por uma invertida e que colocavam em risco o futuro não só da nação mas da

espécie humana, por outro, era preciso reforçar a ideia da superioridade masculina, de modo que a presença do homem se torna-se algo indispensável a qualquer "moça normal". Esse discurso, assim como os demais que exaltavam a superioridade masculina, estava fortemente influenciado pela ciência positivista do período. O positivismo comteano partia do princípio de que homens e mulheres são seres que se complementam, não apenas biologicamente, mas também mental e socialmente, uma vez que a mulher era possuidora de uma superioridade afetiva e o homem de uma racionalidade nata.

Mais do que valorizar as ditas funções femininas, alertar para o risco que representava uma invertida e supervalorizar a superioridade masculina, nos discursos analisados também foi possível perceber a intensão de associar o descontrole mental como componente da identidade da invertida, conforme pode ser verificado nos excertos encontrados em diferentes obras:

> O ciúme surge com frequência, levando-as mesmo a prática de crimes. Nada há que as ponha tão raivosas como o serem abandonadas pela companheira enamorada de um homem. Algumas expansões de amor tribade ou sáfico são acompanhadas de manifestações de sadismo (IRAJÁ, 1954, p. 207).

Embora as teses que associavam as práticas homoeróticas entre mulheres ao crime tenham perdido força a partir das novas pesquisas realizadas por intelectuais nacionais e internacionais, pode-se perceber que, ao apontar o crime como consequência do sentimento de ciúmes entre mulheres, Irajá aproxima novamente a figura da invertida à delinquência. Isso nos demonstra o quanto os discursos da Ciência Médica e da Ciência Jurídica andavam de mãos dadas no que diz respeito a medicalização e criminalização de um tipo de delinquência muito específico, próprio da identidade de uma invertida.

Ao vinculá-las ao descontrole motivado pelo ciúme ou qualquer outro sentimento que fizesse parte da sua "natureza" de mulher, e que pudessem levá-las ao crime, esses discursos supervalorizavam essas caraterísticas de forma a torná-las mais nocivas ainda que os próprios invertidos masculinos:

> Os excessos das tribadas ultrapassam ainda em intensidade os dos invertidos masculinos. Espasmos succedem-se a espasmos, noite e dia, quasi sem interrupção; mas estas nymphomanas invertidas não são frequentes. Em matéria de ciúmes também vencem aos invertidos (FOREL, 1929, p. 228).

Apesar disso, cabe salientar conforme apontado anteriormente, a associação da invertida a práticas criminosas era utilizada para justificar a intervenção médica sobre essas mulheres, que sob o risco de cometerem crimes, deveriam antes sofrer intervenção médica,

geralmente internada em asilos psiquiátricos. Nessa direção, Peixoto aproxima as lésbicas com comportamento mais masculinos a essa forma de descontrole, que poderia levá-las tanto a matar por amor como cometerem suicídio:

> Há as viragos que se impõem como homens, tem ciúmes e se suicidam ou matam, quando não logram a preferência das amadas, ou não atingem seu desejo [...] O crime, que aparece entre os invertidos quando se complica de sadismo, é mais comum entre as invertidas, porque o ciúme é paixão violenta nas mulheres, e ordinário, entre todas (PEIXOTO, 1934, p. 163).

Peixoto ainda no mesmo livro faz menção a outras tantas inversões relacionadas as condutas sexuais, como: Crono-inversões, Topo-inversões, Necrofilia, Bestialidade, colocando como comum a todas essas perversões a degeneração psíquica. A comparação da prática sexual entre mulheres com distúrbios considerados patológicos também era comum, o que pode ser observado similarmente no discurso de Forel (1929):

> [...] Na mulher, porém, um certo desejo que repousa nas sensações sexuaes inconscientes e mal definidas, ou que é um derivado dellas, não se limita nitidamente ao sexo masculino, mas estende-se a outras mulheres, as creanças e até aos animaes, sem que isso represente desejo sexual pathologicamente invertido (p. 90-91).

Ao analisarmos os discursos elaborados por diferentes intelectuais do início do século XX, é possível concluir o quanto estes estavam preocupados em, mais do que apresentar os possíveis condicionantes da origem da homossexualidade feminina, reforçar os papeis atribuídos à mulher como naturais. A elaboração da identidade da invertida sexual como anormal se dava a partir de elementos que a distanciavam do modelo de mulher, obviamente, compreendida e legitimada por uma ciência restrita às funções biológicas desses corpos.

Enquanto os discursos aqui analisados localizavam a homossexualidade feminina como pertencente ao universo das perversões, excessos, neuroses e descontrole emocional, Doyle se contrapõe a esse discurso ao afirmar:

> Não resta dúvida de que as relações com o mesmo sexo despertam **menos ansiedade**. Já nos referimos ao fato de que o caráter tabu conferido ao aspecto sexual da vida pelas influencias formativas está geralmente mais associado às associações heterossexuais do que às homossexuais. Mas não é só isso. Enquanto que pelo sexo oposto a mulher homossexual experimenta sentimentos de aversão, repulsa, nojo, raiva, medo, etc. por um parceiro de sexo idêntico ela pode nutrir um complexo emocional mais positivo, a que dá o nome de "**amor**" (DOYLE, 1956, p. 84. Grifos nossos).

Diante dessa afirmação, a homossexualidade perde um pouco de seu caráter negativo e passa a figurar como uma possibilidade positiva. Se, por um lado, os discursos dos demais intelectuais limitavam-se apenas a buscar formas de evitar a homossexualidade, desconsiderando e afastando qualquer possibilidade de uma compreensão não limitada às funções dos órgãos sexuais e reprodutivos, diferente destes, Iracy buscou alargar essas lentes. Na introdução de sua obra, ela já destacava:

> Graças à psicanálise, não repetimos mais, como papagaios, que as perversões sexuais estão ligadas a taras hereditárias. Mas, a doutrina freudiana criou, em troca, o preconceito da universalidade dos traços psicológicos e da natureza neurótica de todos os comportamentos que não obedeçam aos padrões que nós, ocidentais, consideramos normais (DOYLE, 1956, p. 17).

Iracy não apenas critica a teoria que fundamentou e legitimou a grande maioria das pesquisas realizadas no início do século XX, e que foi propagada pelos intelectuais em seus discursos, como também problematiza o quanto a doutrina freudiana é limitada ao se basear apenas nos modelos do comportamento binário homem-mulher. Enquanto que seus antecessores reforçaram as aptidões do universo feminino e, com isso, estigmatizaram a homossexualidade feminina como negativa, Doyle vai além. Ela traz para a discussão a importância do ambiente externo, não apenas na construção da identidade da homossexual como também da própria identidade feminina:

> Enquanto que os heterossexuais assimilam, sem se perturbar acentuadamente, apesar das incoerências da cultura, a dicotomia homem-mulher, na neurose homossexual deparamos com uma verdadeira distorção dos dois aspectos sexuais, aliada a uma divisão artificial da humanidade, a qual planteia interessantíssimo problema semântico. Conforme transparece claramente no caso de Carmen, a diferenciação homem-mulher, no plano emocional, subjetivo, revela-se perfeitamente arbitrária, isto é, processa-se em função do modo como os sêres afetam a paciente, independente do sexo biológico: Homens são aquelas pessoas de personalidade forte, capazes de se impor, ativas, que não abaixam a cabeça e tem direito tácito à superioridade. Mulheres são todos aqueles sêres fracos, medrosos, passivos, dependentes, submissos e, consequentemente, inferiores. A masculinidade apresenta-se assim como qualidade desejável, a ser invejada e mimetizada pela paciente; feminilidade, ao contrário, merece desprezo (DOYLE, 1956, p. 69-70).

Ao trazer a cultura e a forma como essa constrói o que entendemos como homem e mulher, Iracy desestabiliza, de certa forma, essas categorias. Nessa direção, a homossexualidade feminina se apresenta como uma possibilidade para as mulheres subverterem a condição de passivas até então defendida e propagada pelos homens, aspecto que chamará a atenção em sua obra. Uma vez compreendida a importância da cultura na origem da homossexualidade feminina, a educação de meninos e meninas, e a forma como

estes são subjetivados em diferentes espaços educativos, ganhou a centralidade, tanto no discurso de Iracy como nos demais intelectuais, o que será melhor analisado no capítulo seguinte.

4 INSTÂNCIAS PEDAGÓGICAS: LABORATÓRIOS DE PRÁTICAS EDUCATIVAS

> *Quando e como instruir a creança? É a curiosidade infantil, são as perguntas da creança sobre o sexo, ou certas manifestações de desajustamento sexual, que devem collocar alertas paes e professores? Discutem os hygienistas a maneira como deve ser feita essa instrução. Pelos paes? Pelos mestres? Em classe? Individualmente? As opiniões se dividem. Essa instrucção deve variar para cada caso particular* (RAMOS, 1939, p. 317).

Após investigarmos os discursos produzidos em torno da construção da homossexualidade feminina e que, com isso, acabaram por produzir um perfil de condutas corporais e morais a essas sujeitas, com este capítulo buscaremos analisar os discursos científicos sobre as práticas pedagógicas escolares e familiares, que tinham a intenção de interferir na formação da mulher, no que diz respeito à prevenção da inversão de sua sexualidade.

4.1 O ESPAÇO ESCOLAR: DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL À EDUCAÇÃO SEXUAL

Para compreendermos a importância da educação escolar no período em questão (1920-1950), é necessário um olhar para a História da Educação e a forma como alguns pressupostos foram estabelecidos de forma a alcançar os objetivos propostos pelas elites política e econômica do país. Como visto anteriormente, a década de 1920 foi marcada por uma crise institucional seguida de um período de transição de um modelo ainda oligárquico para um com expectativas liberais, e estes conflitos foram percebidos em espaços de disputa política como a educação, uma vez que esta foi percebida como um importante instrumento de controle social (ROMANELLI, 2001).

Diante do quadro anteriormente descrito, diferentes grupos emergiram na defesa do que acreditavam ser o melhor modelo de ensino/educação, a exemplo dos já citados Educadores Liberais. Influenciados pelos pioneiros da Escola Nova[84], os Educadores

[84] Reconhecido como um movimento iniciado na Europa e nos EUA na segunda metade do século XIX, a Escola Nova teve sua importância no cenário político e econômico brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Considerada como um movimento de renovação do ensino, sustentava a construção de uma sociedade democrática. No Brasil, os ideais desse movimento estiveram presentes no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e foram sustentados por intelectuais reconhecidos da educação brasileira, como Lourenço Filho e Anísio Teixeira. (Sobre, ler FARIAS, Itamar Mazza de. *A orientação educacional, seus pressupostos e sua evolução no sistema escolar brasileiro*. Uberlândia: Revista Educação e Filosofia. Jul/dez 1990. p. 79-95).

Liberais propunham a democratização do ensino que deveria atender ao princípio de igualdade, uma vez que deveria ser um direito de todos/as[85]. Segundo Farias (1990):

> Portanto, com o novo estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, em nosso país, os problemas relacionados às necessidades de formação de mão-de-obra e à aceleração do processo de urbanização tornaram necessária a criação de um sistema de educação elementar capaz de atender às novas exigências que diziam respeito à formação de mão-de-obra e capaz de incorporar os novos grupos ao projeto das classes dominantes (p. 81).

Nessa direção, é possível pensar a educação pública e gratuita implantada no período como essencial para a consolidação do sistema capitalista no Brasil. Porém, é necessário chamarmos a atenção para o fato de que a educação não era homogênea. Ou seja, enquanto que aos/às filhos/as das camadas populares era oferecida uma educação voltada para a formação de mão-de-obra, pois deveriam ser estes/as o motor da sociedade industrializada, aos descendentes das camadas dirigentes era reservada uma educação voltada para o ensino superior, de forma que pudessem perpetuar sua hegemonia política e econômica no país.

Neste contexto, a Orientação Educacional introduzida no Brasil em meados da década de 1920, inicialmente como orientação profissional, foi ganhando força. O discurso de Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde, em que chamava a atenção para a necessidade de se criar um exército de trabalhadores para o bem da nação (OLIVEIRA; CARDOSO, 2010) reforçava essa intenção, na qual a Orientação Educacional mascarava o autoritarismo através de um discurso liberal. A partir da década de 1930, após a Revolução e a consequente consolidação do chamado Estado Novo, o sistema educacional passou a ser regulamentado e organizado pela jurisdição estatal. Segundo Caetano e Beck (2014):

---

[85] "Em nosso regime político, o Estado não poderá, decerto, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. Afastada a idéia de monopólio da educação pelo Estado, num país em que o Estado, pela sua situação financeira, não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância, as instituições privadas idôneas, a 'escola única' se entenderá entre nós, não como uma conscrição precoce arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, mas antes como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15 anos, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos." Trecho do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros. Acesso em 20.02.2016. Embora esse "todos" aparecesse com frequência nos discursos e documentos dos chamados Educadores Liberais, cabe-nos relativizar o alcance da palavra. Estariam os negros, negras e demais marginalizados do período contemplados nesse "todos"?

> A política intervencionista do Estado Novo fixou os postulados pedagógicos necessários à educação, tendo em vista um conjunto de valores, dentre os quais figuram a nacionalidade, a disciplina, a moral e o próprio trabalho (p. 78).

Foi nesse cenário que emergiram e ganharam força os discursos voltados para a educação no que concerne às questões sexuais e, consequentemente, da subversão da sexualidade considerada normal. A elaboração teórico-prática dos saberes da Orientação Educacional (e, mais adiante, da Educação Sexual) nos leva a voltar ao conceito de governo elaborado por Foucault (1999), em que este é concebido como um emaranhado de programas e estratégias racionalizadas para a "condução da conduta". A Governamentalidade, neste caso, se refere à emergência de racionalidades políticas, ou mentalidades de governo, no qual esta passa a ser uma questão de administração calculada das questões de cada um/uma e de um todo de maneira a alcançar certos objetivos. Ou seja, podemos entender governo aqui como algo que indica uma perspectiva a partir da qual se pode tornar inteligível a diversidade de tentativas feitas por diferentes tipos de autoridades para agir sobre as ações dos/as sujeitos/as, buscando atingir objetivos como prosperidade nacional, harmonia, virtude, produtividade, ordem social, disciplina, etc.

Esse entendimento de governo como mecanismo destinado a conduzir as condutas dos/as sujeitos/as, nos leva a compreender a forma como ocorre o que Foucault (2004) denominou de processos de subjetivação e de objetivação, em que "os processos de subjetivação e objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade do sujeito, objeto de conhecimento" (FOUCAULT, 2004, p. 236). Ao buscar compreender os discursos os quais os/as próprios/as sujeitos/as são, ao mesmo tempo, objeto do conhecimento e detentor/a deste conhecimento, torna-se possível pensar esses/as sujeitos/as como produtos das relações de saber e poder. Dito de outra forma, sujeitos/as constituídos a partir de imposições externas. Nessa direção, atrelada a produção de verdade, é possível refletir sobre a autoridade da dimensão pedagógica da ciência enquanto dispositivo político que auxilia os mecanismos de poder, ou seja, os efeitos coercitivos dessas práticas discursivas sobre os/as sujeitos/as.

Conforme veremos, os trabalhos desenvolvidos por intelectuais de diferentes áreas (Saúde, Educação e Direito) durante as décadas de 1920-1950 vão na direção de um modelo de homem e mulher que correspondesse às exigências políticas e econômicas, daí a necessidade de elaboração e divulgação dessas pesquisas que voltavam seu olhar para o espaço escolar. Pensar esses discursos, e a forma como ganharam força e significado em um

determinado espaço/tempo, exige antes, que entendamos as reflexões propostas por Foucault (1986) a respeito do que ele chama de enunciado. Ao parafrasear o filósofo, Rosa Fischer (2001) nos aproxima de uma das muitas possíveis interpretações sobre o enunciado em sua obra:

> Não há enunciado que não esteja apoiado em um conjunto de signos, mas o que importa é o fato de essa "função" caracterizar-se por quatro elementos básicos: um referente (ou seja, um princípio de diferenciação), um sujeito (no sentido de "posição" a ser ocupada), um campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados) e uma materialidade específica - por tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais (p. 202).

Nessa perspectiva, é necessário que interpretemos os discursos encontrados em diferentes materiais como enunciados já pertencentes a uma rede discursiva. Ou seja, um emaranhado de informações que não pode existir isoladamente, mas associado e relacionado a outros enunciados do mesmo discurso que se retroalimentam. Para que os discursos proferidos em torno das categorias homem e mulher tivessem efeito, era necessário que se articulassem com os demais discursos em torno dos quais essas categorias vinham sendo construídas historicamente. Na sequência, apresentaremos e analisaremos alguns destes discursos encontrados em diferentes suportes.

O discurso da pesquisadora Maria Junqueira Schmidt[86] em ocasião do I Simpósio sobre Orientação Escolar, em 1957, ocorrido em São Paulo, destacava: "A Orientação Educacional era a profilaxia dos desajustamentos, liberação progressiva da personalidade juvenil" (I Simpósio de Orientação Educacional, 1957). As preocupações da pesquisadora em educação (assim como as da Orientação Educacional) parecem se voltar para o ajustamento dos/as sujeitos/as a um modelo de indivíduo abstrato, não demonstrando preocupação com os processos pedagógicos, o que nos leva a refletir sobre os interesses do governo ao investir na Orientação Educacional.

Com o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o estudo da sexualidade (final do século XIX e início do XX, conforme verificado anteriormente), não tardou para que a Educação se tornasse alvo de investimentos que tinham como foco a educação e o ajustamento sexual dos/das indivíduos/as, isto é, para o estabelecimento de modelos de

[86] Historiadora e pesquisadora sobre educação, Maria Junqueira Schmidt foi uma das defensoras da Orientação educacional no País.

comportamentos de meninos e meninas, reforçando seus papeis sociais no desenvolvimento da Nação.

Como nos alerta Foucault: "O dispositivo da sexualidade deve ser pensado a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas" (FOUCAULT, 1999, p. 141). Nessa direção, surgiram nesse período manuais voltados para pais/mães e professores/as, que incluíam conselhos médicos e morais, tanto por intelectuais brasileiros/as quanto por estrangeiros que tiveram seus livros traduzidos e publicados no Brasil. Dentre estes, destacamos o livro do médico francês Victor Pauchet[87], em que afirmava "A EDUCAÇÃO SEXUAL deveria merecer mais atenção por parte de pais e educadores, dada a importância que o sexo tem na vida do indivíduo. Em quase todos os lares e escolas é tabu falar em sexo" (PAUCHET, 1930, p. 11. Grifos do autor). O médico brasileiro Afrânio Peixoto, no livro *Eunice e a educação da mulher* (1944), também chamava a atenção para a importância da educação sexual vinda de pais e educadores/as:

> A educação sexual que pais e mestres não querem dar recebem as crianças onde não devem. É a falência da educação, é a má educação sem ela se pais e mestres fazem tanta relutância é que não foram bem educados sexualmente e sabem "da missa" a metade... (p. 264).

O médico faz uma crítica à relutância que pais, mães e demais responsáveis pela educação das crianças tem em abordar e falar sobre as questões relacionadas à sexualidade, o que se fosse feito, segundo ele, evitaria informações incorretas e desencontradas. Afrânio Peixoto pode ser considerado como um dos mais influentes articuladores da Escola Nova no Brasil. Defendia a necessidade da presença de um médico no espaço escolar, espaço esse que deveria dialogar com a atuação do/a professor/a. Para Caetano (2011):

> O espaço físico, o mobiliário, o currículo e o horário escolar deveriam passar pela supervisão científica, somente isso seria capaz de assegurar o seu pleno funcionamento e o desenvolvimento saudável do corpo social. Esta defesa de Afrânio Peixoto, em certa medida, já configurava o lugar do professor neste projeto científico-civilizatório (p. 93).

A importância dessa orientação pode ser verificada em outros livros destinados à Educação, como encontrado no prefácio escrito pelo doutor José Adeodato Filho (1954)[88], no livro *Educação Sexual* da professora de Serviço Social na Universidade da Bahia, Margarida Neves, que reforçava: "É útil, sim que os adultos, sobretudo as professoras e

[87] PAUCHET, Victor. *Os filhos – sua preparação para a vida*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1930.

[88] Professor de Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia.

mães de família, tenham uma noção mais exata do verdadeiro sentido da educação sexual, para poder orientar as crianças gradativamente nas várias etapas de seu desenvolvimento" (NEVES, 1954, s/n). O que será reforçado pela própria autora do livro:

> Se bem que haja muita controvérsia a respeito do assunto, alguns pontos já se definem claramente, quanto às causas que podem levar ao homossexualismo. No entanto, a maioria dos educadores vive à margem de tais conhecimentos ou os repele terminantemente. Por isso, vezes sem conta, quando um caso se apresenta ao especialista, está irremediavelmente perdido – por ser tarde demais, ou porque os educadores negam o que lhes é pedido (NEVES, 1954, 197).

Como visto, aos/às educadores/as também era colocada a responsabilidade pelo surgimento do *homossexualismo*[89], uma vez que sabendo das "causas", estes poderiam evitar desde cedo que os/as alunos/as se interessassem por práticas sexuais consideradas anormais. Segundo a autora, o não comprometimento dos/das educadores/as poderia levar a casos irreversíveis.

Mais do que uma educação sexual atenta à formação adequada e ao bom desenvolvimento dos/as estudantes, as escolas foram interpeladas também por serem consideradas espaços de risco para o aparecimento da inversão sexual feminina, mais precisamente, instituições como internatos e colégios de freiras, por concentrarem durante muito tempo pessoas do mesmo sexo. Esse risco, também foi alertado tanto por intelectuais brasileiros como por pesquisadores internacionais, como o médico e psicólogo britânico Henry Havelock Ellis, que afirmou em seu livro *Inversão Sexual* de 1932:

> As amizades ardentes que as meninas criam nas escolas e nos pensionatos, entre si e com as mestras, constituem assunto de interesse psicológico considerável e grande valor prático. Esses amores infantis, meio termo entre a amizade e a paixão sexual, encontram-se em todos os países onde as meninas são colocadas juntas para a instrução, e os sintomas são regularmente uniformes, ainda que variando de intensidade e de caráter, segundo os tempos e os lugares, tomando, às vezes, forma epidêmica (p. 134).

Fica nítida a preocupação de Ellis em advertir à sociedade a respeito da origem da inversão e da responsabilidade, não só da escola, mas dos/as pais/mães que deveriam ficar atentos/as desde os primeiros anos da vida escolar dos/as filhos/as. Segundo o médico, esses comportamentos dúbios, seriam despertados através da convivência, não apenas com as colegas, mas também com as próprias professoras, pessoas do mesmo sexo, o que tornava estes espaços foco de extrema preocupação. No que diz respeito à influência desses espaços

[89] Ainda que socialmente utilizado, o termo "homossexualismo" foi hegemonicamente usado pela medicina até 1990, ano em que deixou de ser considerado doença pela Organização Mundial da Saúde.

no desenvolvimento da inversão sexual nas meninas, o médico brasileiro Viveiros de Castro (1934) também chamava a atenção para:

> Os internatos: Si a vida em commum é perigosa aos rapazes, ainda mais terrível se torna para as moças por causa da natureza essencialmente affectiva da mulher. Ligações se travam entre elas, intimas e estreitas, apaixonadas e vivas. São a princípio platônicas e inocentes, mas depois, com o despertar dos sentidos, com a curiosidade sexual que a puberdade acende, podem facilmente degenerar em amores lesbios. E basta em um collegio uma menina pervertida para contagiar o vicio, por mais severa que seja a vigilância. A infancia é principalmente curiosa e atormentada do desejo de ser considerada já experiente e sabia. Todas por estes motivos querem experimentar a sensação nova que incendeia e abraza, afim de serem logo consideradas mulheres (p. 199).

No discurso do médico, a soma da condição afetiva "natural" da mulher, somada a curiosidade sexual da fase da puberdade e a presença de uma "pervertida", seriam a chave para o desenvolvimento da inversão nas meninas, que, ressalta o médico, escaparia até mesmo do controle da mais severa vigilância. Na mesma direção, Peixoto (1936) também chama a atenção para o período da puberdade, em que:

> A eclosão da puberdade dá, ás meninas, uma tristeza passiva, nostálgica, mística, que determina exageros sentimentais pelas camaradas ou pelas mestras. As impressões morais aí são tão vivas que, segundo uma estatistica de Heller, sobre quarenta suicídios de moças, trinta e cinco se dão durante a puberdade (p. 183).

Tanto no discurso de Ellis, como no de Castro e de Peixoto, torna-se verificável a naturalização das mulheres/meninas como sentimentais e afetivas, ou seja, a "condição natural" feminina de passiva neste caso (e talvez, somente neste) poderia ser algo negativo, um fator de risco para o desenvolvimento de envolvimentos afetivos/sexuais com pessoas do mesmo sexo. Nessa mesma direção, Hélio da Motta (1937) alerta:

> Nascem os factores externos no ambiente familiar, nas convivencias malsãs, nas aproximações com indivíduos de sexo dubio, nos ajuntamentos das corporações quaesquer que sejam, na educação, em summa, despertando uma orientação sexual anormal, por estímulos a uma atividade hormonal opposta e latente. Da mesma fórma, quando esses agentes são evitados e seleccionados e a norma educacional obedece a um rythmo favorável ao desabrochar do instinto, a polarização heterosexual se faz normalmente gradual e precisa (p. 46).

No discurso de Motta, ao se aproximar das correntes que defendiam a origem da homossexualidade como proveniente de fatores externos, chamando a atenção para o risco que alguns espaços representavam, somados a uma educação adequada, a heterossexualidade seguiria seu "rythmo favorável", quer dizer, predestinado e condicionado ao sexo biológico dos/as sujeitos/as.

Identificada a escola como um local de risco para o desenvolvimento do comportamento considerado inadequado, esta deveria sofrer maior vigilância por parte do saber cientista que passara a alertar ainda mais pais, mães e docentes a respeito desse perigo e desenvolveram papel fundamental nas práticas pedagógicas de então, muitas das quais, atrevemo-nos a dizer, se fazem presentes até os dias atuais.

A escola, assim como as instâncias médicas e respaldada pelos saberes desenvolvidos por esta, apresentava-se como um local fecundo para a vigilância e legitimação de práticas normativas, pois, historicamente, era um lugar de disciplina e regramento de corpos e mentes. Segundo Foucault (1987):

> [...] como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis' (p. 133).

Nesse sentido, ao silenciar os corpos e torná-los dóceis, a escola possuía o poder de decisão, e dessa maneira, determinava o que ensinar, quando ensinar e como ensinar, possibilitando seu domínio no processo de aprendizagem e na subjetivação dos corpos. Sendo assim, o ensino tornava-se em apenas uma via, sem o retorno do questionamento, da dúvida, não possibilitando aos/as sujeitos/as o processo de curiosidade, reflexões, questionamentos e descobertas de novas possibilidades.

Embora Iracy Doyle, diferentemente dos demais pesquisadores aqui trazidos, pouco se refira exclusivamente ao espaço escolar, na passagem que segue, a pesquisadora nos instiga a refletir sobre um aspecto importante, no que se refere as preocupações com o contato heterossexual:

> Por mais paradoxal que pareça à primeira vista, os contatos heterossexuais são frequentemente mais criticados pela paciente do que a relação biologicamente menos satisfatória. É que, durante os anos do período formativo, as restrições sexuais nunca afetam, ou só muito raramente o fazem, as preocupações de natureza homossexual, porque as mães, zelosas e estritas, não admitem sequer que as suas filhas possam entreter preocupações de tal natureza. Vigiam-se meninos e meninas quando brincam juntos, mas geralmente não maliciam as amizades das meninas entre si. O resultado é que a heterossexualidade absorve tôdas as restrições morais, que, na nossa cultura, cercam a função sexual. Nos sonhos de Carmen, os enredos heterossexuais acompanham-se da desaprovação materna. Os sonhos de homossexualidade, ao contrário, embora despertassem ansiedade e encerrassem também elementos de crítica, mostravam que a censura não estava relacionada às autoridades do período infantil, mas sim às atitudes do agrupamento social. É como se a paciente dissesse: "Minha família sempre criticou as relações com o outro sexo, e a sociedade não aceita tendências homossexuais (DOYLE, 1956, p. 79).

A reflexão acima, a respeito do caso particular da paciente *Carmen*, nos ajuda a compreender a complexidade que envolvia a sexualidade das meninas. Se, por um lado, havia a preocupação com o contato físico com o sexo biológico oposto, por outro, havia o medo do contato com o mesmo sexo. Esse paradoxo nos aproxima das discussões travadas pelos intelectuais da educação no início do século XX em torno da polêmica da escola mista.

As discussões em torno da escola mista (classes compostas por meninos e meninas) foi uma das discussões que estava nas pautas dos políticos e demais pesquisadores da educação brasileira desde o final do século XIX. Muitos/as defensores/as da continuidade da educação dividida por sexo baseavam-se em princípios morais, ancorados em valores religiosos, ressaltando e legitimando uma educação voltada para as "atribuições" de cada sexo. O projeto da escola mista foi defendido, inclusive, pelo movimento feminista, que justificava: "homens e mulheres eram idênticos em intelecto e habilidades, o que justificava a mesma educação" (ALMEIDA, 2005, p. 64).

É nesse contexto que os saberes da Medicina ganharam sua importância no espaço escolar. Mais do que alertar, era necessário orientar adequadamente os/as educandos/as para a sexualidade considerada correta, normal, emergindo então uma série de livros voltados para a orientação escolar e, mais especificamente, para a Educação Sexual. Esses saberes específicos sobre a Educação Sexual não poderiam ser pensados de forma isolada das outras dimensões, pois precisava ser legitimada por outros fatores como a religião e os valores morais vigentes.

No livro *Orientação Sexual*, a pesquisadora Isabel Junqueira Schmidt (1942) chama a atenção para os objetivos da orientação moral e religiosa:

> Na escola secundária brasileira, a orientação, a orientação ética ou moral terá por objetivo inculcar nos adolescentes os princípios básicos normativos que devem reger o comportamento humano. A orientação religiosa visará fortalecer, na alma adolescente, os ensinamentos religiosos recebidos na família, bem como auxiliar o jovem a vencer as dificuldades peculiares à idade, na aceitação das verdades eternas (p. 79).

No discurso de Schmidt (1942), vê-se presente a responsabilidade da orientação e adequação dos/as adolescentes a um modelo normativo estabelecido, obviamente, ancorado por princípios morais ligados à religião Católica. Sobre a função disciplinar dessa orientação religiosa e sua importância na educação, a autora ainda destaca:

> Função disciplinadora da orientação moral e religiosa – Já temos visto que as causas principais dos distúrbios da adolescência provêm da sua desadaptação, isto é, da sua falta de disciplina física e psicológica às imposições novas que a idade

> acarreta. Disciplinar um adolescente é, consequentemente, facilitar-lhe a adaptação ao meio social, além de ser fator de monta no desenvolvimento de suas faculdades intelectuais (p. 81-82).

Através destes mecanismos de disciplina, uma série de regras e normas deveriam ser investidas sobre os corpos dos/das indivíduos/as, tendo objetivos precisos, conduzindo-os/as ao adestramento e ao controle permanente. Tal empreendimento possibilitaria uma separação objetiva entre os/as sujeitos/as normais e os anormais (FONSECA, 2014)[90]. Tanto que:

> É indispensável, além disso, que a educação sexual se faça na escola, somente quando não tiver sido feita, ou bem feita, dentro da família, pois são os pais os que tem a maior autoridade para tratar da questão. O orientador ver-se-á, no entanto, a braços com problemas originados, não raro, na má compreensão ou no mau emprego do instinto sexual nascente. Apontar aos adolescentes seus perigos e inconvenientes será o primeiro cuidado do orientador, pois muitas vezes as informações que chegam ao jovem sobre estes assuntos, são deturpadas e erradas fazendo-o às vezes incidir em faltas, apenas por não estar bastante esclarecido (SCHMIDT, 1942, p. 97).

O discurso de Schmidt, somado ao dos demais intelectuais aqui trazidos, nos leva a refletir sobre o quanto as questões morais e religiosas deveriam estar presentes na formação dos/as jovens, mesmo diante de um estado laico desde a Proclamação da República (1889)[91]. Indo de encontro a essas compreensões, Iracy Doyle chama atenção para:

> Podemos dizer que a ciência, embora se orgulhe do seu liberalismo, ainda não se libertou completamente dos valores de natureza ética e moral, e porque não dizer religiosa, que fazem parte do acervo cultural de todos os homens do nosso grupo, inclusive dos intelectuais (DOYLE, 1956, p. 15).

Fica nítida a autocrítica feita pela doutora a respeito das questões de ordem moral que envolviam a ciência de seu tempo e os/as intelectuais que eram seus/suas porta-vozes. Essa autocrítica não se limitava às compreensões da sua área (a Medicina) em torno das inversões sexuais, ela ia mais além:

> Mesmo nos livros de ciência, encontramos argumentos que mais se coadunam com a atmosfera das nossas côrtes de justiça, conservadoras por excelência e mais preocupadas em reprimir comportamentos anti-sociais do que em compreendê-los (DOYLE, 1956, p. 15).

---

[90] FONSECA, Márcio. *A época da norma*. Disponível em: http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/a-epoca-da-norma/. Acesso em: 30.09.2014.

[91] As discussões em torno da integração ou retirada dos itens "gênero" e "diversidade" dos Planos Municipais e Nacional de Educação (PNE-MEC) em 2015, só vem a demonstrar o quanto as questões religiosas ainda se fazem presentes em espaços oficialmente laicos, e nos permitem visualizar a escola e demais espaços públicos como espaços de disputa política.

Embora a obra de Iracy se apresente para essa pesquisa como um recurso para a reflexão sobre a invenção da homossexualidade feminina, a forma como a pesquisadora questiona e problematiza as abordagens científicas de seu grupo, nos demonstra o quanto ela estava distante dos demais intelectuais, para quem as expectativas assumidas pelo homem e pela mulher enquanto "sujeito ideais" deveriam reforçar os seus lugares e os papéis a serem desenvolvidos na sociedade. Ou seja, enquanto que à menina deveriam ser destacadas e aprimoradas suas "habilidades natas", como mães e esposas, através de atividades voltadas para essas funções (afazeres domésticos), aos meninos eram destinadas atividades que reforçavam seu papel de futuro pai e provedor do lar, suas habilidades físicas e competitivas e, sobretudo, seu governo e representatividade no espaço público.

Pode-se dizer, que as práticas pedagógicas escolares, presente em livros e manuais voltados para a educação e que tinham como objetivo a formação de um corpo escolar saudável, caminhavam na direção de reforçar ensinamentos androcêntricos e patriarcais, necessários para a manutenção da sociedade moderna, adquirindo a escola responsabilidade profilática diante da inversão sexual, tanto a masculina quanto a feminina.

4.2 O ESPAÇO FAMILIAR: ALICERCE DA SEXUALIDADE *NORMAL*

Conforme verificado anteriormente, as muitas transformações ocorridas no final do século XIX, em relação ao desenvolvimento das cidades, estabeleceram uma nova ordem social e urbana no Brasil. Em contrapartida à família patriarcal[92] como resquício do período colonial e escravista, emerge, também aos moldes europeus, o modelo de família burguesa[93], androcêntrica e fortemente orientada pela divisão socioeconômica do trabalho produtivo (assalariado) e reprodutivo (doméstico, não assalariado). No interior desse modelo familiar, considerada a base moral da sociedade e com os papéis sociais de homens e mulheres bem

[92] Caracterizada pelo forte domínio patriarcal enquanto grupo hierarquicamente organizado, composta pelo patriarca, sua mulher, concubinas e vasta rede de parentescos mantidos por laços de sangue e/ou compadrio num complexo sistema de obrigações e lealdades segundo uma relação de dominação – branco, homem, adulto e proprietário. Ver: FUKUI, Lia Freitas Garcia. Estudos e pesquisas sobre a família no Brasil. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n° 10, 1980.

[93] Apesar das diferenças no que concerne a configuração dos conceitos de família patriarcal e família burguesa pela historiografia, a última não deixou de ser patriarcal, onde a autoridade do marido/pai ainda predominava sobre os/as demais.

definidos, a mulher surge como a guardiã do lar e da família, responsável pelas condutas física e moral dos/as filhos/as. De forma a estabelecer e reforçar esses modelos, o discurso médico/jurídico sobre a família burguesa, somado à escola, também se voltou para a prevenção da homossexualidade feminina e direcionamento/orientação para a sexualidade considerada normal.

O desenvolvimento de pesquisas voltadas para o comportamento sexual não se limitou ao espaço escolar, mas voltou suas lentes também para a família, em outras palavras, se os espaços públicos e a escola deveriam receber a atenção de uma ciência eugenista e higienista, a vida privada da família precisava igualmente ser vigiada. Segundo Rachel Soihet (1989) "a higienização da família com vistas ao estabelecimento da saúde física e psíquica, garantindo uma prole saudável e uma futura classe dirigente sólida e respeitosa das leis, dos costumes, das regras e convenções, é o objetivo" (p. 113).

Como fora dito antes, era necessário que os diferentes saberes responsáveis pela elaboração dos comportamentos normais se articulassem para que esses objetivos fossem alcançados. A intelectualidade brasileira que se encarregava da invenção da patologia da homossexualidade feminina, também voltara-se para as possíveis formas de prevenção da inversão, a exemplo do próprio Leonídio Ribeiro (1938), que destacava:

> Essas providencias[94] lembradas pelo psicanalista de Viena são indispensáveis, sobretudo nos casos em que se mostram evidentes as influencias do máu ambiente familiar, não só desencadeando, como alimentando ou agravando, as tendências e predisposições ligadas a causas de natureza congênita. Para isso, é indispensável o estudo preliminar e completo da personalidade da creança por meio de testes e exames feitos por especialistas, maximé de suas doenças físicas, das aptidões, e do caráter, quer esteja sofrendo a influencia do meio familiar, da escola ou dos internatos. Só assim será possível o conhecimento de cada caso concreto, de acordo com as modernas ideias das escolas constitucionalista e biotipológica, não só do ponto de vista medico, como psicológico e pedagogico (p. 177).

No trecho acima, extraído do capítulo denominado *Tratamento médico-pedagógico* do livro *Homosexualismo e Endocrinologia*, podemos observar que mesmo sendo Ribeiro um

---

[94] Refere-se às palavras de Willem Stekel, ao qual Ribeiro considerava um dos grandes mestres da psicanálise, onde afirmava: "Afirmo que ninguém nasce homossexual, mas se torna homossexual, em virtude de uma educação errada. O meio e a sua influência nefasta é que forma os homosexuaes [...] Posso provar, com um exemplo frisante, como a acumulação de erros na educação de uma criança a empurra numa direção homosexual. Minha experiência ensina, como força de convicção, que a homosexualidade é curável e cede ao poder de uma direção psicológica competente [...] A relação de forças entre o pae e a mãe representa também papel importante. Atraz da homosexualidade oculta-se o medo, em face da mulher. Nos lares em que a mãe é senhora absoluta, pode se formar, na alma do menino, uma tendência a nunca se submeter a uma mulher" (STEKEL, p. 176).

dos sustentadores da ideia de que a homossexualidade tinha origens endócrinas, este acreditava que o desvio poderia ser potencializado (ou despotencializado) pelas questões sociais, externas aos/as sujeitos/as. Nesta direção, a importância da educação, tanto escolar como familiar no processo de formação dos/as indivíduos/as, aparece em vários momentos no discurso do médico:

> As observações e pesquisas de muitos anos, que realizei, sobre o assunto, me convenceram de que as influências da educação são decisivas, no aparecimento da homossexualidade. Por isso, desejo alertar os pais para que evitem os erros pedagógicos que irão privar os jovens dos elementos capazes de permitir a formação da sexualidade normal. É um perigo orientar a criança em hábitos do sexo oposto (RIBEIRO, 1935, p. 92).

Cabe ainda destacar que o médico foi um dos defensores da escola mista como alternativa à prevenção da homossexualidade, uma vez que desta forma coibiria o contato físico entre estudantes do mesmo sexo. A influência do meio social/cultural na formação da homossexualidade era reforçada pelo médico, daí a importância de chamar a atenção dos pais e mães para isso. A responsabilidade da escola é dividida com a família, porém, a figura da mãe (personagem central na orientação de crianças no modelo de família burguesa androcêntrica) é ressaltada e surge em muitos discursos como a responsável pelo sucesso ou falência da criação considerada adequada, normal. Ao chamar de "conceitos admiráveis de Marañon", Ribeiro chama a atenção para os escritos do autor em que afirma:

> A vida sexual deve ser considerada como uma sagrada necessidade, fonte que é das mais nobres alegrias do homem, e, porisso mesmo, carecendo de ser reservada para uma idade propicia e não malbaratada, desde os primeiros tempos de puberdade. A mãe – **suprema escultora da alma dos filhos** – é quase sempre a responsável, atrevemo-nos a afirma-lo, da homossexualidade e, em geral, dos demais transtornos do instinto de um varão (MARAÑON, s/a, p. 179. Grifos nossos).

Ao trazer Marañon, Ribeiro reforça essa compreensão em torno da mãe como a responsável pelo futuro das crianças. Em seu livro *Eunice e a educação da mulher*, o médico Afrânio Peixoto (1944) também afirma: "A educação é uma longa sequência de atos e hábitos, ordenados e úteis. A mãe educada começou a educar a sua derivação, o filho, que cria sadiamente nas suas entranhas e criará **sadiamente** vindo à luz: tudo isto é educação" (p. 268. Grifo nosso).

A criação "sadia", obviamente, estava associada a criação e educação a partir das expectativas assumidas em torno dos papéis socioculturais definidos pelos sexos biológicos das crianças, de forma a direcioná-los/as para a sexualidade "normal", através de atividades

que reforçassem as expectativas desenvolvidas por homens e mulheres. Dito de outra maneira, de forma a evitar o desenvolvimento da homossexualidade nas crianças, era necessário educá-las em hábitos "naturais" de seu sexo biológico. Hábitos esses que reforçavam o papel da mulher como esposa, mãe e cuidadora, obviamente, subalternizada ao marido. No livro *A creança Problema*, o médico Arthur Ramos (1939) seguia na mesma direção:

> A aversão da mulher ao homem pode estar ligada ainda á hypothese psychanalysta de que a mulher considera a feminilidade uma castração, uma mutilação, e cresce dentro deste complexo de inferioridade. Ella refugia-se então na amizade homossexual, que pode ter ou não tintas eróticas. Na adolescência, isso é muito comum nessas amizades apaixonadas, principalmente nos internatos, em que as meninas trocam apelidos carinhosos, escrevem-se bilhetinhos cheios de ternura, e ás vezes se tornam amorosas das suas próprias mestras (p. 291).

Essa afirmação de Ramos e as demais responsabilidades de pais e, sobretudo, mães no surgimento da inversão sexual está ancorada em suas interpretações sobre os estudos de Freud e sua teoria a respeito da sexualidade feminina, em que a mulher é apresentada como portadora de uma sexualidade inferior se comparada ao homem, estigmatizada pela ausência e inveja do pênis: "Na menina, o complexo de castração despertado pela visão do pênis nos meninos a levará a um sentimento de inferioridade e a querer compensar sua falta pela inveja do pênis" (SILVA; FOLBERG, 2008, p. 51). Durante muito tempo, essa teoria buscou explicar e fundamentar as origens de alguns distúrbios femininos, inclusive a histeria e a homossexualidade.

De uma forma geral, como fora visto, a psicanálise influenciou médicos/as, psicólogos/as e educadores/as no início do século XX, que passaram a utilizar a teoria freudiana, tanto em suas pesquisas como em análises clínicas de pacientes. Nessa direção, pode se dizer que a psicanálise freudiana também esteve muito presente na direção tomada pelas conclusões de Iracy Doyle em suas conclusões sobre a homossexualidade feminina. Segundo Caetano (2011), as interpretações e análises feitas pela psicanalista seguiam os caminhos de Freud, provavelmente por ela não ter lido a autobiografia do "pai da psicanálise" lançada em 1935, na qual Freud teria afirmado que "as cognições sobre a sexualidade infantil que ele havia adquirido ao estudar os homens, mesmo sendo visto o paralelo com mulheres como algo natural, se revelou sem fundamento" (p. 89).

Mesmo partindo de uma análise de abordagem psicanalítica e sem ter lido a autobiografia de Freud, Doyle dispara algumas críticas em relação ao autor:

> Para êle, a mulher não passava de um homem castrado, ansiado e deprimido pela falta do apêndice precioso. Incapaz de sentir a significação emocional das funções femininas, postulou que tôdas as realizações da mulher, até mesmo a maternidade, representavam esforços desesperados para compensar a castração biológica. Como diz a Dra. Clara Thompson, "Só um homem poderia exprimir-se dêsse modo em relação à mais nobre função feminina." (DOYLE, 1956, p 116).

Sem querermos entrar na discussão da supervalorização que a maternidade ganha no discurso de Clara Thompson, trazida por Doyle (afinal, segundo as feministas contemporâneas, essa determinação biológica seria uma das formas pelas quais as mulheres são oprimidas pelos homens), podemos observar que ela se utiliza da fala de sua orientadora para relativizar o discurso androcêntrico de Freud. Essa importante revisão feita por Iracy sobre as bases da Psicanálise se fizeram presente nas suas conclusões e contribuições a respeito da homossexualidade feminina.

Ao trazer as características da realidade de *Carmen* e caracterizando as figuras representadas pelos pais da paciente analisada, a pesquisadora ressalta, (inicialmente do pai): "era extremamente dominador, grosseiro, e não raro externava a opinião desfavorável que tinha das mulheres, consideradas por ele como criaturas inferiores" (DOYLE, 1956, p. 26). Segundo a psicanalista, os sentimentos que a paciente sentia pelo pai eram "medo, rebelião e inveja", enquanto que sobre sua mãe, destaca: "A mãe de Carmen ocupava papel muito secundário na família: Medrosa do marido, bastante devotada aos trabalhos da casa, era fria ou pouco demonstrativa" (DOYLE, 1956, p. 27). A partir desses dados, a psicanalista faz algumas afirmações a respeito da homossexualidade feminina:

> Se o progenitor do sexo oposto molda a imagem do futuro objeto heterossexual, o progenitor do mesmo sexo serve de modelo à identificação pessoal. Identificação implica sempre em admiração. Conforme exprimia uma de minhas pacientes: - "Eu tinha que me identificar com o meu pai; todo mundo admirava-o, ao mesmo tempo que desprezava a minha mãe." - Portanto, para o desenvolvimento harmonioso da menina, **é também imprescindível a presença, no grupo familiar, de uma figura feminina, maternal, que se imponha como exemplo a ser imitado; que interprete a feminilidade como algo digno quanto à masculinidade; que não se apresente como criatura humilhada de cabeça baixa, resignada e amedrontada, como a mãe de carmem, capaz de desencorajar qualquer identificação, traduzida pela paciente como suicídio psicológico** (DOYLE, 1956, p. 107. Grifos nossos).

Essas conclusões, associam a origem da homossexualidade feminina como uma forma de rejeição à passividade percebida na figura materna e admiração e aproximação do poder e autoridade encontrados na figura paterna, logo, modelo a ser seguido. Assim, contrariando as conclusões dos intelectuais que a sucederam, Iracy concluiu que:

> No que concerne à atmosfera emocional do período formativo na neurose homossexual, consideramos como fatores favoráveis ao seu desenvolvimento tôdas as pressões culturais subscritas pelo ambiente do lar, capazes de levarem a menina a sentir ansiosamente a desvantagem da sua condição. Entretanto, os fatôres dinâmicos mais potentes são os que colorem as relações da criança com os progenitores de ambos os sexos. **A personalidade materna deve ser de molde a estimular a identificação feminina.** O pai oferece à filha a conceituação precoce – que persiste no plano emocional – dos representantes do outro sexo (DOYLE, 1956, p. 138. Grifos nossos).

Diferentemente das conclusões de Freud que associavam a homossexualidade feminina a um "complexo de castração", Iracy desloca essa compreensão do falo (biológico), e problematiza as questões culturais que estão por trás das construções sócio-históricas dos modelos de homem e de mulher. Seguindo essa perspectiva, a "neurose" da homossexualidade deveria ser pensada a partir de outra ótica, uma vez que deve ser levado em conta os fatores culturais que envolvem o desenvolvimento das mulheres, onde:

> Sob pressões tão potentes, sujeita a limitações de toda a ordem, a mulher do grupo ocidental apresenta-se como algo complexo, em que se confunde o genuinamente biológico e o socialmente adquirido. A mulher é passiva, dizem os tratados clássicos; mas não se pode negar que a cultura lhe exige passividade, pois não reconhece o seu direito à agressão [...] A situação de dependência que a mulher deve aceitar, para viver de acordo com as instituições sociais, não pode ser assimilada sem ansiedade. Precisamos pensar que existe, em relação ao sexo feminino, verdadeira fusão entre o aspecto profissional e o amoroso. O marido é, ao mesmo tempo, o patrão, que paga indiretamente, com ou sem salário disfarçado em mesada (DOYLE, 1956, p. 128-129).

A problematização trazida por Iracy no excerto acima nos leva a traçar um diálogo íntimo com as contribuições de Monique Wittig (2002) em torno da categoria Mulher. Conforme apresentado no ensaio teórico dessa dissertação, para esta autora, tal categoria é o produto que impõe às mulheres a obrigação absoluta de reproduzir a sociedade heterossexual. Nela, o contrato do matrimônio torna-se uma das formas pelas quais os homens se apropriam das mulheres (por lei) e se fazem homens, assim como as mulheres se constituem em um par complementar e assimétrico intrínseco, uma vez que a esposa pertence ao marido enquanto pessoa física, sujeita ao trabalho não remunerado e à violência sexual e doméstica, entre outras formas de violência e dominação masculina.

Uma breve reflexão sobre os discursos proferidos pelos intelectuais homens do início do século XX, nos leva a perceber o quanto era necessário reforçar o lugar dessa mulher subalternizada através do reforço de práticas domésticas, inclusive como alternativa para reprimir o desenvolvimento da inversão sexual. No livro *A educação da mulher,* Afrânio Peixoto (1936) questiona:

> Qual a vantagem de serem eleitoras, se nem sequer se pode experimentar possam ser boas deputadas, ou ministras, governadoras ou presidentes? Certo, houve boas rainhas; seguramente, não entronizadas por outras mulheres... (p. 197).

Além de colocar em xeque a capacidade intelectual das mulheres, no pequeno excerto fica legível a intenção de Peixoto em condicioná-las ao espaço privado do lar, reforçando os espaços ocupados por homens e mulheres na sociedade: o espaço público destinado ao homem (racional) e o privado à mulher (emotiva e frágil).

As reflexões trazidas por Iracy, e que tocam em assuntos caros aos homens, estavam fortemente influenciadas pelas contribuições de pesquisas antropológicas importantes à época, a exemplo dos trabalhos de Margaret Mead[95]. Nestas investigações transformadas em obras, Mead apresenta e defende argumentos que faziam cair por terra os discursos essencialistas que associavam a mulher às condições de passivas e frágeis, e que naturalizavam práticas patriarcais. Desestabilizar esses discursos, significava desestabilizar também o que fora dito sobre a inversão sexual das mulheres, afinal, conforme afirma Nádia Nogueira (2005):

> A construção masculina do lesbianismo, realizada por chefes de polícia, médicos, higienistas e juristas – apagou outras possibilidades de nomear essa forma de relacionamento afetivo e sexual – recoberta por imagens e metáforas assustadoras. A *lésbica* foi construída pelo discurso misógino e excludente como um fantasma, na figura da *virago*, *tríbade*, *invertida*, *vampira*, mulheres que supostamente se desidentificam com o feminino criado pelos homens (p. 17).

Como fora dito, esse feminino criado no ideário discursivo dos homens carregava toda a compreensão baseada na interpretação da mulher que fora construída no decorrer do século XIX, associada à maternidade, reprodução e sensível. Sendo assim, interpretamos as contribuições da Doutora Iracy Doyle como uma alternativa progressista para o período, uma vez que, mesmo atribuindo à homossexualidade o título de "problema", apresentava a inversão sexual feminina como uma alternativa para as mulheres (que até então eram subalternizadas) romperem com a condição passiva de esposas e mães. Essa interpretação ia na contramão dos demais cientistas que se comprometeram em estudar a homossexualidade

[95] Margaret Mead (1901-1978) foi uma antropóloga norte-americana que ficou conhecida pelas suas pesquisas e observações realizadas em diferentes culturas. Nelas, Mead coloca em xeque as diferenças biológicas entre homens e mulheres e reflete sobre a importância das questões culturais. Destacam-se na Obra de Iracy as contribuições dos livros *Sex and Temperament inThree Primitive Societies* (1935), *Male and Female – A Study of the Sexes in a Changing Word* (1949) e *Anthropological Data on the Problem of Instinct* (1953).

feminina, e que, em seus discursos, fortaleciam as atribuições de papéis pautados pelas diferenças biológicas, reforçando as representações sociais de homens e mulheres.

Embora Iracy se distancie dos demais estudiosos a respeito dos possíveis caminhos de cura para a patologia, ambos/a voltaram suas análises para os espaços considerados educativos, como a família e a escola, que ganharam a centralidade de seus discursos em torno da prevenção e cura da homossexualidade, onde pais, mães e demais profissionais da educação deveriam estar preparados/as para o enfrentamento da doença.

Podemos afirmar que o que mais diferencia Iracy dos demais autores (na sua maioria homens) é que, para ela, a homossexualidade feminina emerge como uma resistência a subalternidade reforçada pelas funções atribuídas ao universo das mulheres, aquilo que é entendido pelos demais autores como algo que possibilitaria a cura. Ou seja, para os intelectuais aqui trazidos, quanto mais a menina fosse orientada desde a infância nas funções atribuídas como natural ao seu sexo, menor seria a chance dela desenvolver a inversão sexual.

Os discursos da intelectualidade aqui trazidos em diálogo com o de Iracy nos mostram o quanto residem, em suas intenções, que a população fosse disciplinada através de diferentes tecnologias e dispositivos com propósitos bem definidos. Tais propósitos, correspondiam a esforços que visavam reforçar a heterossexualidade como algo natural. Pode se dizer, que em sua grande maioria, acreditavam na importância da família, e mais ainda, nos papéis desempenhados por pais e mães na educação das crianças como fundamental para a prevenção da homossexualidade e reforço da sexualidade considerada normal. Percebe-se ainda, nos discursos defendidos pela intelectualidade, que a escola foi um espaço estratégico de definições/execuções político-institucionais de modelo de cidadania que, por sua vez, em um exercício de governo, visava regular e produzir corpos masculinos e femininos assimétricos e heterocentrados. A heterossexualidade assimétrica e androcêntrica era a meta social nos discursos científico-educativos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao nos voltarmos para o objetivo com o qual iniciamos esse trabalho, assim como a trajetória percorrida para persegui-lo, foi possível chegar a algumas conclusões. Essas, mais do que pontos de chegada, tornaram-se para nós (e esperamos que para os/as que tiverem acesso, também) inquietações, ponto de partida para futuras pesquisas e reflexões.

Ao estabelecermos um diálogo entre Literatura e História, a partir da riqueza do texto de Azevedo, trazido para ilustrar e fornecer o cenário do contexto político-econômico-social de nosso material de investigação, foi possível o entendimento e a compreensão dos fatores que levaram o corpo do homem e da mulher a serem lócus de investigação científica, ou seja, os condicionantes sociais que possibilitaram a emergência dos discursos encontrados nas fontes documentais aqui analisadas. As diferentes transformações ocorridas nos grandes centros urbanos, e as novas configurações sociais oriundas deste processo, levou a elaboração de rígidos códigos sociais que deveriam orientar, não somente os espaços públicos, como também a intimidade do lar e a dos/as indivíduos/as.

Se, por um lado, o discurso republicano brasileiro em torno da cidadania, presente na base dos Estados Modernos Ocidentais, buscava inserir os/as até então marginalizados/as, numa tentativa de apagar os traços coloniais e escravistas (frente as demandas políticas e econômicas capitalistas de então), por outro, essa "inserção" levou a elaboração de diferentes discursos científicos que visavam garantir a manutenção do *status quo*. Mesmo que negros e negras, mulheres e homens homossexuais e demais marginalizados/as fossem contemplados pelo discurso de cidadania, estes deveriam manter-se como o outrem do ideário do sujeito universal (Homem, heterossexual, adulto, branco, proprietário, etc...), sujeito este responsável pela elaboração dos referenciais de normalidade/anormalidade que orientaram os princípios epistemológicos da ciência de então. Se com a Proclamação da República e, mais adiante, com o estabelecimento do Estado Novo em 1937, os discursos em torno da cidadania buscavam "incluir" os que estavam à margem do modelo de cidadão, tal inclusão passava antes pela invenção e reforço de identidades entendidas como anormais e que precisavam ser reguladas através da Medicina, do Direito e da Educação.

Ao questionar a história da construção dos discursos sobre a homossexualidade feminina, observando-os sobre diferentes aspectos, podemos denunciar tanto o caráter androcêntrico da própria linguagem como também o das instituições que foram historicamente autorizadas a dizer, falar sobre, e com isso, produzir e regular o corpo

homossexual feminino[96]. Ao elaborar uma série de características que davam identidade e criavam esse corpo, assim como uma performatividade específica para este, foi possível verificar que essa invenção estava inserida em uma lógica heteronormativa, em que a invertida surgia como a outrem da mulher normal. A religião judaico-cristã que durante séculos regulava os discursos sobre as mulheres invertidas, passou a dividir espaço com as verdades produzidas pela ciência. De pecadora foi agregado a esse corpo outra marca, a identidade de doente. O estabelecimento desses critérios, legitimados e respaldados pela autoridade científica, mais do que inventar a identidade "doente", apresentou-se como autoridade também na elaboração das medidas profiláticas que se voltaram para os diferentes espaços e práticas educativas, onde a família e a escola tornaram-se alvo do investimento.

Se, por um lado, o discurso de Iracy se encontrava com o dos demais intelectuais no que diz respeito a caracterização da homossexualidade feminina como patologia, assim como a importância dos espaços educativos no seu surgimento e desenvolvimento, é discrepante suas considerações em relação aos condicionantes que levavam ao desenvolvimento da homossexualidade na mulher. Enquanto que os discursos desses intelectuais tentavam convencer de que a origem da homossexualidade feminina era oriunda de uma má criação que afastava a menina dos referenciais de feminilidade (então "naturais": sensível, maternal, subalternizada), Iracy Doyle, em uma atitude inovadora, afirmou o contrário: a homossexualidade feminina como uma possibilidade de subversão dessa mulher passiva e resignada, daí a importância e centralidade de sua obra nesse trabalho.

Esse importante deslocamento de paradigma, acreditamos, só se tornou possível devido ao fato de ter sido desenvolvido por uma mulher em um espaço que até então era monopolizado por homens. Essa "sensibilidade" que acreditamos ter orientado as pesquisas e compreensões de Iracy Doyle sobre a homossexualidade feminina, não pode ser confundida como aquela mesma que sustentava os discursos em torno da mulher como sensível, maternal, etc. mas justamente o contrário: suas compreensões e conclusões se tornaram possíveis por ter sido ela atravessada por esses estigmas e ter consciência das diferentes formas de opressão que estavam por trás dos comportamentos das mulheres de seu tempo.

---

[96] Entendemos que o discurso científico produziu regulações sobre todos os corpos, não somente os homossexuais, porém, aqui, o que tomou a centralidade de nosso exame foi o corpo homossexual feminino.

Se o corpo e a sexualidade da mulher (e o que sobre eles se diz e se impõe) como vimos, foram/são campos de disputa política, também o são as instituições científicas que lhe tentavam/tentam governar: Medicina, Direito, Educação, etc. Diante disso, ressaltamos a necessidade e a importância de trabalhos desenvolvidos **sobre e pelas** as chamadas minorias ou identidades marginais, para que, num exercício de liberdade, deixem de ser marginais e possam tornarem-se não mais o "outrem", aqueles/as que tem seus corpos examinados e dissecados por desestabilizarem os discursos hegemônicos, mas os que também possuem o direito privilegiado da fala, numa tentativa de destituição daqueles que, durante muito tempo, estiveram à frente da produção do conhecimento, utilizando estes na manutenção e garantia de seus privilégios.

A partir da perspectiva foucaultiana sobre a Análise de Discurso e as ricas reflexões possibilitadas pelos Estudos Culturais de inspiração lesbofeminista, foi possível compreender, no decorrer da investigação, os discursos científico-educativos sobre a homossexualidade feminina como estratégias biopolíticas da governamentalidade. A partir dessas análises, pode-se perceber, que esses discursos objetivaram garantir a elaboração e reprodução de corpos saudáveis, heterocentrados, de forma que servissem aos interesses do Estado e seu projeto científico civilizatório imposto à sociedade.

Ao final, me colocando neste momento em primeira pessoa do singular, acredito ser indispensável registrar os limites e as marcas deixadas em mim por essa pesquisa. Desde os primeiros passos, a busca por trabalhos que se aproximassem de meu tema de estudo me levou a concluir que não seria uma tarefa fácil, visto que o material empírico de investigação, as fontes, pouco haviam sido utilizadas para a produção de dados dessa ordem. Superado esse desafio, após a localização das fontes, foi necessário buscar os referenciais teóricos e metodológicos que aproximasse o tema de investigação e minhas convicções, de forma a manter uma coerência e honestidade acadêmica. Apesar disso, ao final deste, tenho clareza de que as principais marcas deixadas por esse investimento referem-se as desconstruções que foram possibilitadas através das reflexões propostas pelos estudos feministas, que me permitiram perceber o quanto meu olhar de pesquisador homem, apesar dos esforços, ainda estava carregado de uma visão androcêntrica e heterossexista, uma vez que fui/sou produto de uma sociedade ainda heteronormativa assimétrica.

Acredito ainda, que de nada ou muito pouco valeria todo esse investimento, tanto pessoal como institucional, se as reflexões proporcionadas por esta não dialogassem com a sociedade atual e os desafios que se apresentam. Ao nos voltarmos para a História da

Educação em interação com a História da Ciência e as problematizações proporcionadas por esse encontro, podemos perceber o quanto os discursos contemporâneos, que com frequência interpelam os/as sujeitos/as (na escola e fora dela), lhes instituindo modelos e identidades a serem perseguidos, ainda estão carregados de visões religiosas e moralistas em torno das sexualidades. Não obstante, também é possível localizar nesses discursos a tentativa da associação da homossexualidade à doença, seja através da defesa da "cura gay"[97], seja através da frequente busca científica pela possível "origem da homossexualidade". A naturalização de algumas categorias que foram/são construídas historicamente pela Medicina, Direito e Educação, como sexo, raça, gênero, encontram muitas vezes no discurso religioso fundamentalista um local fecundo para a disseminação de práticas heterossexistas, racistas e lesbo/trans/bi/homofóbicas, uma vez que desconsideram o caráter de transformação pelos quais passaram (e continuam a passar) tais categorias.

Desta forma, a História se apresenta como uma importante ferramenta de relativização, tanto dessas categorias, como dos próprios discursos que a sustentam, além de demonstrar quão longe ainda estamos de uma sociedade democrática e libertadora, que respeite as identidades individuais e coletivas. Ou, numa atitude ousada, permita que os coletivos e movimentos sociais percebam o quanto a tão reivindicada "cidadania" é, na sua origem, masculina, branca e proprietária, logo, o que a gente quer talvez ainda não tenha nome e precisa ser construído de uma vez, para que as chamadas "minorias" possam, cada vez mais, serem produtoras de conhecimento e não mais o objeto deste.

[97] Decreto Legislativo 234 encaminhado pelo deputado federal João Campos (PSDB-GO) que propunha sustar a aplicação do Parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Além do decreto, a derrubada pela Câmara dos Deputados de itens como "gênero" e "livre orientação sexual" do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020) do Ministério da Educação (MEC), que possibilitaria uma maior abertura para a abordagem de temas como "sexualidade" e "gênero" em sala de aula, demonstram o quanto a educação e a sexualidade são campos de disputa política e tensionamentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Co-educação ou classes mistas? Indícios para a historiografia escolar (São Paulo – 1870-1930)*. Brasília: Rev. Bras. de Estud. Pedagógicos, vol. 86, n° 213/214, 2005. P. 64-78.

ARAÚJO, Manoel. *A arte da sedução:* sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das Mulheres no Brasil. 8 ed. – São Paulo: Contexto, 2006. p. 45-77.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault e a crítica do sujeito. Curitiba-PR: Ed. da UFPR, 2000.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo*? E outros ensaios. Chapecó, SANTA Catarina: Argos, 2006.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Porto Alegre: Movimento, 1981.

BARTRA, Eli. *Acerca de lá investigación y la metodología feminista*. In: EVERARDO, M. R.; GRAF, B.; PALACIOS, F. F. (Orgs.) Investigación Feminista: Epistemología metodología y representaciones sociales. México: Colección Debate y Reflexión, 2012. p. 141-158.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*: A experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BLANCARTE, Roberto. El porqué de un Estado Laico. In: BLANCARTE, R. (Org.). *Los retos de laicidade y la secularización en el mundo contemporáneo*. 1ª ed. México, D.F.: El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2008, p. 29-46.

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero*: Feminismos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

_____. Variaciones sobre sexo y género. In. LAMAS, Marta. El género: la construcción cultural de la diferencia sexual. Ciudad de México- México: UNAM-PUEG, 2003b. p. 303-326.

CAETANO, Marcio. *Gênero e Sexualidade*: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares. 228f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, 2011.

_____. BECK, Dinah Quesada. *HOMMES DE LETTRES E A HOMOSSEXUALIDADE*: Discursos e pedagogias na primeira metade do século XX. Revista Teias v. 15. n. 38, 2014. p. 75-90.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*: O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. *A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal:* debates sobre Ciência e Assistência Psiquiátrica (1907-1933). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2014. 234 páginas.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *O Movimento Feminista no Brasil*: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete Pereira de. PISCITELLI, Adriana. MALUF, Sonia Weidner. PUGA, Vera Lucia. (Orgs.). Olhares Feministas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. p. 51-82.

COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil*: um corte ideológico. Rio de Janeiro, Xenon, 1989.

_____. *História da Psiquiatria no Brasil.* Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão*: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930) Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

_____. *Psiquiatria e feminilidade*. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006, p. 322-361.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas*: os populares e o cotidiano no amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FACCHINETTI, Cristiana. "O brasileiro e seu louco: notas preliminares para uma análise de diagnósticos". In NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 295-307.

FARIAS, Itamar Mazza de. *A orientação Educacional, seus pressupostos e sua evolução no sistema escolar brasileiro.* Uberlândia: Revista Educação e Filosofia, 1990, p. 79-95.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FEMENÍAS, María Luisa. A crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir. In.: *Dossiê Simone de Beauvoir*. Belo Horizonte: Sapere Aude. Vol. 3 - n. 6. 2012. p. 310-339.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Foucault e a análise do discurso em educação*. In.: Cadernos de Pesquisa, n° 114. Campinas: Ed. Autores Associados, 2001, p. 197-223.

FIGARI, Carlos. *@S OUTR@S CARIOCAS*: Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro século XVII ao XX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Gral, 1999.

_____. *Verdade e Subjetividade*. In: Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Edições Cosmos, nº 19, dez, 1993, p. 203-223.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

_____. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade." In: *Ética, sexualidade e política, por Michel FOUCAULT*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. P. 264-287.

_____. *Sexualidade e poder*. In: _____. MOTTA, Jamoel Barros da (Org.) Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 56-76. Coleção: Ditos e escritos.

_____. *Em defesa da sociedade* - Aula de 17 de março de 1976. São Paulo: Martins fontes, 2005.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 14ª ed. 2006.

FONSECA, Márcio. *A época da norma*. São Paulo: Revista Cult, 2014. Disponível em: http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/a-epoca-da-norma/. Acesso em: 30.09.2014.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Estudos e pesquisas sobre a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n° 10, 1980.

FURLANI, Jimena. *O bicho vai pegar!* Um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005, 232 páginas.

GREEN. James N. *Além do Carnaval*: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

GOELLNER, Silvana. *A produção cultural do corpo*. In: LOURO, GUACIRA *et al* (Org.). Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 28-40.

HENNING, Paula Corrêa. *Profanando a ciência*: relativizando seus saberes, questionando suas verdades. Currículo sem Fronteiras, v.7, jul./dez. 2007. p. 158-184. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss2articles/henning.pdf>. Acesso em: 24/11/2014.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HUISMAN, Denis. *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

INSTITUTO DE MEDICINA PSICOLÓGICA. *Boletim Interno*: número histórico comemorativo dos 30 anos do Instituto de Medicina Psicológica. Rio de Janeiro, 1982.

JOHNSON, Richard. *O que é, afinal, Estudos Culturais?* 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JÚNIOR, Paulo Marreiro dos Santos. *Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara*: 1890-1917. Revista de História Regional, 2005. P. 87-108. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2217/1698. Acesso em: 13.02.2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORI, Mary (org.) História das mulheres no Brasil. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 443-481.

_____. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LAURETIS, Teresa De. *A Tecnologia do Gênero*. HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-237.

LOCKMANN, Kamila. *Vontade de nomear, vontade de normalizar*: a articulação entre medicina e educação como estratégias biopolíticas. In: Seminário da ANPAE Região Sul: Gestão e Políticas Públicas de Educação: desafios atuais, 2012, Pelotas- RS. Anais do Seminário da ANPAE Região Sul: Gestão e Políticas Públicas de Educação: desafios atuais. Pelotas: FAE/UFPEL, 2014. v. 1. p. 1-1.

MASSIMI, Marina. *História das ideias psicológicas no Brasil em obras do período colonial*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, USP. São Paulo, 1984, 183 páginas.

MOGROVEJO, Norma. *Um amor que se atrevió a decir su nombre*: La lucha de las lesbianas y su relación com los movimientos homosexual y feminista em América Latina. México: Plaza y Valdes, 2000.

NARVAZ, Marta; NARDI, Henrique Caetano. *Problematizações feministas à obra de Michel Foucault*. Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza – vol. VII – Nº 1 – Mar/2007, p. 45-70.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2001.

NOGUEIRA, Nadia. *Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop*: Amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960. Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo; CARDOSO. João Escobar J. *A Reforma Capanema e a Hegemonia do Ensino de Literatura*. Revista HELB. Nº 4. Brasília: 2010.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PAIM, Isaías. *Psiquiatras Brsileiros*. Ed. Oeste de Campo Grande, MS. 2003.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria: Iracy Doyle Ferreira (1911-1956). Psychiatry on line Brasil. Vol. 15. Nº 2. 2010. Disponível em: http://www.polbr.med.br/ano10/wal0210.php. Acesso em: 19/03/2015. (s/nº de páginas).

PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

POLLOCK, Griselda. *Missing women. Rethinking early thoughts on images of women*. In: Squires, C (ed.) The critical image. Seatle: Bay Press, 1990.

RAGO, Luzia Margareth. *Imagens da prostituição na Belle Époque Paulistana*. 1992. 1 a Conferência Internacional sobre Moças, Alice in Wonderland: Transitions and Dilemas. Amsterdã: 1992. Disponível em: http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu01.04.pdf. Acesso em: 20.05.2012. p. 31-44.

REIS, Giselle Volpato dos. *Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920-1950*: um estudo sobre a obra de Francisco Albuquerque. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista ― Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Araraquara. 2006, 92 páginas.

RICH, Adrienne. *La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne. In : Nouvelles*. Questions Féministes, Paris : Tierce, n.1, p.15-43, mar. 1981.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Entre a ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil*. Ed. Universidade de Salamanca, Hist. Educ. 2009. p. 109-134.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença*: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira**.** *História da Educação no Brasil*. 56º ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

1984.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SALGADO, Martha Patrícia Castañeda. *Etnografía Feminista*. In: EVERARDO, M. R.; GRAF, B.; PALACIOS, F. F. (Orgs.) Investigación Feminista: Epistemología metodología y representaciones sociales. México: Colección Debate y Reflexión, 2012, p, 38-52.

SAMARA, E.M.; MATOS, M.I. *Manos femeninas*: trabajo y resistência de las mujeres brasileñas (1890-1920). In: DUBY, G.; PERROT, M. *História de las Mujeres*. v. 10. Espanha: Taurus, 1993, p. 20-42.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar, Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista?. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Coleção Bahianas, 2002, p. 25-38. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismocienciencia.pdf>. Acesso em: 20/08/2015.

SÁ-SILVA, J.R.S; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. *Pesquisa documental*: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Ano 1, n.1, jun., 2009, p. 1-15.

SEVCENKO, Nicolau. *Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: NOVAIS, F. A. (Coord.) História da vida privada no Brasil. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-48.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças* – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Jackson Ronie Sá da. *"Homossexuais são..."*: revisitando livros de medicina, psicologia, e educação a partir da perspectiva *queer*". Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo. 2012. 401p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade*: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Denise Quaresma da; FOLBERG. Maria Nestovsky. De Freud a Lacan: as idéias sobre a feminilidade e sexualidade feminina. *Estudos de Psicanálise*. Nº 31. Salvador: 2008. p. 50-59.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Washington Luis. *Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault*. Revista Múltiplas Leituras, v. 4, 2, 2011, p. 103-124.

STEPHANOU, M. *Discursos médicos e educação sanitária brasileira*. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil. v. III: Século XX. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades brasílicas*: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 1997 p. 221-274.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades*. Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [34]: 83 - 94, setembro/dezembro 2009.

VIANA, Márcia Regina. *Liberdade e existência*: os movimentos do existir em Simone de Beauvoir. São João Del Rei: Revista Estudos Filosóficos nº 5, 2010. Pág. 118-129.

WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual y otros ensayos. Barcelona – España: Egales, 2006.

_____. O Pensamento Hetero. 1980. Disponível em: <http://www.geocites.com/girl_ilga/documentos.htm>, Acesso em: abr. 2002.

_____. *The Straight Mind: and other essays. Boston: Beacon Press,* 1992.

FONTES DOCUMENTAL DA PESQUISA

CASTRO. Viveiros de. *Attentados ao pudor* (Estudos sobre as aberrações do instincto sexual). Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1934.

DOYLE, Iracy. *Contribuições ao Estudo da homossexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Imago, 1956.

_____. Introdução à medicina psicológica. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1952.

FÁVERO, Flamínio. *Medicina Legal*. 6ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1938.

FOREL, Augusto. *A questão sexual*. 3. Ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1929.

IRAJÁ, Hernani de. *O sexo nu*: Formação e deformação. Rio de Janeiro: Pongetti, 1954.

_____. *Psicoses do amor*: estudos sobre as alterações do instinto sexual. 9 ed., Rio de Janeiro: Pongetti, 1954.

LIMA, Estácio de. *A inversão dos sexos*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1935.

MOTTA, Bello da. *Homosexualismo em Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comercio, 1937.

NEVES, Margarida. *Educação Sexual*. Porto Alegre: Ed Globo. 1954.

PAUCHET, Victor. *Os filhos – sua preparação para a vida*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1930.

PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia Forense*. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1934.

_____. *A educação da mulher.* São Paulo : Cia Editora Nacional, 1936.

_____. *Eunice e a educação da mulher*. Vol. XX. Rio de Janeiro: Jackson Inc. 1944.

RAMOS, Arthur. *A creança problema*: A hygiene mental na Escola Primária. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1939.

RIBEIRO, Leonidio. *O direito de curar*. 1932. Tese (Livre-docência em Medicina Legal) - Faculdade de Direito, Rio de Janeiro, 1932.

_____. *Etiologia e tratamento da homossexualidade*. In Antropologia criminal. Conferências e comunicações, Rio de Janeiro, 1937. Imprensa Nacional.

_____. *Homossexualidade e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

_____. *Problema médico legal do homossexualismo sob o ponto de vista endocrinológico*. In. Revista Jurídica. Rio de Janeiro, 1935. V.3.

_____. *Causas e tratamento da homossexualidade*. In: ------. Memórias de médico legista. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1975. v.1.

SCHMIDT, Isabel Junqueira. *A orientação educacional*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1942.